

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ**  
**DEPARTAMENTO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LINGUAGENS**

**GABRIELA BASTOS CORDEIRO TREMBA**

**O ESPAÇO URBANO EM CAROLINA MARIA DE JESUS: ENTRE  
O QUARTO DE DESPEJO E A CASA DE ALVENARIA**

**CURITIBA**

**2020**

**GABRIELA BASTOS CORDEIRO TREMBA**

**O ESPAÇO URBANO EM CAROLINA MARIA DE JESUS: ENTRE  
O QUARTO DE DESPEJO E A CASA DE ALVENARIA**

**The exclusionary urbanization process in Carolina Maria de  
Jesus' literary work: between slums and urban center**

Dissertação de Mestrado  
apresentada como requisito parcial à  
obtenção de título de Mestre em  
Estudos de Linguagens do Mestrado  
em Estudos de Linguagens do  
Departamento de Linguagem e  
Comunicação, da Universidade  
Tecnológica Federal do Paraná .

Orientador: Prof. Dr. Rogério  
Caetano de Almeida.

**CURITIBA**

**2020**



[4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/)

[Atribuição - Uso não  
Comercial](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/)

Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos. Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.

#### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação**

Tremba, Gabriela Bastos Cordeiro

O espaço urbano em Carolina Maria de Jesus [recurso eletrônico]: entre o Quarto de despejo e a Casa de alvenaria / Gabriela Bastos Cordeiro Tremba. -- 2020.

1 arquivo eletrônico (131 f.): PDF; 3,21 MB.

Modo de acesso: World Wide Web.

Texto em português com resumo em inglês.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagens. Linha de Pesquisa: Estéticas Contemporâneas, Modernidade e Tecnologia, Curitiba, 2020.

Bibliografia: f. 120-123.

1. Linguagem e línguas - Dissertações. 2. Jesus, Carolina Maria de, 1914-1977. Quarto de despejo: diário de uma favelada - Crítica e interpretação. 3. Jesus, Carolina Maria de, 1914-1977. Casa de alvenaria: diário de uma ex-favelada - Crítica e interpretação. 4. Favelas - São Paulo (SP) - Condições sociais. 5. Urbanização. 6. Igualdade. 7. Exclusão social. 8. Representações sociais. 9. Sociologia urbana. 10. Memória na literatura. 11. Literatura brasileira - Escritoras negras. 12. Autobiografia na literatura. 13. Análise do discurso. I. Almeida, Rogério Caetano de, orient. II. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagens. III. Título.

CDD: Ed. 23 -- 400

**Biblioteca Central do Câmpus Curitiba - UTFPR**

**Bibliotecária: Luiza Aquemi Matsumoto CRB-9/794**



Ministério da Educação

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação

## TERMO DE APROVAÇÃO DE DISSERTAÇÃO Nº 14/2020

A Dissertação de Mestrado intitulada **O espaço urbano em Carolina Maria de Jesus: entre o quarto de despejo e a casa de alvenaria**, defendida em sessão pública pelo candidato **Gabriela Bastos Cordeiro Tremba** no dia **11 de agosto de 2020**, foi julgada em sua forma final para a obtenção do título de Mestre em Estudos de Linguagens; Linha de Pesquisa – Estéticas Contemporâneas, Modernidade e Tecnologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens.

Prof. Dr. Rogério Caetano de Almeida – UTFPR - Orientador

Prof. Dr. Márcio Matiassi Cantarin - UTFPR

Profa. Dra. Brunilda Tempel Reichmann - UNIANDRADE

Curitiba, 11 de agosto de 2020.

---

Carimbo e Assinatura do(a) Coordenador(a) do Programa

A Folha de Aprovação assinada encontra-se na Coordenação do Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagens.

*À Cecília, gerada e nascida juntamente a esta dissertação.*

## AGRADECIMENTOS

A fé é uma espécie de esperança que criamos dentro de nós e que nos motiva a seguir adiante e nos ensinar a amar. Se não for assim, não é fé, é fanatismo. Por isso, agradeço a Deus por ter me ensinado a amar o próximo e permitir que, da preocupação com o outro, nascesse este trabalho.

Agradeço ainda aos meus familiares que estiveram presentes em todos os momentos, não permitindo que eu desistisse, em especial aos meus pais, que me ajudaram em outras atividades para que eu pudesse me dedicar à pesquisa; ao meu marido, que sempre respeitou minha liberdade intelectual e assumiu responsabilidades financeiras e domésticas em prol dos meus estudos; ao meu irmão, que mesmo distante sempre esteve perto; e a minha filha, que ainda sem entender o mundo, suportou minha ausência em alguns momentos e me dirigiu os sorrisos mais puros e lindos, os quais foram minha força para seguir em frente. Espero que esse título de mestra possa a orgulhar e a inspirar.

Agradeço a todos os professores que tive em minha vida e colaboraram para a construção da pessoa que sou hoje. Aos professores das disciplinas da pós-graduação, que não só possibilitaram a expansão de meus conhecimentos teóricos, mas também, por meio do exemplo, proporcionaram-me uma perspectiva mais ampla do mundo e da vida. Cada um deles está, de uma forma ou outra, presente nesta dissertação.

Aos membros da banca, a professora doutora Brunilda Tempel Reichmann e professor doutor Márcio Matiassi Cantarin, que com sua leitura atenta e suas observações enriqueceram em demasia o presente trabalho.

Agradeço, finalmente e com especial carinho, ao meu orientador, o professor doutor Rogério Caetano de Almeida. Ele, que, mais do que me orientar, soube me compreender. Que, mais do que como uma orientanda, recebeu-me como uma amiga. Que, mais do que um orientador, foi um incentivador e um exemplo de humanidade.

*...Fui na sapataria retirar os papeis. Um sapateiro perguntou-me se meu livro é comunista. Respondi que é realista. Ele disse-me que não é aconselhavel escrever a realidade. (JESUS, 2014, p. 108).*

## RESUMO

A literatura permite um olhar para o mundo através do olhar do outro, por isso encanta, mas, principalmente, incomoda. Assim, os escritos das décadas de 1950 e 1960 de Carolina Maria de Jesus, uma mulher negra, pobre, que estudou formalmente apenas até o segundo ano do primário (atual Ensino Fundamental) são de fundamental relevância para o entendimento de algo que ocorre até hoje: a periferização e conseqüente exclusão das camadas mais pobres da população. Em seus diários publicados parcialmente no livro *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, a escritora descreve o cotidiano árduo vivido na antiga favela do Canindé, em São Paulo, capital. Por meio desses registros, é possível compreender os aspectos perversos do modelo de urbanização paulista, inspirado nas reformas higienistas europeias do século XIX. A história da autora tem continuidade no segundo livro-diário *Casa de Alvenaria: diário de uma ex-favelada*, o qual narra a saída de Jesus da favela e sua nova rotina habitando a cidade. Diante disso, busca-se compreender nas obras de que maneira se deu a ocupação do espaço geográfico e quais foram as suas conseqüências. Para tanto, são consultados teóricos da Geografia e do Urbanismo, como David Harvey, Milton Santos, Ermínia Maricato e Raquel Rolnik. A biografia de Jesus também é explorada, uma vez que os livros aqui analisados tem origem em diários pessoais. Também nesse sentido, procura-se compreender a relação entre literatura, memória e realidade sob a luz de estudiosos como Philippe Lejeune e Henri Bergson. Há ainda um breve estudo a respeito de como o fato da autora apresentar condições de subalternidade reverbera na repercussão de seus livros, além de considerações concisas sobre o papel do editor nisso tudo. Como resultado, verificou-se que as obras de Carolina Maria de Jesus são representativas de um processo excludente de urbanização que se perpetua até a atualidade por meio de mecanismos práticos e, principalmente, ideológicos.

**Palavras-chave:** Carolina Maria de Jesus; Quarto de Despejo; Casa de Alvenaria; desigualdade social; urbanismo.

## ABSTRACT

Literature allows us to look at the world through the eyes of others. It dazzles us, but above all, it is an important political tool. Written in the fifties and sixties, the literary works of Carolina Maria de Jesus - who was a poor, black woman, and whose formal studies did not go beyond the second year of elementary school - are of fundamental relevance for understanding something that still occurs to this day: the marginalization of the poorest segments of the population. In her diaries, published partially in her book *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, the writer describes the hardships of the daily life in the old favela (slums) of Canindé, in the capital São Paulo. Through these records, it is possible to understand the perverse aspects of São Paulo's urbanization model which was, in turn, inspired by the 19th century European hygienist reforms. The author's story continues in her second journal titled *Casa de Alvenaria: diário de uma ex-favelada*, an account of Jesus leaving the favelas and her new life in the city. With that in mind, we seek to understand how the urbanization process and its consequences are represented in her works. We have consulted academic experts on Geography and Urbanism, such as David Harvey, Milton Santos, Ermínia Maricato and Raquel Rolnik. Jesus' biographies are also explored, since the books that were analyzed have originated from her own journals. In a similar way, we also wish to understand the relationship between literature, memory, and reality from the perspective of academics such as Philipped Lejeune and Henri Bergson. Finally, we conducted a brief study on how Jesus' subaltern life impacted the the reception of her works, and how, through concise considerations, the editor's role influenced it. As a result, we verified that Carolina Maria de Jesus' books are representative of an exclusive urbanization process that perpetuates itself through practical and, mainly, ideological mechanisms.

**Key words:** Carolina Maria de Jesus; Quarto de Despejo; Casa de Alvenaria; social inequality; urbanism.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da desigualdade de São Paulo – Favelas	38
Figura 2 - Mapa da Desigualdade – População preta e parda	38
Figura 3 - Mapa da Desigualdade – Emprego formal	38
Figura 4 - Mapa de homicídios em São Paulo	39
Figura 5 - Mapa do tráfico de drogas em São Paulo	40

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>O ESPAÇO COMO PRODUTO SOCIAL, POLÍTICO, ECONÔMICO E HISTÓRICO.....</b>	<b>22</b>
2.1	A METRÓPOLE “PARTIDA”.....	38
<b>3</b>	<b>PODE O PERIFÉRICO FALAR?.....</b>	<b>46</b>
3.1	A ESCRITA DO “EU” E DO “NÓS” NOS DIÁRIOS DE CAROLINA MARIA DE JESUS: AUTOBIOGRAFIA, VIDA E MEMÓRIA.....	49
3.2	O PAPEL DA EDIÇÃO.....	57
<b>4</b>	<b>A POETISA NEGRA, SUA ESCRITA E O ESPAÇO GEOGRÁFICO.....</b>	<b>64</b>
4.1	QUARTO DE DESPEJO: DIÁRIO DE UMA FAVELADA.....	72
4.2	CASA DE ALVENARIA: DIÁRIO DE UMA EX-FAVELADA.....	79
4.3	DO QUARTO DE DESPEJO À CASA DE ALVENARIA: O ESPAÇO GEOGRÁFICO NA OBRA E NA VIDA DE CAROLINA MARIA DE JESUS.....	87
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>117</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>121</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>125</b>
	ANEXO A – Mapa de São Paulo (SP): Renda do chefe de domicílio 1991.....	125
	ANEXO B – Mapa de São Paulo (SP): Porcentagem de analfabetos 1991.....	126
	ANEXO C – <i>Print screen</i> de um trecho Caderno nº11 dos diários de Carolina Maria de Jesus.....	127
	ANEXO D – Mapa da desigualdade de São Paulo – Favelas 2018.....	128
	ANEXO E – Mapa da Desigualdade – População preta e parda 2010.....	129
	ANEXO F – Mapa da Desigualdade – Emprego formal 2017.....	130
	ANEXO G – Mapa de homicídios em São Paulo (SP) 2017.....	131
	ANEXO H – Mapa do tráfico de drogas em São Paulo (SP) 2017.....	132

## 1 INTRODUÇÃO

*– Ah! Comigo, o mundo vai modificar-se. Não gosto do mundo como ele é. (JESUS, 1986, p. 106)*

Nascida em 14 de março de 1914, em Sacramento (MG), descendente de escravos, Carolina Maria de Jesus tinha dois grandes sonhos: tornar-se escritora e ter sua própria casa de alvenaria. Conquistou ambos, mas não sem passar por uma vida inteira de sacrifícios. Ainda criança conheceu a crueldade provinda do preconceito e da desigualdade social. Abandonada pelo pai, a menina, apelidada de Bitita passou a infância sob os cuidados da esposa do avô, enquanto a mãe – Maria Carolina de Jesus – desdobrava-se trabalhando para poder sustentá-la.

As moradias que conhecia eram bastante precárias, construídas em locais de ocupação, uma vez que, com a abolição da escravatura, seus antepassados foram libertos e completamente abandonados pelo Estado. Conseguiu estudar apenas por dois anos, o suficiente para, a duras penas, aprender a ler e a escrever. Com a mudança da mãe para outro emprego, teve que deixar a escola, mas carregou consigo para sempre a paixão pela leitura e pela escrita.

Mais tarde, seguiu com a mãe, o meio-irmão e o padrasto para morar no campo e trabalhar na lavoura, onde foram explorados pelos donos das terras e saíram sem nada, tendo que retornar a Sacramento. Lá, a adolescente Carolina Maria de Jesus já não era bem quista pelos parentes e pela vizinhança, devido a sua personalidade impetuosa de quem ousava querer ser alguém. O fato de ela não trabalhar e sentar-se para ler em frente a casa gerou inclusive uma denúncia, seguida de sua prisão e repressão policial (FARIAS, 2018).

Cansada de viver à margem (JESUS, 1986), ela resolveu partir em busca de seus sonhos e foi a pé, apenas com a coragem e mínimos recursos, rumo à capital paulista, onde imaginava encontrar uma vida melhor. Inúmeras vezes, dormiu ao relento, passou fome e frio. Nas cidades do interior de São Paulo, trabalhou como doméstica, de casa em casa, sempre sendo dispensada de mãos vazias.

Ao chegar, finalmente, à cidade de São Paulo, deparou-se com uma realidade bem diferente da que procurava. Perambulou por diversos locais até, sem mais perspectivas, estabelecer-se na favela do Canindé, onde começou a catar materiais recicláveis – principalmente papel – e escreveu os diários que viriam a dar origem ao livro *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*. O volume, publicado por intermédio do jornalista Audálio Dantas, foi um imenso sucesso de vendas e permitiu que a agora escritora tivesse melhores condições financeiras e deixasse a favela, realizando seu outro sonho: comprar a casa de alvenaria.

Ainda tendo como editor o repórter que “a descobriu”, publicou outro diário em que relatava a sua mudança de vida – *Casa de Alvenaria: diário de uma ex-favelada*. O novo livro não teve o mesmo sucesso e ela foi desaconselhada a continuar a carreira de escritora. Decidida como sempre, não seguiu o conselho e publicou ainda outros volumes. Com o tempo, caiu, porém, no esquecimento e suas economias foram minguando. Faleceu em 13 de fevereiro de 1977, de maneira bastante humilde em um sítio que havia comprado na localidade de Parelheiros, na periferia paulistana.

Fica bastante evidente que a biografia e a obra de Carolina Maria de Jesus são permeadas por uma constante relação com o espaço geográfico ocupado pela autora. Com origem quilombola, viveu quase sempre à margem. Não à toa, seu livro de maior sucesso foi *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, o qual relata o difícil dia a dia enfrentado na favela. Mesmo quando conquista a tão sonhada “casa de alvenaria”, a inserção espaço-social é limitada e, ao fim da vida, novamente encontra-se excluída espacial e socialmente, sendo sepultada na mesma pobreza que a acompanhou por grande parte da existência.

O tema da moradia e da ocupação do espaço aparece de forma bastante crítica nos escritos da autora, e ela não foi a única a abordar esse assunto. Ele está presente na literatura brasileira desde o século XIX, quando as escolas naturalista e realista enfatizaram uma estética de denúncia social, e, assim como os problemas urbanísticos, permanece até os dias atuais. A seguir, tem-se alguns exemplos disso, evidenciando que, mesmo com o passar dos anos, pouca coisa mudou em relação às políticas habitacionais no Brasil.

A primeira e mais emblemática obra literária a ser citada é *O Cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo. O romance naturalista escancara as condições

precárias em que vivia boa parte da população pobre no Rio de Janeiro, entre eles, imigrantes, ex-escravos e descendentes de escravos. No romance, o próprio cortiço assume o protagonismo, sendo descrito de forma viva e expondo em suas entranhas as mais sórdidas agruras pelas quais seus moradores passavam. Há também, nas páginas da obra, a tensão espacial entre os habitantes do cortiço e uma família de mais posses que vive em um sobrado próximo, acentuando a questão da desigualdade social. Tais aspectos são percebidos no trecho que se segue:

E durante dois anos o cortiço prosperou de dia para dia, ganhando forças, socando-se de gente. E ao lado o Miranda [morador do sobrado] assustava-se, inquieto com aquela exuberância brutal de vida, aterrado defronte daquela floresta implacável que lhe crescia junto da casa, por debaixo das janelas, e cujas raízes, piores e mais grossas do que serpentes, minavam por toda a parte, ameaçando rebentar o chão em torno dela, rachando o solo e abalando tudo. (AZEVEDO, 1997, p. 8).

Outro mestre na descrição do espaço periférico e dos habitantes deste foi Lima Barreto. Um exemplo disso é a obra *Clara dos Anjos*, concluída em 1922 e publicada postumamente em 1948. Nela, a protagonista é uma menina negra, moradora da periferia do Rio de Janeiro, ingênua e vítima do racismo e do machismo da sociedade da época. Clara é seduzida por Cassi Jones, homem branco e de família com certa influência social. A garota, grávida, acredita no amor de Cassi, mas, ao buscar o reconhecimento para a criança e ajuda financeira, percebe, em choque, a insignificância com que é tratada. É importante observar que um capítulo inteiro da obra é dedicado à descrição do subúrbio e a críticas sociais ligadas a ele. Outro ponto relevante é o fato de Cassi Jones morar em um lugar mais próximo ao centro em relação à Clara dos Anjos, como apontam Márcio Antônio da Costa Santos e Oziris Borges Filho, no artigo *O subúrbio carioca e a personagem em Clara dos Anjos de Lima Barreto*: “Nesse romance, o narrador mostra que o poder está relacionado a uma questão espacial, à ocupação de determinada posição físico-espacial e também a questões étnico-raciais”. (SANTOS e BORGES FILHO, 2019, p. 87).

E não é somente nos centros mais urbanizados do país que há imensa desigualdade na ocupação do espaço. O Nordeste brasileiro, retratado no romance *Vidas Secas* – Graciliano Ramos, 1938 – e no poema *Morte e Vida*

*Severina* – João Cabral de Mello Neto, 1955 –, apresenta a crueldade da exclusão social por meio da expropriação da terra. Na obra de Graciliano Ramos, Fabiano, personagem central, peregrina com sua família para fugir da seca e trabalhar em terra alheia, é explorado pelo fazendeiro e segue sua sina, sem ter onde se estabelecer. Trilha parecida com a de Severino, o protagonista do poema narrativo de João Cabral, o qual, sem identidade, sem trabalho, sem terra, migra em busca de uma vida melhor, encontra em seu caminho inúmeros sinais de morte e, ao fim, vê no nascimento de uma criança, um sopro de vida, mesmo sendo uma vida “franzina”, “uma vida Severina” (MELLO NETO, s/d, p. 28).

Já no final do século XX, mais precisamente em 1997, Paulo Lins apresenta a transformação das favelas entre as décadas de 1960 e 1980, contando a história da Cidade de Deus, favela carioca que dá nome ao seu romance. Nele, Lins retrata o avanço da violência e do tráfico de drogas no conjunto habitacional destinado a receber famílias de baixa renda. O local recebeu ex-moradores retirados de favelas da Zona Sul da cidade, no processo de urbanização promovido pelo então governador Carlos Lacerda. Com pouca urbanização, dificuldade de acesso às regiões mais desenvolvidas, poucas alternativas de educação e emprego, a saída quase que natural para os jovens era o tráfico de drogas. E mesmo os muitos que tentavam levar uma vida honesta sofriam as consequências da violência no local.

Atualmente, sabe-se que o problema da falta de moradia e da exclusão social permanece. Basta olhar os jornais ou até mesmo as ruas ao redor (ou um pouco mais distantes). Na literatura contemporânea não poderia ser diferente. Em *Eles eram muitos cavalos* (2001) e *Inferno provisório* (2016), Luiz Ruffato coloca em evidência a vida suburbana e seus dissabores. No primeiro romance, o qual é uma coletânea de fragmentos, a cidade de São Paulo assume ares de protagonista, mas trata-se de uma São Paulo cinzenta, uma cidade ocupada por muitos pobres e miseráveis que sofrem, enquanto alguns mais abastados vivem acima da lei, explorando a miséria alheia. Já no segundo, a vida do operariado da mesma São Paulo é escancarada cruamente. A história se passa entre 1950 e 2002 e conta a trajetória de inúmeros personagens, a maioria migrantes e imigrantes que buscam na capital paulista uma oportunidade, mas encontram imensas dificuldades.

Se a literatura já discutia o assunto desde o século XIX, a legislação foi (e ainda é) muito mais morosa no que se refere a tal questão. A primeira Constituição a citar o assunto foi a de 1934, tratando da inviolabilidade da casa de um indivíduo, no parágrafo 23 do artigo 102 (CF, 1934, p. 83). Também no artigo 118 da mesma Constituição, o Estado impede a expropriação “da casa da pequena valia que servir de morada ao devedor e sua família” (CF, 1934, p. 87). Mas apenas com a Constituição Brasileira de 1988, capítulo II, artigo sexto, a moradia se torna um direito fundamental do ser humano.

Segundo o doutor em Direito Civil pela PUC-SP Sérgio Iglesias Souza (2004), tanto nessa Constituição quanto nas suas sucessoras de 1937 e 1946, a moradia era tratada no âmbito individual. Somente na legislação de 1967, o assunto é citado de forma social, mesmo que de forma incipiente. Isso porque os artigos 160 e 161 abordam apenas a importância da propriedade para o Estado, regulamentando a desapropriação (CF, 1967, pp.192 e 193).

É somente em 1988 que a luta por moradia digna para todos aparece em forma de lei. Aliás, a Carta Magna da década de 1980 é a primeira a trazer a palavra “moradia”. Esse direito não se resume a um local para morar, mas, de acordo com vários estudiosos, zela pela proteção integral dos cidadãos, como aponta a urbanista Ermínia Maricato:

Gestão, e não simples regulamentação, operação, ação administrativa e não apenas planejamento de gabinete, é o caminho para a prevenção das tragédias cotidianas que vitimam moradores dos morros e encostas que deslizam a cada chuva, ou moradores das beiras dos córregos atingidos por enchentes, ou bairros inteiros atingidos por epidemias. (MARICATO,1996, pp.22 e 23)

Por sua vez, a obra literária *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, escrita ainda na década de 1950, escancara e denuncia esse grave problema social, consequência tanto do desenvolvimento capitalista quanto do descaso governamental para com o assunto, como é possível perceber na retomada histórica da legislação brasileira. O tópico segue aparecendo na literatura de Carolina Maria de Jesus, como em *Casa de Alvenaria* (1961), pois mesmo depois de conquistar sua moradia fora da favela, a autora continua preocupada com a causa social e não esquece suas origens. Na apresentação do segundo livro, o editor Audálio Dantas escreve: “Um estudo com base científica poderá revelar

aspectos de grande interesse da revolução que começou no quarto de despejo e tem prosseguimento na casa de alvenaria” (DANTAS, 2020, In: JESUS, 2020, posição 116).

Diante disso, essa pesquisa busca compreender de que forma o espaço urbano é retratado nas duas obras de Jesus aqui citadas, a partir da perspectiva das teorias de David Harvey (2005) e Nicolau Sevcenko (1992), dos estudos sobre urbanização nos países subdesenvolvidos feitos pelo geógrafo Milton Santos (1993, 2009), além das pesquisas das urbanistas Ermínia Maricato (1996) e Raquel Rolnik (2017), as quais abordam a urbanização no Brasil e, mais especificamente, em São Paulo.

Harvey propõe uma revisão crítica da Geografia a partir de bases marxistas, com o objetivo de promover uma sociedade mais justa (HARVEY, 2005, p. 14); no mesmo sentido, Sevcenko trata mais especificamente da ocupação do espaço urbano em São Paulo. São justamente aspectos abordados fortemente pela autora estudada, a qual denuncia por meio de seus escritos e sua vida as injustiças sociais decorrentes da exclusão da favela em relação ao espaço urbano.

Conforme defende Harvey (2005), a forma de organização econômica e política impacta diretamente na construção do espaço urbano e, conseqüentemente, o planejamento urbano se torna um potencial meio de melhoria social. A acumulação capitalista, no entanto, impede que tais melhorias sejam postas em prática, uma vez que vão contra o princípio basilar do sistema: o lucro por si mesmo. Sevcenko (1992) corrobora tal defesa, escancarando as desigualdades na apropriação da zona urbana na maior metrópole brasileira.

O termo “quarto de despejo”, que dá nome ao livro de Carolina de Jesus, é utilizado para caracterizar a favela em relação aos bairros mais nobres. Nota-se, aí, fortemente, a questão da exclusão por meio da expropriação do espaço e da segregação: “Aqui nesta favela a gente vê coisa de arrepiar os cabelos. A favela é uma cidade esquisita e o prefeito daqui é o Diabo. [...] Percebo que todas as pessoas que reside na favela, não aprecia o lugar” (JESUS, 2014. p. 91).

Assim, o maior sonho de Carolina de Jesus – além de se tornar escritora – é sair da favela e conquistar uma casa de alvenaria. O que, de fato, acontece e é relatado em seu novo diário – o *diário de uma ex-favelada*. Nota-se,

novamente, a relação estreita e até intrínseca da autora com o espaço geográfico. A mudança de local, no entanto, não é suficiente para a completa mudança social, uma vez que o estigma de favelada e o preconceito social e racial a impedem de se apropriar efetivamente do novo espaço. Tanto que são mais de 15 passagens em todo o livro nas quais a autora registra ser alvo de olhares curiosos e de estranhamento.

Dessa forma, observa-se uma Carolina sempre à margem, da vida e do espaço, mesmo após a passageira fama. De acordo com Harvey, isso ocorre porque a ocupação do espaço urbano está intimamente ligada aos interesses capitalistas. “A paisagem criada pelo capitalismo também é vista como lugar da contradição e a tensão, e não como expressão do equilíbrio harmonioso” (HARVEY, 2005, p. 55). No contexto desse sistema, há vigorosa defesa da propriedade privada como direito adquirido por mérito e esforço. Na narrativa de Carolina Maria de Jesus, tal ideia é contraposta, pois percebemos que todos os esforços da trabalhadora não são correspondidos com o direito à moradia digna ou à manutenção da mesma.

Sevcenko também ilustra em suas teorias a desigualdade na ocupação do espaço urbano. O autor destaca, inspirado em uma crônica de 1919, a cena de dia de Carnaval, na qual, após os moradores do centro desfrutarem de uma grande festa na Avenida Paulista – símbolo de urbanização da capital paulista – os moradores da periferia “invadem” o lugar para se aproveitar dos restos deixados pelos mais abastados. Há uma forte sensação de transgressão e não pertencimento naquelas pessoas, as quais disputam espaço até com o serviço de limpeza para poder pegar alimentos, confetes e serpentinas. Desse modo, o autor contribui com as discussões deste trabalho, na medida em que teoriza a questão da desigualdade social a partir da ocupação do espaço urbano.

Para MARICATO (1987, 1996), a política capitalista influencia diretamente na organização do espaço urbano, sendo a classe trabalhadora segregada sistematicamente de tal espaço: “A classe trabalhadora urbana no Brasil está, portanto, submetida à intensa exploração no trabalho e também à intensa espoliação no local de moradia” (MARICATO, 1987, p.23). Tal perspectiva é reafirmada pela defesa de SANTOS (2009) de que o crescimento da urbanização é acompanhado proporcionalmente pela disseminação da pobreza.

A hipótese levantada por esta pesquisa é de que ambas as obras demonstram como ocorre a ocupação do espaço geográfico no sistema capitalista, associando a exclusão social à exclusão espacial numa via de mão-dupla. Isso porque a partir do momento em que Carolina Maria de Jesus – e toda a população que ela representa – é associada à favela, nem mesmo sua saída do espaço de exclusão proporciona sua inclusão social.

Cabe aqui a ressalva de que se entende que a condição do negro no Brasil ocupa a centralidade das duas obras. No entanto, é fato que tais condições sociais estão entrelaçadas fortemente com o problema de falta de moradia digna no país. Segundo o relatório da desigualdade social no Brasil feita pela OXFAM<sup>2</sup>, é enorme a disparidade da renda de negros em relação aos brancos, o que afeta drasticamente o acesso digno ao espaço urbano:

Cerca de 80% das pessoas negras ganham até dois salários mínimos. Tal como acontece com as mulheres, os negros são menos numerosos em todas as faixas de renda superiores a 1,5 salário mínimo, e para cada negro com rendimentos acima de 10 salários mínimos, há quatro brancos. (OXFAM, p. 27, 2017).

Nesse sentido, tratando da condição do negro e, ainda mais especificamente, da mulher negra periférica, é feito também um estudo com base no livro *Pode o subalterno falar?* (2014), da teórica indiana Gayatri Chakravorty Spivak, a respeito da “fala” de Carolina Maria de Jesus por meio de seus diários. De forma secundária, com o objetivo de entender melhor a relação entre realidade e ficção, os registros são estudados sob a perspectiva das teorias sobre escrita autobiográfica e memória de Phillip Lejeune (2008) e Henri Bergson (2006). Além disso, é analisada a edição dos textos por meio da comparação entre trechos dos manuscritos originais do Caderno nº 11, que correspondem aos diários escritos entre 04 e 19 de dezembro de 1958, e o trecho do livro *Quarto de despejo* que corresponde às mesmas datas.

Diante de tal panorama, fez-se essencial iniciar o trabalho por meio de pesquisas bibliográficas. Buscou-se um aprofundamento sobre a vida e a

---

<sup>2</sup> Organização não-governamental criada no Brasil em 2014 para combater a desigualdade social. Está ligada à *OXFAM Internacional*, fundada em 1942, no Reino Unido e com sede atual no Quênia. Informações disponíveis em <<https://oxfam.org.br/historia/>>. Acesso em 12 de maio de 2020.

narrativa de Carolina Maria de Jesus, também a respeito das teorias sociais e geográficas de ocupação do espaço urbano, além de teorias sobre escrita de diário e do conceito de edição. Também foram feitas leituras a respeito da subalternidade e lugar de fala.

A partir do conhecimento teórico, foi feita a (re)leitura minuciosa dos romances escolhidos para a identificação dos aspectos que revelam a exclusão socioespacial. Tais aspectos são cotejados com as teorias geográficas e urbanísticas para verificar a correspondência entre essas e as obras literárias, com intuito de mostrar a literatura como meio de denúncia social e promotora da consciência que se deve ter em face dos problemas sociais.

Em seguida, foi realizado o estudo dos textos de Carolina Maria de Jesus em relação à edição por ele sofrida, com base nos originais disponíveis virtualmente no banco de dados da Biblioteca Nacional. Os dados coletados foram analisados à luz da hipótese de que aquele que é periférico tem sua fala negligenciada, total ou parcialmente, em detrimento da relevância dessa para a solução das mazelas de que sofrem os mais pobres. Tal parcela da população, embora majoritária, acaba tendo sua voz mediada ou representada por outro, dificilmente podendo expor sua realidade a partir de seu próprio ponto de vista.

A dissertação se encontra organizada em três capítulos. O primeiro deles aborda o espaço geográfico como produto histórico, econômico e social a partir das teorias de HARVEY (2005) e SEVCENKO (1992 e 1998), além dos estudos de MARICATO (1996), ROLNIK (2017) e SANTOS (1993 e 2009), salientando o contexto histórico e as implicações sociais envolvidas. Em um segundo momento, trata-se da questão da escrita de diário e do papel da edição na produção dos livros de Jesus. Já no terceiro capítulo, são apresentadas as obras em estudo: *Quarto de despejo: diário de uma favelada* e *Casa de Alvenaria: diário de uma ex-favelada*, juntamente com uma análise comparativa das duas em relação ao espaço urbano, construindo uma crítica de como o problema da exclusão e da precarização da moradia apenas se prolonga e nunca se resolve.

Assim, consciente das limitações que há e deve haver em toda pesquisa, esperamos ter contribuído para a área dos estudos sobre Carolina Maria de Jesus. Nesse sentido, cabe ressaltar a forte presença das discussões sobre o direito à moradia ao longo da produção literária brasileira. É interessante observar ainda que, apesar da fama que conquistou, a pesquisa sobre essa

surpreendente escritora ainda é recente na academia (e até mesmo vista com certa desconfiança e preconceito), sendo esse estudo uma nova parcela a ser somada ao que é produzido.

## 2 O ESPAÇO COMO PRODUTO SOCIAL, POLÍTICO, ECONÔMICO E HISTÓRICO

Abro a janela dos fundos de meu apartamento de alvenaria, pequeno, porém confortável e relativamente seguro, e tenho a seguinte vista: uma grande área verde, com alguns barracos de madeira construídos de maneira improvisada. Também há alguns carros e carrinhos de transporte para material reciclável, instrumento de trabalho dos moradores. Vejo também crianças brincando por lá, geralmente descalças e com poucas roupas, mesmo no frio. E ainda vários cachorros de estimação.

A área é de preservação ambiental e fica à beira do poluído rio Iguaçu. Quando chove bastante, a cena é sempre a mesma: a água sobe e isola temporariamente os habitantes do local. Eles sabem disso e, por esse motivo, construíram casas mais altas e têm até um barquinho. Já entrei em contato com a Secretaria de Meio Ambiente do município e com autoridades locais para que venham em socorro dessas famílias. Não obtive respostas.

Lendo sobre o assunto, entendi, então, que as realocações de famílias em áreas de risco ou preservação ambiental só ocorrem quando é interesse do poder público, quase sempre a serviço do setor imobiliário privado. É o que afirma a arquiteta e urbanista Ermínia Maricato: “Enquanto os imóveis não têm valor como mercadoria, ou têm valor irrisório, a ocupação ilegal se desenvolve sem interferência do Estado” (MARICATO, 1996, p. 26).

O problema, que parece estar bem longe de uma solução, não é novo e muito menos de simples entendimento. A ocupação do espaço e o direito à moradia são questões que envolvem fatores históricos, sociais, culturais e, principalmente, econômicos. David Harvey defende e fundamenta tal postulado em sua obra “A produção capitalista do espaço”. Segundo o geógrafo, a lógica do capitalismo (sistema econômico no qual estamos inseridos) é criar mecanismos para a acumulação de capital (HARVEY, 2005, p.48), e são esses princípios de acumulação que organizam o espaço: “A expansão geográfica e a concentração geográfica são ambas consideradas produtos do mesmo esforço de criar novas oportunidades para acumulação de capital” (HARVEY, 2005, pp. 52 e 53).

Assim, hipóteses simplistas de que a organização do espaço, em especial do espaço urbano, é fruto apenas do crescimento populacional e da falta de planejamento podem ser desconstruídas. Outro geógrafo, Milton Santos, corrobora a desmitificação dessas ideias reducionistas, apontando para causas estruturais tanto da problemática urbanização brasileira quanto da pobreza, aspectos que estão intimamente relacionados.

Em função de esclarecer melhor o tema, Santos (1993) faz uma retomada histórica do processo de urbanização do Brasil, enfatizando os elementos socioeconômicos que impulsionaram esse processo. De acordo com o estudioso, a “urbanização brasileira se generaliza apenas no terceiro terço do século XX” (SANTOS, 1993, p. 9), isto é, a partir da década de 1960. Assim, por muito tempo, o Brasil foi essencialmente agrícola, embora com a formação de vilas (espaços mais urbanizados) desde o princípio da existência do país.

No século XVIII, ocorre uma transformação importante nesse cenário: a casa da cidade passa a ser a residência principal para os grandes fazendeiros, os quais antes tinham seus redutos, sobretudo, na área rural. Isso ainda não foi o suficiente para alavancar significativa mudança do espaço brasileiro, o que só veio ocorrer mais tarde, no fim do século XIX: “[...] a expansão da agricultura comercial e a exploração mineral foram a base de um povoamento e uma criação de riquezas redundando na ampliação da vida de relações e no surgimento de cidades no litoral e no interior” (SANTOS, 1993, p. 20).

O mesmo autor expõe também que no início do século XX, entre 1920 e 1940, a taxa de ocupação urbana triplicou no Brasil. (SANTOS, 1993, p. 22). “No Estado de São Paulo, a expansão da urbanização nesse período é marcante, com um crescimento de população urbana da ordem de 43%”. (SANTOS, 1993, p. 24) Porém, em algumas regiões, observa-se o decréscimo da população urbana devido à exploração de novas práticas agrícolas, como a extração do cacau, na Bahia, e da borracha no Norte brasileiro. O que demonstra que a distribuição espacial está ligada diretamente a fatores econômicos.

Seguindo essa lógica, a partir da década de 1940, é o complexo processo de industrialização que predomina no Brasil, criando uma nova organização econômica, social e espacial:

Entre 1940 e 1980, dá-se verdadeira inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira. Há meio século (1940), a taxa de

urbanização era de 26,35%, em 1980 alcança 68,86%. Nesses quarenta anos, triplica a população total do Brasil, ao passo que a população urbana se multiplica por sete vezes e meia. (SANTOS, 1993, p. 29)

Apesar de os números apontarem uma explosão da população urbana, o crescimento populacional por si só não explica a configuração tomada pelas cidades a partir desse momento. O lugar ocupado pelas diferentes classes sociais reflete uma sociedade calcada sobre bases desiguais em diversos aspectos, sobretudo, economicamente.

Desse modo, o espaço nacional fica dividido entre áreas onde os diversos aspectos da vida tendem a ser regidos pelos automatismos técnicos e sociais próprios à modernidade tecnicista e áreas onde esses nexos estão menos, ou quase nada, presentes. Seria uma oposição entre espaços inteligentes, racionais, e espaços opacos, não racionais ou incompletamente racionais, comandando uma nova divisão regional do País e determinando novas hierarquias: entre regiões com grande conteúdo em saber (nos objetos, nas instituições e empresas, nas pessoas) e regiões desprovidas dessa qualidade fundamental em nossa época; entre regiões do mandar e regiões do fazer (SANTOS, 1993, p. 47).

Mesmo tendo estudado somente até a segunda série do ensino primário, a escritora Carolina Maria de Jesus percebe essa divisão e a demonstra, em outras palavras em seu diário-romance, objeto de estudo desta pesquisa. O título do livro publicado em 1960 já tece uma analogia, o “Quarto de Despejo” é o lugar dos rejeitos, daquilo que não se encaixa na parte nobre da casa:

Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo. (JESUS, 2014, p. 37).

É amplamente conhecido o fato de que as reformas urbanas no início do século XX no Brasil, seguindo os padrões do que ocorreu em Paris no século anterior sob o comando do Barão de Haussman, foi higienista e excluiu as classes mais baixas do espaço a ser transformado, relegando-os a condições precárias, com moradias bastante afastadas do centro urbanizado. O trecho acima, do diário de Carolina Maria de Jesus, evidencia as consequências dessas

reformas: a segregação espacial e a exclusão social. Maricato corrobora esta perspectiva:

As políticas saneadoras que, a julgar pelos discursos e exposição de motivos, se destinavam a resolver problemas sociais de moradores de favelas e cortiços, no Brasil, se ocuparam concretamente, desde o começo do século XX, em retirá-los das áreas mais valorizadas pelo mercado imobiliário, sem nunca apresentar nenhuma eficácia em relação à questão social. (MARICATO, 1996, p. 28).

Isso significa que a organização do espaço está diretamente associada à pobreza. Segundo Santos (2009), como já observado, teorias simplistas escamoteiam as raízes da pobreza e dificultam um melhor entendimento desse complexo fenômeno. Por isso, o autor refuta ideias que colocam os pobres como responsáveis pela própria pobreza. Discurso que, de fato, precisa ser desmistificado, uma vez que já foi ideologicamente inculcado na visão de mundo das próprias pessoas que pertencem às classes marginalizadas, como se pode perceber no seguinte trecho do livro *Quarto de Despejo*:

[...] Penso: porque há de ser o pobre quem há de ter filhos – se filho de pobre tem que ser operário?

Na minha fraca opinião quem deve ter filhos são os ricos, que podem dar alvenaria para os filhos. E eles podem comer o que desejam. (JESUS, 2014, p. 142).

Não ter filhos, então, passa a ser para os pobres um modo de diminuir a pobreza, sem perceber que, na verdade, os direitos negligenciados e a desigualdade social são as raízes do problema posto, camufladas por esse discurso. Ainda no trecho acima, é possível notar a importância que a autora dá para o espaço de moradia: o direito reprodutivo só está assegurado para quem tem uma “alvenaria” para abrigar a prole, ou seja, uma casa fora da favela.

O geógrafo, contudo, não nega que fatores como o crescimento demográfico e o êxodo rural estão sim ligados à questão da falta de moradia digna e de recursos para todos. Tais fatores, porém, passam longe de ser a causa da miséria e do subdesenvolvimento. Se esse fosse o caso, não deveríamos nos perguntar por que em alguns países a pobreza é muito maior mesmo que a expansão demográfica e a migração campo-cidade tenha sido equivalente a de países desenvolvidos?

Dessa forma, os vários autores consultados debruçam-se em estudos para buscar explicações que indiquem uma saída mais concreta para um problema que se arrasta em discursos ineficientes e enganosos. O primeiro passo, nesse sentido, é esclarecer a relação entre espaço geográfico, economia e pobreza.

Um dos caminhos trata-se da teorização de Santos (2009) sobre o circuito superior e o circuito inferior da economia. O autor explica que o circuito superior, comandado pelas classes privilegiadas, cria demandas, tem apoio governamental, gera lucro, apoia-se na publicidade e na alta tecnologia e exige investimento de muito capital, enquanto o circuito inferior atende a necessidades básicas, pode sofrer perseguição governamental, não necessita de publicidade, trabalha com baixa tecnologia e pouco capital. Um exemplo claro disso está na atividade econômica de Carolina de Jesus, a qual é realizada para suprir carências imediatas, com pouco ou nenhum investimento e, muito menos, lucro:

Eu não tinha um tostão para comprar pão. Então eu lavei 3 litros e troquei com o Arnaldo. Ele ficou com os litros e deu-me pão. Fui receber o dinheiro do papel. Recebi 65 cruzeiros. Comprei 20 de carne. 1 quilo de toucinho e 1 quilo de açúcar e seis cruzeiros de queijo. E o dinheiro acabou-se. (JESUS, 2014, p. 11).

Embora com características diferentes, esses circuitos estão interligados, sendo o circuito superior o que regula a economia, subordinando o circuito inferior.

Há interação entre os dois, ainda que o circuito superior seja dominante. O estudo da cidade como uma totalidade não é possível sem o exame dessa dialética entre os dois circuitos, responsável pela definição social e econômica e pelas possibilidades e formas de evolução tanto do organismo urbano como de sua área de influência. (SANTOS, 2009, p. 53)

É importante, porém, não confundir o circuito inferior com trabalho informal, mesmo que este seja parte daquele. Isso porque trabalhos com carteira assinada também podem se enquadrar nas características do circuito inferior, deixando trabalhadores informais e formais de setores de baixa tecnologia em situações semelhantes. Na obra *Quarto de Despejo*, podemos observar que os

moradores da favela constituem o circuito inferior da economia, sendo alguns deles assalariados e outros, como Carolina Maria de Jesus, trabalhadores informais.

Assim, enquanto os que participam do circuito superior detêm a maior parte da riqueza produzida e têm acesso a espaços privilegiados, os do circuito inferior são relegados a espaços de exclusão, com poucos recursos de sobrevivência, convivendo com a falta de serviços básicos, como água e luz: “Atualmente é difícil para pegar água, porque o povo da favela duplica-se. E a torneira é só uma” (JESUS, 2014, p.109) “É 5 horas. Agora que o Senhor Heitor ligou a luz. [...] Preciso dinheiro para pagar a luz. Aqui é assim. A gente não gasta luz, mas precisa pagar”. (JESUS, 2014, p. 17)

Santos chama atenção para essa conjuntura que acaba sendo intensificada, e não resolvida, pela ação do governo:

O próprio poder público torna-se criador privilegiado de escassez; estimula, assim, a especulação e fomenta a produção de espaços vazios dentro das cidades; incapaz de resolver o problema da habitação, empurra a maioria da população para as periferias; e empobrece ainda mais os mais pobres, forçados a pagar caro pelos precários transportes coletivos e a comprar caro bens de um consumo indispensável e serviços essenciais que o poder público não é capaz de oferecer (Santos, 1990, *apud* SANTOS, 1993, p. 111)

Dessa forma, entende-se que os moradores da favela lutam diariamente pela sobrevivência, esquecidos pelo poder público, buscando oportunidades de uma vida melhor, mas sempre encontrando as portas fechadas: “Os pobres ‘não são socialmente marginais, e sim rejeitados; não são economicamente marginais, e sim explorados; não são politicamente marginais e sim reprimidos” (Gunder, 1966, p. 1, *apud* SANTOS, 2009, p. 36).

Outro aspecto que contribui sobremaneira para a manutenção e até intensificação do problema é a política, a qual deveria atuar na resolução de tudo isso, mas age predominantemente de maneira contrária: reforçando as desigualdades.

[...] um indivíduo não é mais pobre ou menos pobre porque consome um pouco menos ou um pouco mais. A definição de pobreza deve ir além dessa pesquisa estatística para situar o homem na sociedade global à qual pertence, porquanto a pobreza não é apenas uma categoria econômica, mas também uma categoria política acima de tudo. Estamos lidando com um problema social. (SANTOS, 2009, p.18)

É possível, sob tal perspectiva, afirmar que Carolina de Jesus e muitos daqueles que ela representa constataram isso em seu cotidiano. Não são poucas as passagens do livro que relatam o descaso constante dos políticos para com a população da favela, como no trecho:

Os políticos só aparecem aqui nas épocas eleitorais. O senhor Candido Sampaio quando era vereador em 1953 passava os domingos aqui na favela. [...] quando candidatou-se a deputado venceu. Mas na Câmara dos Deputados não criou um projeto para beneficiar o favelado. Não nos visitou mais. (JESUS, 2014, p. 32).

...Quando um político diz nos seus discursos que está ao lado do povo, que visa incluir-se na política para melhorar as nossas condições de vida pedindo o nosso voto prometendo congelar os preços, já está ciente que abordando este grave problema ele vence nas urnas. Depois divorcia-se do povo. Olha o povo com olhos semi-cerrados. Com um orgulho que fere a nossa sensibilidade. (JESUS, 2014, p. 38)

E a questão vai além: os agentes políticos, em sua maioria, não só esquecem a favela como atuam de forma a intensificar o abismo entre pobres e ricos, favelados e moradores da cidade. Primeiramente, eles costumam não interferir na formação das favelas, criando a ilusão de que não são contra os pobres e não querem desalojá-los. Por outro lado, também não os assistem em seus direitos fundamentais, prevalecendo-se do pouco acesso à informação que têm esses indivíduos:

Ignorância, baixas taxas de escolaridade, condições indignas de vida, manipulação da informação pelo oligopólio das comunicações, tornam a massa excluída campo fértil para as políticas clientelistas que contribuem para reproduzir e eternizar a exclusão (MARICATO, 1996, p. 84).

Em seguida, utilizam a população desses locais como palanques eleitorais, prometendo “melhorias” que, na verdade, são direitos básicos. De acordo com a arquiteta e urbanista Raquel Rolnik, essa é também uma forma de negar a cidadania aos pobres, por meio de uma suposta troca de favores:

Assim, as massas populares urbanas penetraram na política sob condição de dependerem eternamente dos favores concedidos pela administração municipal, obtidos por meio dessa intermediação [associações de moradores e vereadores], já que a inserção dessas massas na cidade, sempre ambígua, entre irregular, ilegal ou clandestina, não garante direitos irrefutáveis, ou seja, cidadania plena. (ROLNIK, 2017, p. 38)

Tudo isso só dura, entretanto, até o momento em que a área ocupada irregularmente passa a ser de interesse daqueles que compõe o circuito superior da economia: “A ocupação ilegal como as favelas são largamente toleradas quando não interferem nos circuitos centrais da realização do lucro imobiliário privado” (MARICATO, 1996, p. 65).

O Estado faz vistas grossas para as ocupações, permitindo que os moradores se instalem e continuem nos terrenos irregulares, todavia também não oferece serviços públicos e condições de melhoria de vida. Como pontua Maricato (1996), o acesso é apenas à terra (geralmente sem valor comercial, por estar em áreas de risco ou proteção ambiental), mas não ao espaço urbano e à urbanização.

Conforme Maricato (1996), os espaços que restam para os pobres se constituem naqueles em que as condições de habitação são extremamente precárias:

É nas áreas rejeitadas pelo mercado imobiliário privado e nas áreas públicas situadas em regiões desvalorizadas que a população trabalhadora pobre vai instalar-se: beira de córregos, encostas dos morros, terrenos sujeitos a enchentes ou outros tipos de riscos, regiões poluídas, ou...áreas de proteção ambiental (onde a vigência de legislação de proteção e ausência de fiscalização definem a desvalorização). (MARICATO, 1996, p. 58).

O diário de Carolina de Jesus está repleto de evidências que ratificam essa constatação. A favela é sempre descrita como local desestruturado, próximo a córregos transformados em esgoto, tomada pelo lixo, entre outras situações. O olhar de quem vem de fora é relatado pela autora: “...Havia pessoas que nos visitava e dizia: \_Credo, para viver num lugar assim só os porcos. Isto aqui é o chiqueiro de São Paulo.” (JESUS, 2014, p. 35).

E é desse modo, não por acaso ou por mero aumento da população da cidade, que a lógica do capital vai moldando o espaço. A paisagem urbana está submetida aos interesses da elite política e econômica, que se isola em zonas privilegiadas com prédios de alto padrão e condomínios luxuosos, afastando as mazelas da classe trabalhadora do alcance de seus olhos.

Harvey (2005), com base na teoria marxista, explica que essa lógica pode ser observada desde a relação entre bairros de uma mesma cidade até a relação

entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Em vista disso, pontua, citando Marx, que:

a 'acumulação de riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, acumulação de miséria, trabalho pesado, escravidão, ignorância, brutalidade e degradação mental no outro pólo; isto é, no lado da classe que produz seu próprio produto na forma de capital'" (MARX, 1967, *apud* HARVEY, 2005, p. 111).

E o processo é histórico:

No Brasil, podemos pensar nos escravos libertos que não foram absorvidos como mão-de-obra assalariada devido à chegada de imigrantes europeus. Mais tarde, com a modernização do campo, podemos pensar também no movimento migratório dentro do país, o chamado êxodo rural. (HARVEY, 2005, p. 120).

Destarte, nota-se que a ambiguidade do sistema data do início da história do país, as normas são seguidas e promulgadas apenas quando convém ao poder político e econômico. Um exemplo claro disso é a proibição do tráfico de escravos por pressão internacional, porém com a manutenção da legalidade da escravidão no Brasil durante quase todo o período do Império. Isso mostra uma política de aparências, a qual escamoteia seus escusos e perversos objetivos: segregar a população negra e pobre, fechando os olhos para seus problemas, e continuar passando uma ideia de progresso e desenvolvimento do país.

Para exemplificar esse raciocínio, a autora cita a ligação entre a Lei Eusébio de Queirós (que proibiu o comércio internacional de escravos) e a Lei de Terras, ambas decretadas em 1850:

Não é por coincidência que as duas leis são promulgadas com uma semana de tempo entre uma e outra. De acordo com a lei, as terras devolutas poderiam ser adquiridas apenas mediante de compra e venda, o que afastava a possibilidade de trabalhadores sem recursos tornarem-se proprietários. (MARICATO, 1996, p. 35).

Isso significa que o Estado só começou a se preocupar com a regularização da terra ao passo em que as classes subjugadas, como os escravos, em breve começariam a ter oportunidade de ocupá-la. A ideia, no fim do século XIX, era passar a imagem de um Brasil modernizado, sem, contudo, abrir mão dos privilégios das elites. Destarte, um simulacro de modernidade foi

implantado no país, sonhando em sua periferia invisível um número vultoso de pobres e miseráveis.

À medida que os detentores do capital desfrutavam cada vez mais de confortos da vida moderna, largas avenidas, moradias espaçosas e bem construídas, os trabalhadores eram banidos para locais distantes, onde, com materiais improvisados e restos, construíam seus barracos, completamente destituídos de acesso aos serviços mais essenciais.

O processo que se deu com os escravos libertos – ou melhor seria dizer abandonados à própria sorte? – repetiu-se mais tarde com os migrantes de áreas rurais e de regiões mais carentes do país, contribuindo para o agravamento da questão da moradia, uma vez que, novamente, o Estado tornou-se cego diante das ocupações irregulares de terra e não desenvolveu políticas públicas para a absorção e integração dos novos habitantes atraídos pelo desenvolvimento industrial e a esperança de uma vida melhor. Nesse sentido, Harvey aponta que:

A migração da força de trabalho excedente do campo para a cidade, a concentração urbana da riqueza pelos negociantes (pilhando o mundo por meio da troca injusta) e usurários (solapando a propriedade fundiária e a convertendo em riqueza monetária), além da extração do produto excedente do campo para o benefício da cidade, facilitaram a concentração social e geográfica dos excedentes. (HARVEY, 2005, p. 134).

Tais excedentes tornam-se, em sua grande maioria, desempregados, trabalhadores informais ou assalariados de baixo custo. Por isso, torna-se possível afirmar, como defende Maricato (1996, p. 43), que a construção de moradias irregulares está ligada ao modelo de desenvolvimento industrial, o qual emprega mão-de-obra barata, não possibilitando ao trabalhador adquirir sua moradia de forma legalizada.

Mais tarde, com o problema das favelas e subúrbios mostrando-se tão considerável e passível de chamar atenção para si, o governo passou a adotar um discurso desenvolvimentista, promovendo um otimismo em relação ao crescimento do país. Crescimento esse que, mais uma vez, não deu conta da imensa massa populacional como um todo.

Na década de 1940 e 50, esses discursos se fortaleceram e colocaram o crescimento urbano como uma grande esperança de modernização do sistema arcaico agrícola e latifundiário:

A ideologia desenvolvimentista dos anos 50 e a posterior ideologia do crescimento e do Brasil potência justificavam e legitimavam a orientação do gasto público em benefício de grandes empresas cujo desempenho permitiria ao Brasil aumentar suas exportações para poder se equipar mais depressa e melhor... As administrações locais viam reduzidos os seus recursos próprios e, ainda por cima, perdiam o poder de decisão sobre os recursos que lhes eram alocados. (SANTOS, 1993, p. 103)

O resultado, no entanto, não foi satisfatório para grande parte da população, a qual acabou excluída financeira e espacialmente: “A evolução dos acontecimentos mostrou que, ao lado de intenso crescimento econômico, o processo de urbanização com crescimento da desigualdade resultou numa inédita e gigantesca concentração espacial da pobreza”. (MARICATO, 1996, p. 55).

Os interesses econômicos seguem, então, moldando o espaço urbano, transformando-o em um mapa fragmentado, formado por partes absolutamente desiguais, integradas apenas pela relação de exploração. Segundo Harvey, “[...] as revoluções nas formas capitalistas de organização (ascensão do capital financeiro, das empresas multinacionais, das filiais de manufatura etc.) permitem maior controle sobre espaços cada vez maiores por capitalistas associados”. (HARVEY, 2005, p. 147).

Essa concentração do poder sobre o espaço é extremamente nociva do ponto de vista social, como sustenta Maricato:

A segregação ambiental não é somente uma das faces mais importantes da exclusão social, mas parte ativa e importante dela. À dificuldade de acesso aos serviços de infra-estrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos, etc.) somam-se menores oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menores oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer. A lista é interminável. (MARICATO, 1996, p. 56).

O relato diário de Carolina de Jesus sobre a vida na favela está repleto de exemplos dessas privações. Ao longo das páginas escritas na década de 1950 e publicadas em 1960, pululam relatos cruéis em que crianças presenciam cenas absurdas e acostumam-se com elas: são bebedeiras, espancamentos, brigas, prostituição e toda sorte de violência. São histórias que fazem parte do cotidiano da favela, retratadas com crueza pela autora, e com grande poder de chocar o leitor (em sua maioria alheio a tal realidade), como no seguinte trecho: “Eu só tenho dó das crianças que ouvem os improperios. A Zefa é mulata. É bonita. É uma pena não saber ler. Só que ela bebe muito. Ela já teve duas filhas, e bebia muito. Esquecia de alimentar as crianças, e elas morreram”. (JESUS, 2014, p. 109).

A discriminação racial, por sua vez, também é bastante evidente no livro, o qual apresenta constante exclusão da população negra (da qual Carolina Maria de Jesus faz parte):

...Eu estava pagando o sapateiro e conversando com um preto que estava lendo um jornal. Ele estava revoltado com um guarda civil que espancou um preto e amarrou numa árvore. O guarda civil é branco. E há certos brancos que transforma preto em bode expiatório. Quem sabe se o guarda civil ignora que já foi extinta a escravidão e ainda estamos no regime da chibata? (JESUS, 2014, p. 108).

Em *Casa de Alvenaria*, o racismo também é patente, uma vez que, apesar de ter adquirido melhores condições financeiras, Jesus segue sendo excluída por sua cor de pele e origem humilde. Por ironia do destino, ela acaba empregando uma doméstica branca, a qual fica revoltada com a situação:

Quando chega visitas ela fica descontente e triste, murmurando: — Meu Deus do céu, isto é o fim do mundo! Deus está me castigando. O mundo está virando. Eu, branca, ter uma patroa preta... Eu dava risada e pensava: nós os pretos não revoltamos de ter patrões brancos. (JESUS, 2020, posição 1526).

Em outro trecho, a escritora até chega a ser bem tratada – isso porque está na livraria em uma ação para divulgar seu livro –, porém tal fato é causa de muito espanto. “A ‘Última Hora’ foi buscar alguns favelados para fazer uma reportagem na livraria. Os favelados estavam abismados vendo-me, eu, preta, tratada como se fosse uma imperatriz” (JESUS, 2020, posição 591).

Para as mulheres, principalmente as negras, a situação é ainda mais difícil. Muitas, mesmo tendo marido, dão conta da casa e dos filhos sozinhas, outras são espancadas, as solteiras estão à mercê dos homens, jovens se prostituem. Carolina Maria de Jesus sofre na pele o drama de criar três filhos sozinha, contudo, considera sua sorte melhor daquelas que têm a “companhia” de um homem em casa:

A noite enquanto elas pede socorro eu tranquilamente no meu barracão ouço valsas vienenses. Enquanto os esposos quebra as tabuas do barracão eu e meus filhos dormimos socegados. Não invejo as mulheres casadas da favela que levam vida de escravas indianas. Não casei e não estou descontente. (JESUS, 2014, pp. 16 e 17).

Além disso, todos os moradores da favela padecem com a falta de estrutura, obrigando-se a deslocar-se de forma árdua para acessar serviços elementares, como educação e saúde:

...Fui levar o João no dentista. Vi uma placa na rua Itaqui, 2. Dentista. Dr. Paulo de Oliveira Porto.

Toquei a campainhinha e entrei. Uma senhora veio atender-me. Eu sentei para esperar. Mas estava aflita por causa dos filhos que haviam ficado sosinho. O Dr. Paulo veio atender e eu disse-lhe que ele é o dentista que está mais perto da favela e que queria que extrairse um dente do meu filho João. O João sentou-se na cadeira.

\_ Quanto é, doutor?

\_ Cem cruzeiros!

Achei o preço exagerado. Mas ele já estava sentado na cadeira. Abri a bolsa e sentei. E comecei contar as notas de 5. Separei 20 notas de 5. (JESUS, 2014, p. 114).

E ainda há o ponto mais desumano: a fome, que enfraquece, que desespera, que mata. Os excluídos geograficamente também são privados de uma alimentação digna, sobrevivem do pouco que conseguem comprar com sua remuneração precária, de doações e restos. A fome é protagonista no romance “Quarto de Despejo”, sua cor amarela impregna as páginas da narrativa, escancarando o clímax da exclusão espacial e social moldada pelo regime de acumulação capitalista: “6 de agosto. Fiz café para o João e o José Carlos, que hoje completa 10 anos. E eu apenas posso dar-lhe os parabens, porque hoje nem sei se vamos comer” (JESUS, 2014, p. 106).

Tudo isso contrasta fortemente com a cidade modernizada, desenvolvida, ocupada pelas elites. Em uma cena emblemática, Carolina de Jesus e sua filha Vera vão buscar papéis em um edifício e, durante o simples uso do elevador, tal tensão fica evidente:

No sexto andar, o senhor que penetrou no elevador olhou-me com repugnância. Já estou familiarizada com estes olhares. Não entristeço.

Quiz saber o que eu estava fazendo no elevador. Expliquei-lhe que a mãe dos meninos havia dado-me uns jornaes. Era este o motivo da minha presença no elevador. Perguntei-lhe se era medico ou deputado. Disse-me que era senador.

O homem estava bem vestido. Eu estava descalça. Não estava em condições de andar no elevador (JESUS, 2014, p. 111).

É possível claramente entender que a ocupação de certos espaços está condicionada à posição social, materializada principalmente pela aparência que os indivíduos apresentam. Ou seja, não ter acesso a boas roupas, calçados e outros itens que custam dinheiro determina os espaços que cada um pode ou não ocupar.

Para Harvey (2005), seria nesse ponto que surgiria o papel do Estado, com o objetivo de equilibrar as tensões. O que, entretanto, não ocorre na realidade, uma vez que o aparato governamental se encontra a serviço do interesse financeiro. Assim, as ações do Estado acabam por reforçar o desequilíbrio. Como a classe dominante domina também o poder do Estado e a produção intelectual “essas ideias dominantes têm de ganhar aceitação como representantes do ‘interesse comum’, precisam ser apresentadas como idealizações abstratas, como verdades eternamente universais” (HARVEY, 2005, p. 81). Dessa forma, “As noções de ‘justiça’, ‘direito’, ‘liberdade’ são apresentadas como se tivessem um significado independente de qualquer interesse de classe específico” (HARVEY, 2005, p. 81), quando, na verdade, são fruto da imposição de uma classe sobre a outra. É também o que afirma Santos: “O capitalismo monopolista agrava a diferenciação quanto à dotação de recursos, uma vez que parcelas cada vez maiores da receita pública se dirigem à cidade econômica em detrimento da cidade social”. (SANTOS, 1993, p. 96)

Um modelo disso é citado por Maricato (1996) que descreve um programa habitacional criado na década de 1960, baseado em dois pilares: o Sistema

Financeiro da Habitação (SFH) e o Banco Nacional da Habitação (BNH). Segundo a urbanista, ambos são “exemplo muito adequado da modernização excludente” (MARICATO, 1996, p. 43). Isso porque eles criam a ilusão do investimento em moradias para a população mais carente, contemplando apenas pequena parte desta, ao passo que a fatia mais vultosa é investida para fortalecer o setor imobiliário, as grandes incorporadoras e o sistema bancário que lucra com os juros e o aquecimento da economia.

Um exemplo simbólico desse procedimento é o evento da construção das mil casas em um dia, ocorrido no Estado de Goiás e descrito por Maricato como sendo notoriamente um caso de clientelismo aparente e manobra política.

Toda a produção para o performático evento foi minuciosamente planejada, com vários meses de antecedência. O filme resultante, projetado largamente na mídia, em velocidade acelerada, mostrava o milagre do erguimento das mil casas em um minuto. Após esse dia, 1.000 famílias foram retiradas da cidade e isoladas em um conjunto situado a doze quilômetros das áreas urbanizadas de Goiânia. Perderam as poucas oportunidades de ganho por causa da precariedade e do alto custo dos transportes, mas, em compensação, o então governador de Goiás conseguiu indicar seu secretário de planejamento, idealizador do “mutirão das mil casas em um dia”, para o Ministério do Desenvolvimento Urbano do governo federal, logo depois (Maricato & Moraes, 1986, *apud* MARICATO, 1996, p. 67).

Nessa mesma direção, Harvey pontua o escamoteamento feito pelo Estado sob o jugo dos interesses financeiros privados como importante fator do agravamento do problema da segregação espacial:

Deve-se reconhecer que, sob a camuflagem de muitos projetos de sucesso, existem alguns problemas econômicos e sociais muito sérios, e que isso, em muitas cidades, está assumindo um caráter geográfico, na forma de uma cidade dupla, com a regeneração de um centro de cidade decadente e um mar circundante de pobreza crescente. (HARVEY, 2005, p. 188).

Diante de tão perversa e complexa realidade, permanece a questão de como enfrentar a exclusão social que até os dias de hoje assola a sociedade brasileira. O estudo e a denúncia disso são, sem dúvida, um início, pois depender apenas da ação do poder público ou de uma suposta boa vontade da iniciativa privada, nos parece, a partir do cenário observado, uma falsa e desoladora esperança.

Faz-se necessário a tomada de atitude por parte dos trabalhadores. Uma vez que “a governança urbana se orientou muito mais para a oferta de um ‘ambiente favorável aos negócios’, e para a elaboração de todos os tipos de chamarizes para atrair esse capital à cidade” (HARVEY, 2005, pp. 179 e 180) e “o cidadão é não raro ensombrecido pelo usuário e pelo consumidor, afastando para muito depois a construção do homem público. Daí a busca de privilégios em vez de direitos”. (SANTOS, 1993, p. 109), é preciso que a população enxergue essa realidade e batalhe contra ela. Carolina Maria de Jesus o fez por meio de seus diários. Mesmo sabendo que a literatura e a arte como um todo ainda são instrumentos bastante ignorados, elas constituem sim uma alternativa no combate ao opressor.

É por meio de expressões populares e artísticas que a difícil realidade acaba se descortinando: “O reconhecimento da ‘cidade partida’, da segregação espacial, do crescimento da pobreza, do *apartheid social*, já constituem um avanço para uma sociedade que é tão alienada em relação à dimensão dos excluídos”. (MARICATO, 1996, p. 11). E é pela própria voz dos excluídos que essa realidade é mais bem representada, seja no diário de uma favelada, seja nos *raps* produzidos nas periferias:

Ninguém melhor do que os moradores da cidade oculta para descrevê-la. Isso é feito por meio das letras dos *raps* dos Racionais MC, moradores de um dos bairros mais violentos de São Paulo. A visão dos que estão no interior do “caldeirão”, que começam a ter voz, constitui novidade que atrai multidões de jovens maciçamente negros, aos shows que o conjunto musical apresenta na periferia de São Paulo. Os apartados constroem sua identidade. (MARICATO, 1996, p. 17).

É por isso que o jornalista Audálio Dantas, principal incentivador e promotor da carreira de Carolina Maria de Jesus, ao ir à busca de material para fazer uma reportagem sobre a vida na favela do Canindé, prefere abrir mão da redação do texto e publicar os escritos da própria favelada: “[...] repórter nenhum, escritor nenhum poderia descrever melhor aquela história – a visão de *dentro* da favela” (DANTAS, 1993, In JESUS, 2014, p. 6).

E é por meio desse relato feito diariamente por Carolina Maria de Jesus que se pode conhecer mais de perto a realidade da antiga favela do Canindé, a qual foi substituída, após 1961, pela marginal Tietê. Por isso, na próxima seção, será abordado o processo de urbanização da cidade de São Paulo.

## 2.1 A METRÓPOLE “PARTIDA”

Rolnik (2017) resume em seu livro “Territórios em conflito” a história da ocupação de São Paulo. Em 1554, os jesuítas em suas missões, fundaram a Vila de São Paulo, que até o século XIX era habitada por portugueses e índios. No século XVII, a história daquela que se transformaria na maior cidade do país, vive a investida dos bandeirantes, inicialmente para caçar índios, depois para conquistar riquezas e até mesmo territórios.

Já em 1850, a cafeicultura começa a mudar a região e o status de São Paulo. O uso da mão-de-obra escrava nas lavouras proporciona o crescimento da população negra e mais tarde a vinda de imigrantes europeus (principalmente italianos), completando, num primeiro momento, o cenário de povoação da cidade. Mais tarde, por ser a ligação mais próxima com o Porto de Santos, passa por um crescimento, a partir da construção de ferrovias e a expansão do povoamento ao longo da linha férrea.

Já neste período, a administração pública favorecia a ocupação desigual do espaço: em 1886 ocorreu a proibição da instalação de cortiços no centro, por meio de códigos de postura e sanitário. Dessa forma, a chamada zona urbana delimitada excluía bairros operários inteiros “como Vila Prudente, Tatuapé, Canindé” (ROLNIK, 2017, p. 26).

O primeiro ciclo de urbanização, segundo a autora, se deu na segunda década do século XX, e também trazia traços de desigualdade:

Esse momento correspondeu também ao primeiro grande surto de “urbanidade” na cidade, quando foram implantados os serviços de água encanada, o transporte por bondes elétricos, a iluminação pública, a pavimentação das vias. A política de implantação desses “melhoramentos” desde logo foi distinta em cada um dos espaços da cidade. (ROLNIK, 2017, p. 21)

Num segundo momento de expansão urbana, nos anos 1940/1950, São Paulo passa por um grande “surto rodoviário” (ROLNIK, 2017, p. 39), e essa expansão da malha rodoviária - com a construção da via Dutra e da via Anchieta, por exemplo - coloca definitivamente São Paulo como grande pólo industrial e econômico do país. Isso, por consequência, motiva migrantes de todo país, em

especial do Nordeste e de Minas Gerais, a deixar sua terra natal em busca de oportunidades na mais nova metrópole. É o caso de Carolina Maria de Jesus e de outros moradores da favela descritos pela escritora.

Carolina de Jesus migrou com sua família de Sacramento (MG) para São Paulo na tentativa de uma vida melhor. Caminho repetido por inúmeros brasileiros, que ficaram conhecidos na capital paulista, de maneira estereotipada, como baianos, mas provenientes de todas as partes do Nordeste brasileiro. No livro *Quarto de Despejo* eles aparecem com frequência, nomeados de diversas maneiras: nortistas, pernambucanos, paraibanos, baianos, entre outros.

...Hoje teve uma briga. Na rua A residem 10 baianos num barracão de 3 por dois e meio. Cinco são irmãos. E as outras cinco são irmãs. São robustos, mal encarados. Homens que havia de ter valor para Lampeão. Os dez são pernambucanos. E brigaram os dez com um paraibano. (...) Quando os pernambucanos avançaram no paraibano as mulheres abraçaram o paraibano e levaram para dentro do barracão e fecharam a porta. Os pernambucanos ficaram falando que matavam e repicavam o paraibano. Queriam invadir o barracão. Estavam furiosos igual os cães quando alguém lhes retira a cadela. (JESUS, 2014, p. 63).

Mesmo com a falta de políticas para absorver dignamente os migrantes, a corrida desenvolvimentista continuou em São Paulo. Rolnik (2017) indica que a partir da década de 1950, a região da Avenida Paulista ganha importância e prestígio. Essa mudança das elites do Centro para a Paulista se consolida até o início da década de 1970 e permanece até os dias de hoje. Sevcenko confirma essa centralidade, ao descrever a cidade:

[...] e a Avenida Paulista, em especial na cercania do Belvedere, é o topo por excelência por espaço urbano, de onde se podem observar desde as colinas centrais adjacentes, que compõe o corpo básico da urbe, até as várzeas mais distantes do Tietê, Tamanduateí e Pinheiros, que cercam a cidade fazendo com que ela pareça uma ilha, com sua moldura de águas lodosas, pontuada por casebres humildes por toda a extensão.(SEVCENKO, 1992, p. 28)

Tal trecho é paradigmático para ilustrar os contrastes que vão formando São Paulo ao longo dos anos, no embalo dos discursos políticos, que ignoram a população mais pobre e suas condições precárias para exaltar a chegada do

progresso (obviamente negligenciando o quão excludente seja esse processo). Na década de 1950, o lema do então governador de São Paulo Ademar de Barros era “São Paulo não pode parar” (ROLNIK, 2017, p. 44), mas, para os excluídos a cidade já estava estagnada: “Eu quando estou com fome quero matar o Janio, quero enforcar o Adhemar e queimar o Juscelino. As dificuldades corta o afeto do povo pelos políticos”<sup>3</sup> (JESUS, 2014, p. 33).

Assim, cresciam os prédios, as avenidas, os museus, o comércio e, do lado oculto da cidade, as favelas.

[...] o destino da metrópole é definido através de mecanismos que articulam as máquinas político-partidárias e mandatos individuais a interesses econômicos, locais e corporativos, estruturando decisões mediadas pelos mercados de votos e dos negócios que gravitam em torno da produção e administração da cidade, como é a promoção imobiliária e os serviços de transporte. (ROLNIK, 2017, p. 51)

Em nome do progresso e da ascensão do capital financeiro, grande parte da população era relegada ao esquecimento do poder público, ocupando espaços cada vez mais periféricos e desestruturados, desenhando uma imensa disparidade na formação da paisagem urbana: “Ao mesmo tempo que configuram os territórios da riqueza, a concentração de investimentos em ‘melhoramentos’ e a legislação também definem aqueles lugares onde deverá se instalar a pobreza” (ROLNIK, 2017, p. 26).

Utilizando diversos dados, Maricato (1996) mostra como se dá a segregação social dentro do espaço da cidade de São Paulo, associando a periferização a fatores como renda e escolaridade (ver mapas anexos A e B). O levantamento demonstra que quanto mais distante do centro, maior a taxa de ocupação da terra, menores os rendimentos da população e mais baixa a escolaridade.

A favela do Canindé, por exemplo, ficava localizada na Zona Norte de São Paulo, muito próxima ao Centro, onde anos depois surgiram bairros mais urbanizados. Com base em dados apresentados por Maricato (1996), na década

---

<sup>3</sup> Jânio Quadros, prefeito de São Paulo entre 1953 e 1955; Ademar de Barros, governador do Estado de São Paulo de 1947 a 1951; Juscelino Kubitschek, presidente do Brasil de 1956 a 1961.

de 1990, a região contava com uma densidade domiciliar de 3 a 3,5 moradores por domicílio. Na mesma década, bairros ainda mais afastados do Centro, apresentavam mais de 4 moradores por domicílio. O que mostra que o processo de gentrificação<sup>4</sup> teve sequência ao longo dos anos.

Semelhante disparidade ocorre em relação à renda e a percentagem de analfabetos nos bairros: quanto mais centrais, melhores os salários e menor o número de não alfabetizados, no sentido contrário, quanto mais periféricos, menores os salários e maior a quantidade de analfabetos. Para se ter uma ideia, segundo esse mesmo mapeamento feito por Maricato (1996) com base no censo divulgado em 1991, se nas regiões centrais a renda média era de mais de 10 salários mínimos, na extrema periferia, oscilava entre 0 e 4 salários mínimos.

No mesmo sentido, dados do último Censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística), em 2010, indicam que a maior parte da população de São Paulo continua alocada na periferia, sendo que todos os bairros com mais de 200 mil moradores se localizam nas bordas do mapa paulista, somando mais de 3 milhões dos cerca de 11 milhões de habitantes. O distrito com mais moradores, segundo o mesmo censo, o Grajaú, é também o mais afastado da região central (excetuando-se os distritos de Parelheiros e Marsilac, que abrigam uma grande área de preservação ambiental) e, não por acaso, apontado por uma pesquisa da Rede Nossa São Paulo<sup>5</sup> em 2012 como o pior lugar para se viver na capital paulista. Foram levados em conta 55 critérios, dos quais 32 foram avaliados como negativos na região.

A mesma pesquisa realizada em 2019 já mostra um maior equilíbrio entre localidades centrais e periféricas como melhores e piores em vários índices. Mas quando se trata de habitação, a maior concentração de favelas segue na periferia, como é possível ver na figura a seguir (com mais detalhes no ANEXO

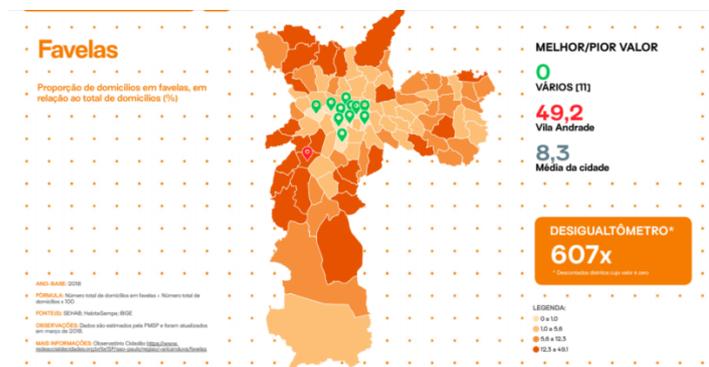
---

<sup>4</sup> Processo de modificação de centros urbanos por meio da expulsão das pessoas mais pobres para as periferias com a finalidade de liberar a ocupação do local pelas classes mais abastadas.

<sup>5</sup> “A Rede Nossa São Paulo (RNSP) é uma organização da sociedade civil que tem por missão mobilizar diversos segmentos da sociedade para, em parceria com instituições públicas e privadas, construir e se comprometer com uma agenda e um conjunto de metas, articular e promover ações, visando a uma cidade de São Paulo justa, democrática e sustentável. Apartidária, tem a atuação pautada pelo combate à desigualdade, pela promoção dos direitos humanos, pela participação e controle social, e pela transparência e respeito ao meio ambiente”. (Texto informado pelo site da Oscip, disponível em <<https://www.nossasaopaulo.org.br/quemsomos/#rnsp>>. Acesso em 20 mai. 2020.)

D), na qual as áreas mais escuras representam os pontos com maior porcentagem de domicílios em favelas.

FIGURA 1 – MAPA DA DESIGUALDADE DE SÃO PAULO - FAVELAS



FONTE: RNSP, 2019

Outros dois mapas (com mais detalhes nos anexos E e F) revelam que é praticamente nas mesmas regiões que se localiza a maioria da população preta e parda e também o maior número de empregos informais, subsidiando a ideia de que tais fatores estão inter-relacionados.

FIGURA 2 – MAPA DA DESIGUALDADE – POPULAÇÃO PRETA E PARDA

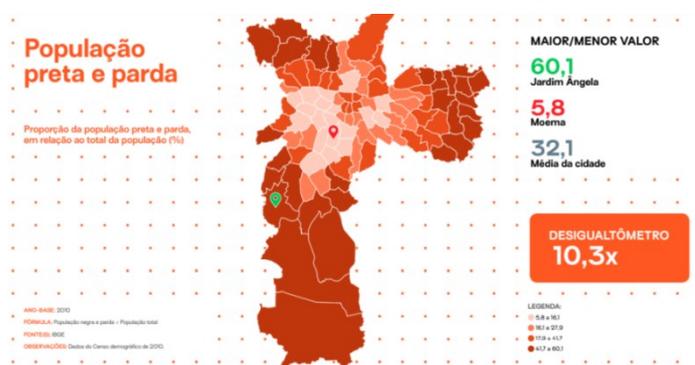
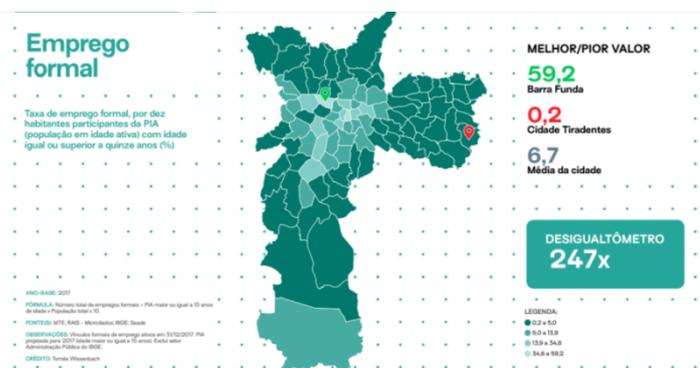


FIGURA 3 – MAPA DA DESIGUALDADE – EMPREGO FORMAL



FONTE: RNSP, 2019

Em seu relato sobre a vida fora da favela, Jesus continua olhando para os periféricos e reitera seu discurso sobre a exclusão por meio do espaço, confirmando os dados estatísticos aqui citados. Para ela, os mais pobres vivem em constante perigo social: “Vou discriminar os perigos:— A fome, proveniente do custo de vida.— Devido o custo de vida o pobre não pode residir numa habitação condigna. Tem que residir nas favelas” (JESUS, 2020, posição 819).

Além disso, dados de 2017 da Secretaria de Estado da Segurança Pública de São Paulo divulgados pelo jornal O Estado de São Paulo demonstram que é também nos bairros periféricos onde estão os maiores índices de violência, principalmente em relação a homicídios e tráfico de drogas, como é possível observar nas figuras que se seguem, nas quais as áreas em vermelho escuro têm os maiores índices (com mais detalhes nos ANEXOS G e H).

FIGURA 4 – MAPA DE HOMICÍDIOS EM SÃO PAULO

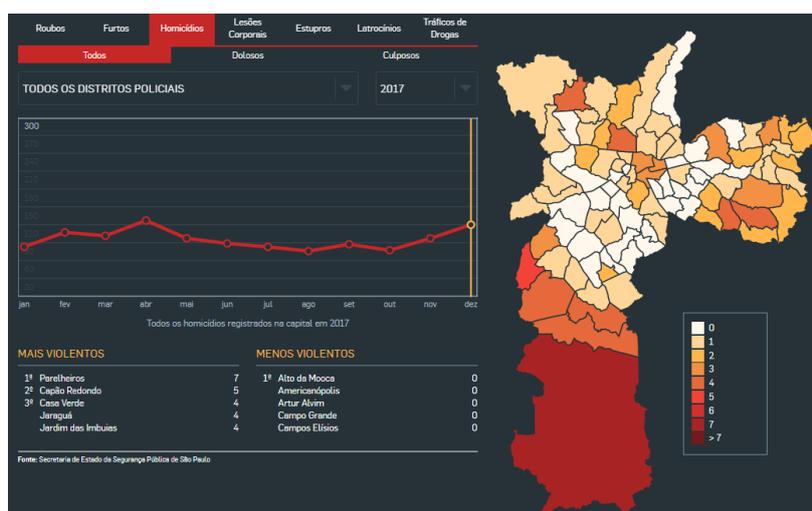
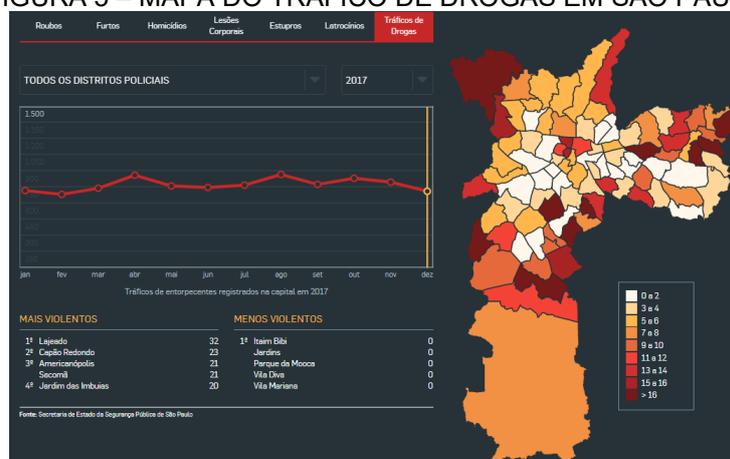


FIGURA 5 – MAPA DO TRÁFICO DE DROGAS EM SÃO PAULO



FONTE: O ESTADO DE SÃO PAULO, 2017

Desse modo, apesar de não ser possível medir a exclusão social, pode-se compreendê-la por meio da organização espacial e social:

A exclusão social não é passível de mensuração, mas pode ser caracterizada por indicadores como a informalidade, a irregularidade, a ilegalidade, a pobreza, a baixa escolaridade, o oficioso, a raça, o sexo, a origem e, sobretudo, a ausência de cidadania. (MARICATO, 1996, p.57).

Todos esses fatores são observáveis no diário de Carolina Maria de Jesus, no qual a segregação dos moradores da periferia em relação ao centro fica bastante óbvia. A autora repete com insistência o termo “quarto de despejo” para se referir à favela, demonstrando abertamente a sensação de não pertencimento dos favelados ao espaço urbanizado e o sentimento de exclusão social, como no seguinte trecho:

Levantei de mau humor e fui atender. Era o senhor Dario. Um senhor que eu fiquei conhecendo na eleição. Eu mandei o senhor Dario entrar. Mas fiquei com vergonha. O vaso noturno estava cheio.

...O senhor Dario ficou horrorizado com a primitividade em que eu vivo. Ele olhava tudo com assombro. Mas ele deve aprender que a favela é o quarto de despejo de São Paulo. E que eu sou uma despejada. (JESUS, 2014, p. 147).

As transformações pelas quais foi passando a metrópole foram, assim, construindo um espaço ambíguo e de difícil integração para seus moradores:

Essa cidade que brotou súbita e inexplicavelmente, como um colossal cogumelo depois da chuva, era um enigma para os seus próprios habitantes, perplexos, tentando entendê-lo como podiam, enquanto lutavam para não serem devorados. (SEVCENKO, 1992, p. 31).

Essa mudança súbita dos centros urbanos, segundo Sevcenko, exige então uma nova linguagem, uma vez que a linguagem iluminista e cientificista de ordem já não é capaz de ilustrar a realidade que emergia da lama. Linguagem esta que é encontrada nas páginas ásperas dos diários de Carolina Maria de Jesus, a qual revela “uma cidade partida, cravada por muros visíveis e invisíveis que a esgarçam em guetos e fortalezas, sitiando-a e transformando-a de tempos

em tempos seus espaços públicos em praças de guerra". (ROLNIK, 2017, pp. 12 e 13).

### 3 PODE O PERIFÉRICO FALAR?

Numa explícita intertextualidade, traz-se neste capítulo a reflexão da teórica indiana Gayatri Chakravorty Spivak sobre a voz dos subalternos. Em sua mais famosa obra *Pode o subalterno falar?*, Spivak (2014) questiona o lugar que se dá à fala do sujeito do chamado Terceiro Mundo. Diante do jogo de poder que rege a sociedade, há lugar para a voz do subalterno?

Para Spivak (2014), o subalterno é aquele sujeito à margem do Sujeito absoluto, eurocêntrico (ocidental), como explica Sandra Regina Goulart Almeida, no prefácio da obra.

O termo subalterno, Spivak argumenta, descreve as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante (ALMEIDA, 2014, In SPIVAK, 2014, pp. 13 e 14).

Tal sujeito tem sua voz silenciada, não por não ter a habilidade de se expressar, mas por não ser, de fato, ouvido. Intelectuais como Michel Foucault e Gilles Deleuze, aponta a teórica indiana, acabam contribuindo para esse quadro quando, ao invés de dar espaço para a voz do subalterno, propõe-se – por descuido e arrogância teórica – a falar por eles.

Nesse sentido, Spivak utiliza dois termos do alemão para evidenciar a diferença entre cada postura: *vertreten* e *darstellen*, o primeiro é traduzido para o Português como “representar”, o segundo, como “re-presentar”. Assim, ao “representar” o subalterno no lugar de o fazer presente, os teóricos produzem sobre esse indivíduo um discurso, o qual se dá por meio de um ponto de vista eurocêntrico, impregnado de ideologias que não condizem com o sujeito representado.

O subalterno, portanto, não tem sua fala genuína percebida pela sociedade. O que ocorre é a falsa sensação de que esse sujeito à margem está sendo ouvido, porém apenas por meio de outra voz que se sobrepõe a sua:

Revela-se, assim, a banalidade das listas produzidas pelos intelectuais de esquerda nas quais nomeiam subalternos politicamente perspicazes e capazes de autoconhecimento. Ao representá-los,

intelectuais representam a si mesmos como sendo transparentes (SPIVAK, 2014, p. 41).

Ademais, a pesquisadora chama a atenção para o fato de que o sujeito subalterno não é homogêneo. Ao falar pelo sujeito, os intelectuais desconsideram as particularidades de cada subalternidade, o que resulta na crença em uma “forma pura de consciência” da classe subalterna. Isso, segundo Spivak (2014, p. 62 e 63), não existe, pois essa classe é heterogênea. Dessa forma, a consciência de classe é uma ideologia.

É necessário entender, pois, que:

[...] os oprimidos podem saber e falar por si mesmos. Isso reintroduz o sujeito constitutivo em pelo menos dois níveis: o Sujeito de desejo e poder como um pressuposto metodológico irreduzível; e o sujeito do oprimido, próximo de, senão idêntico, a si mesmo. (SPIVAK, 2014, p.56).

Analisando todo esse raciocínio, retoma-se o título desta parte do trabalho, uma vez que a subalternidade também está ligada ao espaço geográfico – senão determinada por ele. Destarte, o periférico, ao ser afastado dos centros urbanos, também é calado. Tal proposição fica bastante evidente no diário de Carolina Maria de Jesus. Em diversos trechos, a autora manifesta o desejo de ser ouvida, quer que seus escritos sejam lidos e suas reivindicações atendidas. Mas, mesmo ao aparecer em revista de grande circulação, tem a consciência de que para uma pessoa como ela – mulher, negra, pobre – esse é um objetivo bastante difícil de ser alcançado, como sentencia Spivak: “A questão da ‘mulher parece ser mais problemática nesse contexto. Evidentemente se você é pobre, negra e mulher, está envolvida de três maneiras” (SPIVAK, 2010, p.85). Um exemplo disso pode ser observado no trecho a seguir:

Eu saí. Fui catar um pouco de papel. Ouço varias pessoas dizer:  
 \_ É aquela que está no O Cruzeiro!  
 \_ Mas como está suja!  
 [...]  
 \_ Ela saiu no O Cruzeiro. Com ela agora é mais cruzeiro.  
 \_ Eles te pagaram?  
 \_ Vão dar-me uma casa.  
 \_ Vai esperando!

... Fiquei pensando num preto que é meu vizinho. O senhor Euclides. Ele disse-me:  
 \_ Dona Carolina, eu gosto muito da senhora. A senhora quer escrever muitos livros?  
 \_ Oh, se quero!  
 \_ Mas a senhora não tem quem te dê nada. Precisa trabalhar.  
 \_ Eu preciso trabalhar e escrevo nas horas vagas. (JESUS, 2014, p. 173).

Nesses outros dois trechos a seguir, também fica bastante claro que o espaço em que a autora se encontra modifica seu sentimento de ser e pertencer. No primeiro, Carolina Maria de Jesus se encontra acolhida num lugar urbanizado, vivencia uma experiência prazerosa, acredita-se momentaneamente parte de um mundo melhor:

... Na redação, eu fiquei emocionada. (...) O senhor Antonio fica no terceiro andar, na sala do Dr. Assis Chatobriand. Ele deu-me revista para eu ler. Depois foi buscar uma refeição para mim. Bife, batatas e saladas. Eu comendo o que sonhei! Estou na sala bonita. A realidade é muito mais bonita do que o sonho. [...] Depois fomos na redação e fotografaram-me. (...) Prometeram-me que eu vou sair no Diário da Noite amanhã. Eu estou tão alegre! Parece que a minha vida estava suja e agora estão lavando. (JESUS, 2014, p. 173).

Já no segundo, ao voltar para seu espaço segregado, choca-se com sua dura e triste realidade de exclusão: "...Voltei para o meu barraco imundo. Olhava o meu barraco envelhecido. As tábuas negras e podres. Pensei: está igual a minha vida!" (JESUS, 2014, p.175).

Há, em ambos os trechos, uma nítida simbiose entre ser e estar, entre identidade e espaço. E tudo isso reverbera no fato de ser ou não ouvido, em poder ou não falar. Jesus e os moradores da favela são emblematicamente subalternos, já que, nas próprias palavras da escritora:

... Nós somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio são os lugares do lixo e dos marginais. Não mais se vê os corvos voando as margens do rio. Os homens desempregados substituíram os corvos" (JESUS, 2014, p. 54).

E tais homens (e mulheres) sem emprego não têm espaço nem voz na sociedade.

A obra *Quarto de Despejo: Diário de uma favelada* rompe, no entanto, com esse paradigma, uma vez que os diários escritos por Carolina Maria de Jesus são publicados. Ao conhecer a mulher negra e pobre que escrevia, sem dúvida uma gigantesca exceção, o jornalista Audálio Dantas (editor do livro) optou por “re-presentá-la”, ou seja, ao invés de fazer uma reportagem sobre ela, abriu espaço na mídia para que ela publicasse o que escreveu.

Sabe-se, todavia, que tal ruptura foi parcial, visto que os diários passaram por edição (questão a ser tratada mais adiante) – sendo algumas partes excluídas a critério de Dantas, segundo ele, para evitar repetições. A quebra do silêncio da subalterna, nesse caso, também é temporária, pois se sabe que Carolina Maria de Jesus faleceu praticamente esquecida, e que suas outras obras ficaram longe de alcançar o mesmo resultado de vendas e a mesma repercussão que *Quarto de Despejo*. É inegável, contudo, que as palavras da escritora favelada atingiram um grande número de pessoas (em um ano, mais de cem mil livros foram vendidos).

No diário denominado *Casa de Alvenaria*, ela mesma constata essa mudança: “Agora eu falo e sou ouvida. Não sou mais a negra suja da favela” (JESUS, 2020, posição 238). Isto é, é necessário estar fora do espaço da favela para ter voz na sociedade. No entanto, essa mesma voz que ganhou destaque com o diário da favelada começou a incomodar a sociedade que se via representada de forma negativa no diário da ex-favelada. Assim, enquanto os alvos das críticas eram os vizinhos de miséria de Jesus, ela tornou-se porta voz da favela e aguçou a curiosidade do mundo. A partir do momento em que a elite passa a ser o objeto das palavras de desaprovação, a voz da subalterna é calada novamente.

### 3.1 A ESCRITA DO “EU” E DO “NÓS” NOS DIÁRIOS DE CAROLINA MARIA DE JESUS: AUTOBIOGRAFIA, VIDA E MEMÓRIA

Antes de tudo, é importante esclarecer que esta seção não se propõe a uma análise aprofundada do estilo de escrita de Carolina Maria de Jesus e da função da edição na publicação dos diários aqui estudados. O objetivo é, de maneira breve, explicitar que a leitura das obras não se deu de maneira ingênua, deixando acreditar que os registros da autora são um “retrato fiel da realidade”.

Isso pode ser afirmado por dois principais motivos que são abordados nos parágrafos que se seguem. Um deles é o fato de que os relatos são escritos com o objetivo de publicação e apresentam um ponto de vista sobre a realidade que descrevem, como pode ser confirmado no seguinte fragmento: “...Eu estava escrevendo. Ela perguntou-me: - Dona Carolina, eu estou neste livro? Deixa eu ver! - Não. Quem vai ler isso é o senhor Audálio Dantas, que vai publicá-lo” (JESUS, 2014, p. 143). O outro é a premissa de que, ao passar por edição, as narrações sobre o dia a dia na favela e na casa de alvenaria sofrem um novo recorte, o qual também não é neutro. Tem-se, assim, uma realidade filtrada por, pelo menos dois sujeitos diferentes, sem contar a recepção de cada leitor (inclusive o que realiza esta pesquisa).

Primeiramente deve-se considerar que Jesus via-se como escritora e tinha a pretensão de ser lida, portanto, seus diários não eram uma escrita apenas para si mesma. De tal modo, ao relatar seu cotidiano, ela se expõe como uma personagem de si mesma. Essa afirmação não significa que ela cria intencionalmente uma persona na qual camufla sua identidade. O propósito da asserção é elucidar que a conhecemos por meio dela própria, ou seja, da sua subjetividade, em paralelo ao que constata Philippe Lejeune, ao tratar do gênero autobiografia:

O fato de a identidade individual, na escrita como na vida, passar pela narrativa não significa de modo algum que ela seja uma ficção. Ao me colocar por escrito, apenas prolongo aquele trabalho de criação de “identidade narrativa”, como diz Paul Ricoeur, em que consiste qualquer vida. É claro que, ao tentar me ver melhor, continuo me criando, passo a limpo os rascunhos de minha identidade, e esse movimento vai provisoriamente estilizá-los ou simplificá-los. Mas não brinco de me inventar. Ao seguir as vias da narrativa, ao contrário, sou fiel a minha verdade: todos os homens que andam na rua são homens-narrativas, é por isso que conseguem parar em pé. Se a identidade é um imaginário, a autobiografia que corresponde a esse imaginário está do lado da verdade. Nenhuma relação com o jogo deliberado da ficção. (LEJEUNE, 2008, p. 104).

Percebemos todo o tempo ao longo da obra, a tentativa da autora de se fazer real, ainda que personagem da história de si mesma. Ela cita números de documentos pessoais, como RG, revela sua contabilidade diária, detalhando os ganhos com seu trabalho e os custos das necessidades de sua família, estes

sempre maiores do que aqueles. Nomes de ruas, repartições públicas e personalidades políticas reforçam a desejada noção de realidade.

Depois que operei, fiquei boa, graças a Deus. E até pude dançar o Carnaval, com minha fantasia de penas. Quem operou-me foi o Dr. José Torres Netto. Bom médico. E falamos de políticos. Quando uma senhora perguntou-me o que acho do Carlos Lacerda, respondi concientemente:

— Muito inteligente. Mas não tem educação. É um político de cortiço. Que gosta de intriga. Um agitador.

Uma senhora disse que foi pena! A bala que pegou o major podia acertar no Carlos Lacerda. (JESUS, 2014, p. 15)

Pode-se, então, afirmar que a obra de Carolina está muito mais próxima do que se caracteriza autobiografia, embora fragmentária e em forma de diário. “Enquanto um pacto autobiográfico entre autor e leitor só é firmado, conforme assinala Lejeune, considerando-se o esforço do autor por um discurso verídico, um pacto autoficcional pressupõe sempre a ambiguidade da referência” (AZEVEDO, 2017, p. 48).

Assim, tem-se Carolina Maria de Jesus como autora, narradora e personagem das obras, colocando no papel sua identidade sob sua própria ótica, sem, no entanto, como defende o autor, recriar-se ficcionalmente. É preciso destacar que os livros provêm dos diários da escritora, o qual é gênero muito próximo da autobiografia que, segundo Lejeune é a “narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade” (LEJEUNE, 2008, p. 14). Sabe-se, todavia, que por mais que relate sua experiência cotidiana, Jesus extrapola o campo individual. Não por isso as considerações do autor francês deixam de ser pertinentes à presente discussão.

Afirma-se, nesse sentido, que a autora narra a si mesma e àqueles que povoam seu convívio por meio de uma escrita fragmentada do eu, com uma sintaxe entrecortada e repetitiva – como é possível observar no uso constante ora de períodos simples e curtos, ora de períodos compostos, geralmente, assindéticos – expondo no cotidiano da vida entrecortada e repetitiva a miséria de sua própria vida: “Cato papel, lavo roupa para dois jovens, permaneço na rua o dia todo. E estou sempre em falta”. (JESUS, 2014, p. 12). Para isso, recorre não à vida em si, mas à memória. Conforme o filósofo Henri Bergson, essas são

duas coisas distintas, embora entrelaçadas. Escrever sobre a própria existência é, portanto, expor a realidade pelo filtro da memória.

Tomemos o mais estável dos estados internos, a percepção visual de um objeto exterior imóvel. Por mais que o objeto permaneça o mesmo, por mais que eu olhe para ele do mesmo lado, pelo mesmo ângulo, sob a mesma luz, a visão que tenho dele não difere menos daquela que acabo de ter, quando mais não seja porque ela está um instante mais velha. Minha memória está aí, empurrando algo desse passado para dentro desse presente. (BERGSON, 2006, p. 2)

É assim que a autora reconstitui o passado para o presente por meio da materialização de suas memórias na escrita fragmentada, como a própria memória, e que é fruto de uma vida cada vez mais fragmentada, exposta em pedaços nos períodos curtos, mas sem perder a poesia, como nesse trecho: “Eu sou muito alegre. Todas manhãs eu canto. Sou como as aves, que cantam apenas ao amanhecer. De manhã eu estou sempre alegre. A primeira coisa que faço é abrir a janela e contemplar o espaço”. (JESUS, 2014, p. 25).

Ao contrário do que se defende a respeito dos diaristas de que “O autor escrevia para si próprio” (SCHITTINE, 2004, p. 31), Carolina sempre demonstrou a vontade de ser lida, de ter interlocutores diversos e mais, de fazer com que a voz da favela fosse ouvida. Tal atitude transpõe a escrita íntima para a esfera pública. “Vou escrever um livro referente à favela. Hei de citar tudo que aqui se passa” (JESUS, 2014, p. 20).

Por outro lado, tinha no exercício da leitura e da escrita seu refúgio: “Quando fico nervosa, não gosto de discutir. Prefiro escrever. Todos os dias eu escrevo. Sento no quintal e escrevo” (JESUS, 2014, p. 22). Assim, no decorrer do diário, encontramos desabafos, angústias, alegrias singelas, o “eu” de Carolina escancarado na escrita:

Toquei o carrinho e fui buscar mais papeis. A Vera ia sorrindo. Eu pensei no Casemiro de Abreu, que disse: “Ri criança. A vida é bela.” Só se a vida era boa naquele tempo. Porque agora a época está apropriada para dizer: “Chora criança. A vida é amarga”. (JESUS, 2014, pp. 35 e 36).

A fome, por exemplo, é presença constante nos relatos, a sensação de impotência, de não pertencimento, de um “eu” excluído da sociedade,

completam de forma cíclica o frêmito desejo da autora de transformar seu íntimo em palavras que o ressoassem como tentativa de libertação, como sonho, porém, ambos frustrados por sua realidade. Conta-nos a autora por meio de uma linguagem bastante metafórica:

21 DE MAIO Passei uma noite horrível. Sonhei que eu residia numa casa residível, tinha banheiro, cozinha, copa e até quarto de criada. Eu ia festejar o aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu ia comprar-lhe umas panelinhas que há muito tempo ela vive pedindo. Porque eu estava em condições de comprar. Sentei na mesa para comer. A toalha era alva ao lírio. Eu comia bife, pão com manteiga, batata frita e salada. Quando fui pegar outro bife despertei. Que realidade amarga! Eu não residia na cidade. Estava na favela. Na lama, as margens do Tietê. E com 9 cruzeiros apenas. Não tenho açúcar porque ontem eu saí e os meninos comeram o pouco que eu tinha (JESUS, 2014, p. 39).

Sua única forma de contestar essa “realidade amarga” era a escrita, na qual a mulher negra, pobre, mãe solo, tornava-se a escritora Carolina Maria de Jesus, como defende Magnabosco:

Assim, apesar de todos os sofrimentos, faltas, discriminações, dificuldades de sua história, Carolina encontrava na escrita uma ressonância que lhe permitia transcender os cenários da realidade sócio-históricacultural e política em que vivia. (MAGNABOSCO, 2014)

Ainda segundo a mesma estudiosa, o exercício de escrever “tinha por objetivo suspender — pela mediação do testemunho narrativo — as vivências patéticas do dia a dia na favela através de uma linguagem que lhe despertava sonhos, desejos, bem como lhe possibilitava organizar sentimentos e pensamentos.” (MAGNABOSCO, 2014). A vida, contudo, vinha rapidamente interromper-lhe os sonhos:

...Esquentei a comida para os meninos e comecei escrever. Procurei um lugar para eu escrever socegada. Mas aqui na favela não tem esses lugares. No sol eu sentia calor. Na sombra eu sentia frio. Eu estava girando os cadernos na mão quando ouvi vozes alteradas. Fui ver o que era, percebi que era briga. (JESUS, 2014, p. 101)

De tal forma, ela se vê muitas vezes frustrada em seus desejos: “Eu parei de escrever o Diário porque fiquei desiludida. E por falta de tempo. (JESUS,

2014, p. 162)”. Não desiste, porém, do intento de apreender momentos da vida colocando-os no papel, num exercício de transcendência e busca por si mesma. Nesse exercício, o instante é fotografado pelos olhos, sentido pela alma, passa a ser memória e transforma-se rapidamente no passado contado por meio dos filtros da mente. Segundo Bergson:

Para nós, nunca há instantâneo. Naquilo que chamamos por esse nome já entra um trabalho de nossa memória e, por conseguinte, de nossa consciência, que prolonga uns nos outros, de maneira que os apreenda numa intuição relativamente simples, tantos momentos quanto se queira de um tempo indefinidamente divisível. (BERGSON, 2006, p.31).

A efeméride se faz, então, intrínseca à narração em um diário. O que se conta é sempre resultante dos fragmentos da vivência que ficam registrados e que sofrem a ação da subjetividade da psique que os processam. Sendo isso algo inevitável, não é passível de crítica por distorcer a realidade. Conforme já discutido, há em Carolina Maria de Jesus o esforço de se fazer genuína. Por isso, não procura enfeitar o que registra para agradar o leitor: “Segui pensando: quem escreve gosta de coisas bonitas. Eu só encontro tristezas e lamentos. (JESUS, 2014, p.184)”. Mesmo que recorra a momentos de sonho, é sempre despertada pela realidade: “Escrevi até as 2 horas. Depois fui carregar água” (JESUS, 2014, p. 163). Sua fuga constante nas palavras é entrecortada pelas obrigações do cotidiano árduo da vida na favela.

Viver é, portanto, uma série de acontecimentos imprevistos. É a memória que possibilita a organização desses acontecimentos no tempo e os confere finalidade:

Falar de um objetivo é pensar num modelo preexistente ao qual só falta realizar-se. É supor, portanto, no fundo, que tudo está dado, que o porvir poderia ler-se no presente. É crer que a vida, em seu movimento e sua integralidade, procede como nossa inteligência, que é apenas uma visão imóvel e fragmentária que temos da vida e que se situa sempre naturalmente fora do tempo. Já a vida, ela avança e dura. Sem dúvida, sempre será possível, depois de lançar uma vista d’olhos sobre o caminho já percorrido, marcar-lhe a direção, anotá-la em termos psicológicos e falar como se tivesse havido perseguição de um objetivo. (BERGSON, 2006, p. 120).

Ou seja, o objetivo de uma experiência é apenas posteriormente conferido a ela, como no exercício da escrita diária. A autora vai, dessa forma, por meio de suas palavras, sistematizando aquilo que vive e descobrindo na repetição diária dos fatos ou na rara novidade seu possível destino. Ao narrar, ela se reconstrói e reconstitui sua vida, embora isso, por vezes, faça a escritora desejar a morte:

...Fiz o almoço, depois fui escrever. Estou nervosa. O mundo está tão insípido que eu tenho vontade de morrer. Fiquei sentada no sol para aquecer. Com as agruras da vida somos uns infelizes perambulando aqui neste mundo. Sentido frio interior e exterior. (JESUS, 2014, p. 179).

Contudo, mesmo com o intimismo e o destaque para o “eu”, em muitos trechos, podemos observar algo além do “umbiguismo” (AZEVEDO, 2017, p. 47) de que são acusados os diários. Por meio de sua própria história, ela evidencia a mais dura exclusão social daqueles e, principalmente, daquelas que vivem no ambiente da favela. Na contramão do que se teoriza sobre a literatura de diário, Carolina aproxima-se da vida social, pois, mesmo ao olhar para si, consegue olhar para os outros e refletir toda uma comunidade excluída.

Citando Antoine Prost, Schittine (2004, p. 17) aponta que um dos motivos para o maior isolamento e a busca pelo espaço individual foi o local de trabalho, o qual, paulatinamente, afastou-se do ambiente doméstico. Com Carolina, isso ocorre de maneira um pouco diferente, uma vez que, apesar de buscar sua individualidade, o local onde ela reside não permite tal privilégio: os favelados são ao mesmo tempo muitos e um só.

Pode-se dizer, então, que a autobiografia em forma de diário de Carolina tem uma dimensão pessoal, introspectiva e apresenta uma dimensão coletiva ou social: tem-se o testemunho de uma personagem que não é apenas o dela. Ou seja, na autobiografia de Carolina de Jesus fica patente não só a figura da autora do diário, mas de toda favela em seus aspectos mais cruéis. (ANDRADE, 2009, p. 4)

A autora, embora critique as atitudes de muitos outros favelados, não deixa de olhar para o sofrimento alheio, das mulheres que apanham, das crianças que presenciam cenas impróprias, dos que passam fome como ela. Na

passagem a seguir, nota-se tal preocupação em duas frases cheias de poesia, utilizando o subjuntivo para interpretar o olhar dos novos companheiros de desventura: “Chegaram novas pessoas para a favela. Estão esfarrapadas, andar curvado e os olhos fitos no solo como se pensasse na sua desdita por residir num lugar sem atração”. (JESUS, 2014, p. 47).

Em certo momento, ao falar na descrença que tem nos políticos, ela aponta a importância da literatura na luta social: “Os políticos sabem que sou poetisa. E que o poeta enfrenta a morte quando vê seu povo oprimido” (JESUS, 2014, p. 39). É nesse ponto que a literatura de Carolina, apesar de intimista, atinge proporções coletivas e de representação cultural. De acordo com Stuart Hall (1997), “a cultura está relacionada com a produção e troca de significados – o dar e criar sentidos – entre os membros de uma sociedade ou grupo”. Ao fazer com que os outros conheçam suas experiências e as vivências dos demais moradores da favela, a autora transforma sua escrita e sua voz em representação.

Desse modo, por meio da linguagem, Jesus compartilha sua existência, mas também confere existência para aqueles que estão excluídos da história escrita, aqueles que, segundo a autora, estão no “quarto de despejo”.

O significado é o que nos dá o sentido de nossa própria identidade, de quem somos e a que “pertencemos” – estando ligado à questão de como nossa cultura é usada para marcar e manter identidade e diferença entre grupos. (HALL, 1997, p. 3).

Uma ressalva, no entanto, faz-se necessária quanto a isso, uma vez que o diário apresenta os outros moradores da favela sob o ponto de vista de Jesus. Assim, pode-se afirmar que, apesar de proporcionar visibilidade aos “despejados” de maneira geral, a autora – nos termos de Spivak (2014) – apenas os representa e não os re-presenta, pois não dá voz a eles.

Feita tal observação, segue-se o raciocínio, apontando que a forma como a autora escreve revela, pelo viés da memória que busca apreender a realidade, quem ela é e quem ela representa. E se sua linguagem é rechaçada, marginalizada, é porque sua própria identidade constitui a figura dos marginalizados e excluídos da sociedade. Transformar essa linguagem em

linguagem literária é entender que essa população também faz parte da cultura e tem direito à voz. Ao comentar Hoggart, Gomes acentua tal característica:

A essência da vida e da cultura da classe trabalhadora é um certo “sentido do pessoal, do concreto, do local” (Ibid.:32,g.n.). É uma “vida densa e concreta”, uma vida cuja principal atenção é dada ao que é íntimo, sensorio, detalhado e pessoal” (Ibid.:88,g.n.). Essa essência é incorporada na idéia de família, na de comunidade, na fala, nas formas da cultura e nas atitudes tal como elas se expressam na vida cotidiana. Hoggart presta especial atenção às maneiras de falar, de vestir, de morar; a aspectos da experiência diária (tais como o hábito de comprar a crédito e pagar em pequenas prestações (cf.Ibid.:21); às superstições e aos mitos (cf.Ibid.:29ss). (GOMES, 2000, p. 2)

*Quarto de Despejo* e *Casa de Alvenaria* são, portanto, mais do que simples diários íntimos. É a cultura da favela em palavras. No caso do primeiro diário, algo que acabou sendo transformado em mercadoria e alvo de curiosidade (e não interesse) dos que viviam outra vida. Já o segundo diário, como já visto, não repetiu o alcance do primeiro. Por conseguinte, apesar de melhorar sua situação financeira e sair da favela com a venda dos seus livros, Carolina morreu pobre e esquecida. Seus outros livros como *Meu estranho diário* e o póstumo *Diário de Bitita* não tiveram impacto. Reiterando a conclusão da seção anterior, depreende-se disso que sua voz foi, aos poucos, silenciada pela cultura hegemônica.

### 3.2 O PAPEL DA EDIÇÃO

Os escritos de Jesus<sup>6</sup> em papéis que achava no lixo foram “descobertos” pelo jornalista Audálio Dantas, que buscava fazer uma reportagem sobre o cotidiano de quem vivia na favela, aquele espaço de segregação. Mantendo a grafia original da autora (exceto quando esta prejudicava em demasia o entendimento por parte do leitor, conforme o próprio Dantas), o jornalista editou o livro e foi ator importante para que Carolina pudesse ser ouvida por milhares de pessoas: rompendo com todos os números da indústria editorial no Brasil,

---

<sup>6</sup> Nesta seção será abordado apenas o livro *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, uma vez que só foi possível o acesso a parte dos originais desta obra e não de *Casa de Alvenaria: diário de uma ex-favelada*. Imagina-se, no entanto, que por ter ocorrido pela mesma editora e pelo mesmo editor, o processo deve ter sido bastante semelhante.

*Quarto de Despejo* alcançou a tiragem de cem mil exemplares. No prefácio do livro, o editor pontua:

O tempo operou profundas mudanças na vida de Carolina, a partir do momento que seus escritos – registros do dia-a-dia angustiante da miséria favelada – foram impressos em letra de forma, num livro que correu o mundo, lido, discutido e admirado em treze idiomas. (DANTAS, in JESUS, 2014, p. 7).

Seria ingenuidade, entretanto, imaginar que a transformação dos diários em livro tenha sido um recorte neutro e que a voz da autora tenha sido transmitida de forma genuína – algo, na verdade, impossível, uma vez que qualquer leitura ou intervenção compreende uma interpretação. Jesus escreveu cerca de 20 cadernos que foram reduzidos (sem que essa palavra tenha uma conotação necessariamente negativa) a cerca de 200 páginas impressas.

Para uma breve noção de como se deu o processo de edição de *Quarto de Despejo*, cotejaram-se os manuscritos do Caderno nº 11, que correspondem aos diários escritos entre 04 e 19 de dezembro de 1958, com o intervalo de páginas do livro que apresentam essas datas. O caderno manuscrito apresenta 94 páginas transpostas para duas páginas e meia na obra publicada.

Embora os diários tenham sido publicados em forma de livro, passaram antes, em partes, por páginas de jornais. Além disso, o editor responsável pela conversão dos originais em livro foi um jornalista. Por esse motivo, cabe entender a função do editor dentro do jornalismo. Segundo Luiz Costa Pereira Junior, “O trabalho de edição, nesses casos, começa pela detecção do que há para ser feito, trocado ou reordenado, para que o raciocínio original se articule numa linha. Reescrever, só com critérios”. (PEREIRA JUNIOR, 2012, p. 153).

Dessa forma, o primeiro trabalho de Dantas foi ler e compreender os textos de Carolina Maria de Jesus, para depois decidir o que precisaria ser alterado. Uma das primeiras necessidades era que o número de páginas precisava ser diminuído por critérios agora não jornalísticos, mas por exigência do mercado editorial. De acordo com o doutor em Ciências da Comunicação Aníbal Bragança:

*Editor*, vocábulo de origem latina, indica-nos dois movimentos: “dar à luz” e “publicar”. Surge na Roma antiga para identificar aqueles que chamavam a si a responsabilidade de multiplicar e cuidar das cópias dos manuscritos originais dos autores, zelando para que fosse correta a sua reprodução. (BRAGANÇA, 2004, p. 13)

Obviamente, o conceito passou por transformações ao longo da história, desde os monges copistas, passando pela invenção da prensa de tipos móveis de Gutenberg até chegar à indústria livreira que se tem atualmente. Assim, de meros reprodutores de conteúdo que prezavam pela fidelidade aos originais, os editores passaram a ser coautores dos livros. (BRAGANÇA, 2004).

Sobre o seu papel na publicação do livro de Jesus, Dantas afirmou no prefácio da obra:

Fui o responsável pelo que se chama edição de texto. [...] A repetição da rotina favelada, por mais fiel que fosse, seria exaustiva. Por isso, foram feitos cortes, selecionados os trechos mais significativos. [...] Carolina viu a cor da fome – a Amarela. No tratamento que dei ao original, muitas vezes, por excessiva presença, a Amarela saiu de cena, mas não de modo a diminuir a sua importância na tragédia favelada. Mexi, também, na pontuação, assim como em algumas palavras cuja grafia poderia levar à incompreensão da leitura. E foi só, até a última linha. (DANTAS, In: JESUS, 2014, pp. 6 e 7).

Mesmo assegurando que sua intervenção tenha sido a menor possível e estritamente necessária, é inegável que se trata da ação parcial, principalmente em relação à seleção dos trechos publicados, sobre a obra. Dantas não está aqui “no banco dos réus” para ser julgado por seu trabalho, uma vez que essa pesquisa não tem essa pretensão e nem mesmo o aprofundamento necessário para tanto. O interesse é elucidar o porquê, apesar do esforço do editor, considera-se que “a voz da subalterna” não foi ouvida em sua integralidade.

Nesse mesmo sentido que a neutralidade é rechaçada, pretere-se também uma visão maniqueísta do editor. Sabe-se ainda que ele não age a seu bel prazer, pois segue diversos critérios editoriais influenciados por elementos externos a sua vontade. Ao escolher os originais que serão publicados, o editor precisa avaliar uma série de fatores, entre eles a qualidade dos escritos e a existência de um público em potencial, principalmente para poder ofertar um produto que tenha demanda no mercado (BRAGANÇA, 2004, p. 24), afinal de

contas, tudo gira em torno do capital e a literatura não tem sido uma exceção. “Assim sendo, os editores têm a intenção de construir um ‘capital simbólico’, o qual consistia na aquisição de um estatuto especial e diferenciado de uma determinada obra ou conjunto de obras” (SILVA, 2019).

Há, é claro, também a preocupação com a inteligibilidade da obra para o leitor – manifestada por Dantas no prefácio já aqui citado. Conforme Pereira Junior, no trabalho da edição de texto:

O propósito é que o futuro receptor da mensagem não passe pelas mesmas dificuldades de compreensão pelas quais passou o editor e seja capaz de identificar o mundo a que o discurso se refere. Identificar o sentido global do texto com menos esforço. (PEREIRA JUNIOR, 2012, p. 155)

Desse modo, mesmo que não intencionem, os editores acabam assumindo um papel simbólico de bastante relevância e até mesmo poder – em especial no caso da obra de Carolina Maria de Jesus, a qual estava distante de ser uma escritora consagrada e atuar numa briga de egos. A nova escritora havia cursado apenas os dois primeiros anos do ensino fundamental, por isso o jornalista foi visto por muitos – até mesmo por ela – como aquele que a tirou das sombras. Sobre esse poder simbólico e pragmático, discorre Bragança:

São os editores, enfim, que decidem que textos vão ser transformados em livros. E, pensando em qual o público a que devem servir, como serão feitos esses livros. Mesmo quando não é deles a iniciativa dos projetos, é deles que parte a direção a seguir. [...] Funcionam, pois, os editores como um filtro no elo entre autor e leitor. Filtro que pode ser uma barreira intransponível entre um escritor, com um manuscrito, e um autor, e os leitores, mas que pode, também, ser a ponte entre um escritor inédito e um autor consagrado e lido. (BRAGANÇA, 2004, p. 17).

No diário *Casa de Alvenaria*, também editado por ele, alguns trechos revelam tal ideia: “— Acaba de chegar a Curitiba Carolina Maria de Jesus e o seu **descobridor**” (JESUS, 2020, posição 2413, grifo nosso). Ou ainda:

Carolina vai deixar a favela. Publicará mais três livros. Humilde mulher de cor da favela do Canindé, vivendo na miséria com seus três filhos pequenos, semianalfabeta, começou a garatujar em papéis recolhidos no lixo a história de seus anos de sofrimento. Um jornalista **descobriu-a** e ainda este ano sairá o diário de Maria de Jesus. Depois virão outros

livros e diz ela que o seu sonho é uma vida decente longe da favela. (JESUS, 2020, posição 372, grifo nosso).

O substantivo “descobridor” ou o verbo “descobrir”, em destaque nos fragmentos, foram usados até aqui neste texto entre aspas para que se entendesse que se discorda, neste trabalho, do seu uso. Tal noção vai de encontro ao propósito da discussão feita nessas páginas, pois “descobrir” tem como um de seus significados “achar o que era desconhecido” (TERSARIOL, 1996) e, sem dúvidas, Jesus não era uma desconhecida. Antes de Dantas a encontrar, ela já tinha publicado outros textos em jornais e rodava as redações em busca de espaço. Ela não estava ali parada, esperando para ser descoberta. Além disso, a palavra “descobridor” remete à colonização, na qual há uma relação de subordinação, em que o descobridor é hierarquicamente superior ao que é descoberto. Certamente não é essa a relação entre a escritora e seu editor que é defendida nesta dissertação.

Prefere-se, destarte, a palavra “intercessor” para definir o papel do jornalista que oportunizou a publicação do livro *Quarto de Despejo*. Cabe aqui lembrar que Jesus já havia procurado editoras e, inclusive, mandado seus originais para uma revista norte-americana:

Chegou dois repórteres. Disseram-me ser do “Globo”, mandei eles entrar. Perguntaram se eu encontrei dificuldades para encontrar editor. Eu disse-lhes que cansei de suplicar as editoras do país e pedi a Editora da Seleção<sup>4</sup> nos Estados Unidos se queria publicar os meus livros em troca de casa e comida e enviei uns manuscritos para eles ler. Devolveram-me. (JESUS, 2020, posição 243-245).

Ressalva feita, passa-se agora as impressões obtidas da comparação entre os fragmentos dos originais e as páginas correspondentes do livro. É fato que muito da escrita original de Jesus foi omitido para tornar possível a publicação da obra. Os registros dos dias 4, 7, 9, 10, 12, 15 e 17 de dezembro foram completamente descartados. Muito pelo que já havia alegado Dantas: eram narrações repetitivas: hora em que acordava (em geral, às 4 horas da manhã), atividades como buscar água, catar materiais recicláveis, cuidar dos filhos, presenciar discussões e brigas de vizinhos, entre outras tantas já relatadas em outros momentos.

Por outro lado, existem omissões que despertam o interesse. No relato do dia cinco de dezembro, o jornalista escolhe reproduzir um trecho a respeito de uma mulher que foi presa por adultério (JESUS, 2020, p. 141), contudo, um pouco antes disso, um fragmento dos originais narra uma cena de violência bastante chocante:

Hoje a Lêila foi na delegacia porque ela deu parte do Arnaldo seu companheiro, que deu-lhe uns ponta-pés e que ela esta grávida de 4 meses. Quando ela disse-me que esta grávida pensei: outra infeliz! Se essa criança nascer “natura” vai morrer igual as outras que foram pizoteadas e não eram alimentadas na hora certa. (JESUS, 1958, p. 6 e 7)

Já nas páginas que correspondem aos dias 9, 10, 13 e 15, estavam duras críticas ao então presidente da República Juscelino Kubitschek. É verdade que no início do livro, no fragmento escolhido do dia 16 de maio, há uma menção desaprovadora ao mesmo político, mas juntamente com outros, minimizando a ênfase dada por Jesus ao chefe do executivo, principal alvo de suas reclamações. Apenas para citar um exemplo, conta a autora: “Ouvi a voz do Brasil. Ouvi o Juscelino falar. Eu não tolero quem fala e não cumpre, palavras vazias para azucrinar os ouvidos dos brasileiros” (JESUS, 1958, p. 71).

Como o objetivo não é se estender em uma análise detalhada, mas sim dar uma amostra das diferenças entre os originais e o que foi à venda nas livrarias, é citado aqui somente mais um trecho no qual ela reflete como será lembrada após a morte, que talvez mereceria destaque, porém foi suprimido por decisão do editor: “Porque poeta rico fica celebre com uma aureola de respeito envolvendo seu nome. E o poeta das margens, do lixo, fica celebre com uma pornografia em torno do seu nome. Igual ao Manuel Maria Du Bocage”. (JESUS, 1958, p. 93).

Não cabe discutir os motivos pelos quais Dantas selecionou ou excluiu determinados trechos, visto que seriam apenas conjecturas ou palpites. Fica visível, todavia, a partir desse breve cotejamento, que o editor não é um elemento neutro. É importante observar ainda que o argumento de modificações gramaticais é bastante plausível, pois a escritora prescinde em vários momentos do ponto final ou da vírgula, dificultando o entendimento do leitor (ANEXO C).

Ademais, ainda tratando do papel do editor, faz-se pertinente lembrar que: “Um aspecto que é constantemente referido como sendo um traço da personalidade do editor – já na sua origem um parceiro de livros – é a de estimulador da produção e criação de seus autores”. (BRAGANÇA, 2004, p. 20). Nesse sentido, o jornalista também é o motivador para a escrita do novo diário *Casa de Alvenaria*. O fracasso editorial deste, no entanto, leva Dantas a desaconselhar Jesus a continuar escrevendo. Conselho que ela ignora e, então, publica com o próprio dinheiro outras duas obras.

#### 4 A POETISA NEGRA, SUA ESCRITA E O ESPAÇO GEOGRÁFICO

*A vida é concernente  
Aos que dela tiram proveito.  
Eu sofro horrivelmente  
Ao ver o meu sonho desfeito  
Será banalidade...  
Sonhar com a felicidade?  
(JESUS, 1996, p.166)*

Uma sonhadora que, às vezes, parece beirar à ingenuidade, mas que enxerga e escancara as mais cruéis vicissitudes da sociedade. Essa é Carolina Maria de Jesus, escritora nascida no ano de 1914, na comunidade rural mineira de Sacramento. Descendente de escravos, trilhou um caminho árduo, trabalhando com serviços domésticos, na lavoura e como catadora de papéis. Apesar do pouco tempo de estudo, aprendeu a ler e escrever, apaixonou-se pelo ler e escrever. Descobriu-se escritora. Foi escritora.

Ainda menina, Jesus morava com a mãe Maria Carolina de Jesus, conhecida como “Cota”, e com o meio irmão, Jerônimo, sobre o qual não escreveu muito. Do pai, João Cândido Veloso, sabia apenas o nome e ouvia histórias.

Um dia, ouvi de minha mãe que meu pai era de Araxá e seu nome era João Cândido Veloso. E o nome da minha avó era Joana Veloso. Que meu pai tocava violão e não gostava de trabalhar. Que ele tinha só um terno de roupas. Quando ela lavava sua roupa, ele ficava deitado nu. Esperava a roupa enxugar para vesti-la e sair. (JESUS, p.8, 1986).

Assim, uma das figuras masculinas presentes na vida da escritora foi o avô materno. De acordo com o biógrafo Tom Farias<sup>7</sup>, Benedicto José da Silva era um escravo alforriado que vivia em um terreno público denominado Patrimônio – ocupado por diversos ex-escravos e conhecido como Quilombo do Patrimônio. Mais tarde, mudou-se com os filhos e a primeira esposa – também chamada Maria Carolina, tal qual a mãe de Carolina Maria de Jesus – para o centro urbano. “Ele, assim como os demais negros de sua geração, era

---

<sup>7</sup> Tom Farias, carioca, é jornalista, escritor, crítico literário, pesquisador, biógrafo, dramaturgo e roteirista. Negro assim como Carolina, dedica-se ao estudo e a escrita sobre autores negros.

analfabeto, além disso, e, sobretudo, um homem resignado por sua condição de ‘soldo da escravidão’ [...]” (FARIAS, 2018, p. 24).

A escritora, até então uma menina apelidada de Bitita, demonstrava grande afeto pelo avô, como é possível notar no seguinte trecho do diário em que conta sua infância:

Eu deixava de brincar e sentava ao lado da cama. O meu avô me olhava. Depois fechava os olhos. Eu ficava preocupada fitando o seu rosto, o seu nariz afilado. Eu queria ser bonita igual ao vovô. Que linda boca. Não tinha o nariz chato da raça negra. O vovô era descendente de africanos. Era filho da última remessa de negros que vieram num navio negreiro. Os negros cabindas, os mais inteligentes e os mais bonitos. (JESUS, 1986, p. 114).

Esse mesmo trecho também revela a visão negativa que a pequena Bitita tinha sobre si mesma, fruto do tratamento recebido por parte dos brancos e, principalmente, por ser alvo de humilhações devido às suas características físicas. Mais tarde, ela modifica essa perspectiva sobre si mesma e sobre os negros.

O avô, já na cidade, morava em uma choupana bastante precária, como relata Jesus: “Era uma choça quatro águas coberta com capim. Semelhante às ocas dos índios que eu via nos livros. A casa do vovô era tão pobre!” (JESUS, 1986, p. 25). Com ele, também vivia Siá Maruca, sua segunda esposa, madrasta de Cota. Era sob os cuidados da avó postiça que Carolina e o irmão ficavam enquanto a mãe trabalhava pesado para garantir o sustento da família, pois não contava com o pai de nenhum de seus filhos.

Apesar de demonstrar carinho pela figura do avô, não deixava de perceber certas atitudes dele que a incomodavam. Segundo Farias, Benedicto da Silva era bastante conservador e não permitia que a esposa trabalhasse fora. Há, inclusive, o relato de um episódio em que Siá Maruca leva uma surra do marido por ter realizado um serviço de lavadeira e com o dinheiro ter comprado farinha.

Percebe-se, pelos registros sobre a época de menina, que se tratava de uma criança muito curiosa, observadora e teimosa. Tudo questionava, tudo queria saber. É claro que grande parte dessa informação é fruto de uma observação da escritora já adulta sobre si mesma quando criança, portanto tendenciosa. Certa vez, após ficar desfalecida devido a uma dose de cachaça

que Siá Maruca a deu com intuito de sossegá-la, foi levada pela mãe a um famoso médium da cidade que atendia os pobres sem cobrar. Na ocasião, Cota ouviu sobre a filha: “- Ela vai adorar tudo que é belo – teria dito o Dr. Eurípedes Barsanulfo. – A sua filha é poetisa” (FARIAS, 2018, p. 41).

A “profecia” acabou se concretizando, boa parte em razão de uma oportunidade única que Bitita agarrou com unhas e dentes. Segundo o biógrafo, a mãe da menina, sempre em busca do sustento da casa, foi trabalhar como doméstica para a família de um senhor de nome José Saturnino e sua esposa, conhecida como dona Mariquinha. Carolina ia com Cota para o trabalho e, devido as suas peraltices, foi mandada à escola para que se vissem livre dela.

Foi lá que Jesus conheceu a professora Lonita, sua grande incentivadora, embora por métodos bastante reprováveis. O início transcorreu de maneira difícil, por diversos fatores. A menina, que aos sete anos ainda mamava no peito, não queria ir à escola e ficar longe da mãe. Logo ela virou alvo de chacota e humilhação por parte dos colegas. O Colégio Allan Kardec era um dos poucos que aceitava alunos negros misturados aos brancos – num Brasil recentemente saído do regime escravocrata, mas ainda repleto de resquícios da escravidão. Assim, também por sua aparência, Bitita sofria com ofensas e injúrias.

Para completar esse quadro adverso, não conseguia acompanhar a classe, além de estar sempre de castigo por sua teimosia. Foi também vítima da temida palmatória, ainda amplamente utilizada naquele início de século XX. A professora, no entanto, não desistia de nenhum de seus alunos. Uma de suas estratégias – muito questionável, porém eficiente – foi criar uma rivalidade entre os alunos negros e brancos, para que uns sempre quisessem superar os outros. Carolina Maria de Jesus não poderia ficar para trás. Some-se a isso um episódio assaz peculiar, como está narrado em sua biografia:

De certa maneira, a professora percebeu que só dobraria Carolina impondo medos, métodos ainda mais terríveis, a ponto de certa vez desenhar no quadro de giz, a figura de um diabo com um tridente, e dizer para a aluna indisciplinada: “este é o inspetor”. Os olhinhos de Carolina saltaram. “A criança que não aprender a ler – continuou a professora, segundo o seu relato – até o final do ano, ele espeta no garfo”.

Foi um Deus nos acuda em casa esta ameaça da professora Lonita. Carolina tinha pesadelos à noite, quando dormia, de tão apavorada que ficou, para desespero da mãe. (FARIAS, 2018, p. 50)

O pavor levou Bitita a se dedicar aos estudos e, finalmente, aprender a ler e a escrever, o que a empoderou (parcialmente) para a vida:

Sua alegria foi geral, pois ela sabia que não seria mais “espetada” pelo garfo do inspetor diabo, além de ter começado a identificar os nomes das ruas, dos letreiros das lojas e os ler alegremente [...]. **Carolina se sentiu, com isso, muito poderosa.** Sempre que acontecia de ler algo ou uma plaqueta de rua, chegava à casa da mãe eufórica e sempre com novidade. (FARIAS, 2018, p. 50, *grifo nosso*).

Desenvolveu, a partir daí, grande gosto pela leitura. Como não havia livros em casa – uma vez que a família era analfabeta –, a incansável estudante foi à casa da vizinha em busca de leituras e se deparou com o primeiro romance que leria e pelo qual se encantaria: *A Escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães. O tema da abolição passou assim a fazer parte constante de suas leituras até a vida adulta.

Mas, infelizmente, a possibilidade de estudar foi breve. No segundo ano de escola, a então dedicada aluna teve que abandonar os estudos devido a “uma necessidade crucial da sobrevivência familiar: acompanhar a mãe a um trabalho fora da cidade de Sacramento” (FARIAS, 2018, p. 53). Cota conheceu um homem chamado José Romualdo, também negro e muito trabalhador. Cansada de homens boêmios, a mãe de Carolina Maria de Jesus aceitou a proposta do novo parceiro de se mudar para Uberaba e trabalhar em uma fazenda. A princípio, a menina ficou contrariada com a ideia, mas depois se habituou à vida no campo e até mesmo desenvolveu o gosto pela mesma.

Como tudo que começava a dar certo na vida da futura escritora, o trabalho na lavoura também teve seu fim de maneira abrupta e desconcertante. Primeiramente, a dona da “Casa Grande” da fazenda, Maria Cândida, exigiu que a menina fosse trabalhar como doméstica e babá. Lá, relata Farias (2018, p. 60) ouviu promessas de que receberia cosméticos e procedimentos para ficar como os brancos, com pele clara e cabelos lisos. Um pouco mais tarde, o dono das terras, um senhor de nome Olímpio Rodrigues de Araújo, decidiu expulsar todos os trabalhadores da fazenda com o pretexto de que esses estavam lucrando a suas custas, uma vez que vendiam parte do que plantavam, mas não dividiam

os ganhos com o fazendeiro. A ambição do latifundiário deixou as famílias, a maioria de negros, incluindo a de Carolina, completamente desamparadas.

Dessa maneira, mais uma vez Jesus era despojada de sua efêmera felicidade. E isso não era nem a metade do caminho até o calvário. Ela e a família trabalharam em outras fazendas, todavia a exploração era a mesma ou ainda pior, por isso saíam fugidos assim que percebiam que a situação iria se complicar. De volta a Sacramento, enfrentaram novamente dificuldades financeiras e problemas familiares.

A menina Carolina, agora uma adolescente, sofria de um problema nas pernas que a incomodava muito: feridas incuráveis, as quais, além de doer, deixavam-na com aparência repulsiva e atrapalhavam na busca por emprego e pretendentes para namorar. Ela, decidida a se curar, peregrinou a pé por muitas cidades. Foi maltratada, dormiu em um galinheiro, foi escoraçada pela própria tia, passou fome, pediu esmolas, foi explorada em um asilo, no qual lavava roupas em troca de abrigo e comida. Até que, finalmente, encontrou alento na Santa Casa de Jardinópolis (SP), cidade a dezoito quilômetros de Ribeirão Preto (SP) (distância que ela percorreu a pé). Foi bem cuidada pelas freiras que administravam o local. Mesmo com o bom tratamento recebido, seu espírito inquieto não permitiu que permanecesse ali por muito tempo.

São incontáveis as cidades, entre os 14 para os 20 anos, que ela percorreu a pé. Contabilizado em horas, dias, semanas e meses de caminhadas, sozinha, sem ninguém. Também, não era por menos: vivia uma situação para lá de complicada, seja na vida pessoal, com os sentimentos e emoções sempre à flor da pele, seja na financeira, pela penúria que, desde criança, rondava toda a sua família. (FARIAS, 2018, p.86)

Assim, sem encontrar seu espaço, foi de uma cidade à outra, uma casa à outra, trabalhando como doméstica. Em uma dessas casas, foi empregada da notória feminista Miêtta Santiago<sup>8</sup>. Lá, foi tratada de maneira mais justa, além de aprender sobre diversos assuntos e ter acesso a livros. Ganhou também bonitos vestidos de presente. Entretanto, provavelmente cansada da vida de serviçal,

---

<sup>8</sup> Escritora, advogada criminalista, oradora competente, escritora, poeta, sufragista e feminista no apoio dos direitos das mulheres. (Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/coordenadoria-dos-direitos-da-mulher/arquivos-e-documentos/biografia-mietta-santiago>>. Acesso em 05 mai. 2020).

voltou a Sacramento para exibir suas conquistas. O que, como a mãe a alertara, despertou a inveja de muitos na pequena cidade, principalmente dos parentes. Carolina foi até parar na cadeia junto com sua mãe devido a acusações falsas e preconceito. Lá, como relata Farias (2018) passaram fome, trabalharam pesado e foram espancadas. Só foram soltas, pois um primo de nome Paulo pagou a fiança.

Depois disso, sua permanência em Sacramento ficou insustentável e o sonho de ir à capital paulista, que habitava por muito tempo a cabeça da já adolescente Carolina, recrudescer: “[...] sonhava, sonhava com uma bela casa e ‘conhecer a cidade de São Paulo’, pois ela acreditava que São Paulo ‘é um paraíso para os pobres’ viverem e progredirem na vida” (FARIAS, 2018, p. 93). A visão ingênua da futura escritora não duraria muito tempo.

No início da década de 1940, peregrinaria pelas casas de família, trabalhando como empregada doméstica. Há registros também, coletados por Farias (2018), de uma breve passagem dela pelo Rio de Janeiro (então capital federal), na qual frequentou redações de jornais e conseguiu publicar poemas e até um texto em prosa em prol de Getúlio Vargas, de quem se mostrou grande admiradora. Mas diversos infortúnios a levaram de volta à capital paulista, onde seguiu de emprego em emprego, sempre sendo dispensada por ter “borboletas na cabeça”, isto é, segundo ela mesma conta, cuidava mais de seu apreço por ler e escrever do que de seus afazeres.

O fato é que sua origem e suas condições lhe legavam um imenso fardo: filha “ilegítima”, antepassados vindos da senzala, órfã de pai, pouquíssimo estudo formal, mulher, negra. Assim, sofreu, teve que dormir várias vezes na rua, em albergues, morar em cortiços e prédios abandonados, engravidou de um estrangeiro americano e perdeu a filha que nasceu morta. Já no final dos anos 1940, Carolina foi finalmente parar no loteamento do Canindé. O local foi destinado pelo governador Adhemar de Barros e pelo prefeito Paulo Lauro a várias famílias despejadas devido à especulação imobiliária. A promessa era de moradia, mas com terrenos pequenos demais, sem luz elétrica ou água encanada, o local ficou logo conhecido como uma das maiores favelas de São Paulo na época – a favela do Canindé.

É sobre ela que Carolina vai escrever a partir de então, dando origem ao livro *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, sua publicação de maior

sucesso, abordada ao longo deste trabalho. Ali, levou uma vida dura, construiu um barraco com sobras de madeira da construção de uma igreja, teve seus três filhos – João José, José Carlos e Vera Eunice –, catou papel para sobreviver. Essa fase de sua vida será mais bem detalhada na seção 3.1.

Cabe destacar que cada filho foi proveniente de um relacionamento distinto e que nenhum dos pais das crianças de Carolina as assumiu ou a ajudou na criação dos pequenos. Dois deles ainda contribuíram com quantias pífias em dinheiro ou alimentos, eram praticamente migalhas. O pai de Vera Eunice, por exemplo, muito raramente, aparecia na favela e levava “ajuda”. Dessa forma, a fonte de sobrevivência da família foi sempre o trabalho de Carolina, catar e vender materiais recicláveis, principalmente papel.

Papel esse que também foi usado para registrar seu diário, escritos que chamaram a atenção do jornalista Audálio Dantas, o qual os editou e levou à publicação. O sucesso foi gigantesco, foram vendidas ao todo mais de cem mil cópias, além da tradução para treze idiomas e publicação em quarenta países<sup>9</sup>. A catadora de papel, que já havia publicado alguns textos em jornais e se autodenominava a poetisa negra (FARIAS, 2018), finalmente, tornou-se a famosa escritora Carolina Maria de Jesus.

O sucesso do livro permitiu que Jesus ganhasse dinheiro suficiente para deixar a favela e realizar seu grande sonho: a casa de alvenaria. Antes de comprar a casa própria, ela e os filhos ainda moraram de favor na casa de um conhecido. Tempos depois, sob a orientação do jornalista Audálio Dantas, adquiriu um sobrado num bairro de classe média e lá viveu por cerca de três anos, história contada no livro *Casa de Alvenaria: diário de uma ex-favelada*, assunto da seção 4.2.

Nos anos que se seguiram à publicação de seu primeiro livro, Carolina Maria de Jesus foi gradativamente sendo esquecida pelo público, pela crítica, pela imprensa. Assim, o dinheiro que ganhou com o *best-seller Quarto de Despejo* foi aos poucos se findando. Ela, então, em 1964, alugou sua casa de alvenaria e foi morar no sítio que havia comprado anos antes na zona sul de São

---

<sup>9</sup> Informação disponível em <<http://www.lettras.ufmg.br/literafrro/autoras/58-carolina-maria-de-jesus>>. Acesso em 11 de maio de 2020. Há muitos dados desencontrados disponíveis a respeito da vendagem do livro, porém, todos eles apontam mais de cem mil cópias vendidas.

Paulo, em Parelheiros. Lá, faleceu, praticamente no esquecimento, em 1977, aos 63 anos.

Embora *Quarto de Despejo* tenha sido a obra mais famosa de Carolina Maria de Jesus, não se trata do único livro escrito por ela. Como já citado, após a publicação, pela editora Francisco Alves<sup>10</sup>, do diário que conta a vida na favela, a mesma editora ainda publicou outro diário que recebeu o nome de *Casa de Alvenaria: diário de uma ex-favelada*. Não obteve o mesmo sucesso. Assim, Carolina Maria de Jesus foi desaconselhada a continuar publicando, mas, como sempre, sua personalidade não permitia que ela abandonasse seus sonhos. Publicou, com seu próprio dinheiro, mais duas obras: o romance *Pedaços de Fome* (1963) e a coletânea de reflexões *Provérbios* (1963).

Depois de sua morte, vários escritos inéditos foram publicados nos seguintes volumes: *Diário de Bitita* (1986), *Meu estranho diário* (1996), ambos de memórias; *Antologia Pessoal* (1996), coletânea de poesias; *Onde estaes felicidade?* (2014), de contos, memórias e reflexões críticas; e *Meu sonho é escrever...* (2018), também de contos<sup>11</sup>. A poetisa negra, como ela se autodenominava, ainda deixou inúmeros manuscritos em diversos cadernos. Alguns devem ter se perdido nas muitas mudanças de Carolina de Jesus, contudo, grande parte está preservada em diferentes acervos: no Instituto Moreira Salles, no Rio de Janeiro, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e na Biblioteca Nacional, também no Rio de Janeiro.

A maior parte de sua obra está escrita em prosa. Por meio de sua biografia, fica claro, porém, que sua grande paixão e seu maior orgulho eram os versos. Escreveu os diários como forma de denúncia e desabafo, não por esse motivo deixando de lado preocupações estéticas, visíveis nas escolhas vocabulares e nas figuras de linguagem utilizadas. É, no entanto, ao falar de seus versos que se identifica como artista de prestígio, um lugar negado a pessoas como ela. Ser poetisa, era, portanto, uma quebra de paradigma e uma conquista social: provar que as palavras “poetisa” e “negra” poderiam sim aparecer juntas, e mais, no feminino.

---

<sup>10</sup> Editora Francisco Alves, fundada em 1854 como Livraria Clássica e que é, ainda hoje, a mais antiga em funcionamento no Brasil.

<sup>11</sup> Informações disponíveis em <<https://www.vidaporescrito.com/bibliografia-de-carolina>> e <<http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/58-carolina-maria-de-jesus>>. Acesso em 22 mai. 2020.

#### 4.1 QUARTO DE DESPEJO: DIÁRIO DE UMA FAVELADA

“Eu não tinha um tostão para comprar pão” (JESUS, 2014, p. 18). Esse é o drama que se repete ao longo das quase duzentas páginas escritas por Carolina Maria de Jesus e editadas pelo jornalista Audálio Dantas. A realidade crua de quem vive o dia a dia na favela, sem a certeza de que vai ter o que comer na refeição seguinte. Aliás, ter mais de uma refeição no dia, muitas vezes, é um luxo.

Assim, tendo a fome quase que como uma protagonista, o diário transformado em livro narra a saga de sua autora e dos três filhos – João José, José Carlos e Vera Eunice – durante parte do tempo em que moraram na extinta favela do Canindé, em São Paulo, capital. O relato editado começa no dia 15 de julho de 1955 e vai até primeiro de janeiro de 1960, mas há dois intervalos que não constam em *Quarto de Despejo*, provavelmente devido à edição e também ao fato de que nem todos os dias eram registrados por Carolina Maria de Jesus. Os lapsos ocorrem entre 28 de julho de 1955 a 2 de maio de 1958 e de 26 de agosto de 1959 a primeiro de janeiro de 1960. Alguns dias também são pulados ou omitidos.

Além de descrever o cotidiano sofrido da família, os registros escritos também revelam, sob o ponto de vista de Jesus, a desafortunada rotina dos habitantes da favela: as brigas, bebedeiras, fofocas, repreensões policiais, confusões, xingamentos e toda sorte de torpezas resultantes da exclusão e da miséria em que se encontravam. As personagens surgem a cada página, conforme surgem na vivência da autora. São vizinhas e vizinhos, comerciantes, moradores das casas de alvenaria, policiais, entre tantos outros.

Em geral, os dias de Jesus decorriam da seguinte forma: acordar cedo, arrumar as crianças, buscar água (não havia água encanada), preparar algum alimento, caso houvesse, sair para catar recicláveis e vendê-los para tentar garantir a subsistência diária. Tal rotina era entrecortada pela interferência dos vizinhos ou outros acontecimentos, como “visitas” de políticos interesseiros e ações de caridade – geralmente promovidas por igrejas. Apesar da aparente previsibilidade, o amanhã era sempre incerto.

Uma das coisas que mais chama a atenção nos escritos é a contabilidade constante de tudo que se ganha ou gasta. O dinheiro é sempre pouco, contado, suado e esgota-se rapidamente, como na seguinte passagem:

3 de junho... Quando eu estava no ponto do bonde a Vera começou a chorar. Queria pasteis. Eu estava só com 10 cruzeiros, 2 para pagar o bonde e 8 para comprar carne moída. A Dona Geralda deu-me 4 cruzeiros para eu comprar os pasteis. (JESUS, 2014, p. 50).

Assim, ela vai registrando o que ganha e o que gasta, e o segundo número é sempre maior do que o primeiro. Por isso, a autora repete inúmeras vezes que o custo de vida é alto, que os alimentos são caros e que a fome é sua maior inimiga. Ela escreve: "... De manhã eu estou sempre nervosa. Com medo de não arranjar dinheiro para comprar o que comer" (JESUS, 2014, p. 49) e em outro trecho, relata: "7 de junho Os meninos tomaram café e foram a aula. Eles estão tão alegres porque hoje teve café. Só quem passa fome é que dá valor a comida" (JESUS, 2014, p. 53).

Além da falta de comida, que aparece incontáveis vezes no diário, outra cena bastante comum são as confusões e imoralidades dos vizinhos. Brigas, xingamentos, vizinhas que atacam os filhos de Carolina Maria de Jesus. A violência contra as mulheres e o desrespeito às crianças é constante, o que incomoda muito a escritora.

... E o pior na favela é o que as crianças presenciam. Todas crianças da favela sabem como é o corpo de uma mulher. Porque quando os casais que se embriagam brigam, a mulher, para não apanhar sai nua para a rua. [...] Tem barracões de meretrizes que praticam suas cenas amorosas na presença das crianças. (JESUS, 2014, p. 45)

Ela relata que a vida na favela é bastante traumatizante para as crianças: "E assim as crianças ficaram sabendo o que os homens fazem... com as mulheres. Estas coisas eles não olvidam. Tenho dó destas crianças que vivem no Quarto de Despejo mais imundo que há no mundo". (JESUS, 2014, p. 138). Elas estão expostas à vida adulta, pois, muitas vezes seus pais ou responsáveis apresentam vícios, não têm condições de educá-las ou precisam deixá-las

sozinhas para trabalhar, como é o caso de Carolina de Jesus, que, apesar da preocupação com os filhos, não tem outra opção.

Os três filhos, aliás, são uma preocupação incessante da escritora e isso também está registrado no diário. Vera Eunice, a mais nova, às vezes a acompanha nas saídas para catar materiais recicláveis. Os dois meninos, José Carlos e João José, parecem dar mais trabalho para mãe, a qual se esforça para educá-los, porém encontra muitas dificuldades. Os meninos, desde muito cedo, são alvos de más influências e também sofrem com a ação policial. No trecho a seguir, Carolina Maria de Jesus relata, sem explicitar o motivo (talvez o tenha feito nos manuscritos originais), o fato de o filho ter sido chamado a comparecer à delegacia:

...Recebi intimação para comparecer as 8 horas da noite na Delegacia do 12. Passei o dia catando papel. A noite os meus pés doíam tanto que eu não podia andar. Começou a chover. Eu ia na Delegacia, ia levar o José Carlos. A intimação era para ele. O José Carlos está com 9 anos. (JESUS, 2014, p. 28)

A maior aflição em relação aos filhos é, no entanto, a falta de comida para alimentá-los. O medo de não ter o que por à mesa atormenta Jesus dia após dia e qualquer coisa é melhor do que deixá-los com fome: "... Achei um cará no lixo, uma batata-doce e uma batata solsa. Cheguei na favela os meus meninos estavam roendo um pedaço de pão duro. Pensei: para comer estes pães era preciso que eles tivessem dentes elétricos". (JESUS, 2014, p. 41). Realidade assaz cruel para uma mãe.

Mesmo com os muitos obstáculos e as privações que uma mulher solteira e com filhos enfrentava (e ainda enfrenta) na sociedade com base patriarcal, Carolina Maria de Jesus deixa claro que prefere ser sozinha, uma vez que teve muitas decepções com os homens: "Tem hora que eu revolto comigo por ter iludido com homens e arranjado estes filhos". (JESUS, 2014, p. 87). O arrependimento, porém, é voltado aos parceiros que a abandonaram, pois seus filhos estão em primeiro lugar: "O homem entra pela porta. O filho é raiz do coração". (JESUS, 2014, p. 49). Além disso, o gosto pela leitura e pela escrita a faz escolher a independência:

O senhor Manuel apareceu dizendo que quer casar-se comigo. Mas eu não quero porque já estou na maturidade. E depois, o homem não há de gostar de uma mulher que não pode passar sem ler. E que levanta para escrever. E que deita com lápis e papel debaixo do travesseiro. Por isso é que eu prefiro viver só para o meu ideal. (JESUS, 2014, p. 49)

E, dessa maneira, a escritora acaba denunciando o forte machismo existente na sociedade, como nesta passagem carregada de significado, uma marca da ausência paterna que acompanha sua história e de seus filhos: “10 de agosto. Dia do Papai. Um dia sem graça” (JESUS, 2014, p.108). Esse machismo é percebido pela autora desde criança. Ainda menina, conta, tinha o desejo de ser homem, visto que eram evidentes os privilégios que estes apresentavam. As páginas dos livros que lia dificilmente traziam o protagonismo da mulher, fazendo com que Carolina de Jesus imaginasse que era preciso ser do sexo masculino para ter os esforços reconhecidos: “... Quando eu era menina o meu sonho era ser homem para defender o Brasil porque eu lia a Historia do Brasil e ficava sabendo que existia guerra. Só lia nomes masculinos como defensor da pátria”. (JESUS, 2014, p. 54).

Não é apenas com a própria vida ou a dos filhos, contudo, que a autora se importa. Nesse sentido, outra questão enfatizada por Jesus em seus registros é o abandono dos pobres por parte do poder público. A autora cita por diversas vezes as falsas promessas de candidatos que visitam a favela em época de eleição e também manifesta sua insatisfação com o governo e com os políticos em geral, como se observa no trecho: “- Eles gastam nas eleições e depois aumentam qualquer coisa. [...] Quem paga as despesas das eleições é o povo” (JESUS, 2014, p. 128). Neste outro excerto, ela aponta tal consciência política adquirida em sua experiência de vida:

Quem governa o nosso país é quem tem dinheiro, quem não sabe o que é fome, a dor, e a aflição do pobre. Se a maioria revoltar-se, o que pode fazer a minoria? Eu estou do lado do pobre, que é o braço. Braço desnutrido. Precisamos livrar o paiz dos politicos açambarcadores. (JESUS, 2014, p. 39).

Em outro momento, Jesus denuncia como são tratadas as pessoas mais humildes quando precisam dos serviços do Estado:

Em junho de 1957 eu fiquei doente e percorri as sedes do Serviço Social. [...] Foi lá que eu vi as lágrimas deslizar dos olhos dos pobres. Como é pungente ver os dramas que ali se desenrola. A ironia com que com que são tratados os pobres. (JESUS, 2014, p.42).

Há ainda, no diário, a evidente precariedade em que subsistem aqueles que têm como única opção de moradia a favela. Não é à toa que a autora classifica o local como “o quarto de despejo”, pois lá os moradores se sentem desassistidos, sem acesso à infraestrutura para viver com o mínimo de dignidade. O esgoto é a céu aberto, água encanada é um sonho distante, a luz elétrica é irregular, as ruas são vielas de lama e as casas, barracos erguidos com restos de materiais. Dependem de caridade e inexistentes são os políticos que olham pela situação dos favelados. Esse tópico relativo ao espaço e à falta de estrutura é tratado de modo mais pormenorizado na seção 4.3.

Como não poderia ser diferente, a escritora negra também aborda situações de preconceito racial e trata da condição do negro no Brasil. Nesse ponto, Jesus acaba, por vezes, contradizendo-se, uma vez que ora parece acreditar no mito da democracia racial brasileira<sup>12</sup>, ora denuncia fortemente o racismo sofrido pelos negros neste país. Se por um lado, ela afirma: “... Nas prisões os negros eram os bodes espiatorios. Mas os brancos agora são mais cultos. E não nos trata com desprezo. Que Deus ilumine os brancos para que os pretos sejam feliz” (JESUS, 2014, p.30), por outro, acusa:

...Eu estava pagando o sapateiro e conversando com um preto que estava lendo um jornal. Ele estava revoltado com um guarda civil que espancou um preto e amarrou numa arvore. O guarda civil é branco. E há certos brancos que transforma preto em bode expiatorio. Quem sabe se guarda civil ignora que já foi extinta a escravidão e ainda estamos no regime da chibata? (JESUS, 2014, p. 108)

Não há, no entanto, muitos trechos (na versão editada dos cadernos) que versem de maneira explícita sobre o assunto. É possível, todavia, subentender que Jesus tem a consciência sobre as injustiças sofridas pela população negra. Assim, a segunda perspectiva, da injustiça racial, parece prevalecer sobre a

---

<sup>12</sup> Como não Brasil não houve uma separação explícita da população (assim como o *apartheid* na África ou a Guerra Civil Americana), pregou-se a falsa ideia de que no país não existe racismo e que negros e brancos convivem em plena harmonia.

primeira. Isso porque, até mesmo no fragmento em que afirma que os brancos eram “mais cultos”, ela revela a ideia de que o branco precisaria permitir que o negro fosse feliz. Nesta outra passagem, verifica-se também o discurso racista impregnado socialmente: “A Florenciana é preta. Mas é tão diferente dos pretos por ser muito ambiciosa. Tudo que ela faz é visando lucro”. (JESUS, 2014, pp. 75 e 76). O uso da conjunção adversativa “mas” deixa transparecer a concepção de que ser negro e ser ambicioso são características incompatíveis, ou seja, o negro precisa se contentar com o pouco que tem.

Nesse âmbito, há ainda dois fragmentos que merecem destaque. Em um deles, a escritora afirma: “Enfim, o mundo é como o branco quer” (JESUS, 2014, p. 70), confirmando que o favorecimento dos brancos sobre os negros naquela sociedade era uma noção presente na compreensão de Jesus sobre a sociedade. Ela também narra o seguinte fato:

...Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circo. Eles respondia-me:

\_ É pena você ser preta.

Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rustico. [...] Se é que existe reencarnações, eu quero voltar sempre preta. (JESUS, 2014, p. 64)

Ou seja, nessa passagem, Carolina Maria de Jesus vive a discriminação, é vítima do preconceito racial, mas, ao mesmo tempo, é resistência, demonstrando orgulho de sua condição e não aceitando ser desmerecida pela cor da pele, embora, na prática, seja bastante difícil para ela (mulher, negra e pobre) lutar contra o *status quo*. As palavras se tornam, então, sua principal arma.

Assim, diante de todas as dificuldades vividas, a escrita surge quase que como uma necessidade, uma força interior intrínseca à Carolina Maria de Jesus. O diário apresenta, por isso, várias passagens metalinguísticas, as quais versam sobre o desejo de escrever e de se tornar escritora. E é por meio da leitura e da escrita que a autora experimenta outra realidade, à qual não tem acesso, como se no momento em que lesse ou escrevesse, ela expurgasse seu sofrimento. No trecho que se segue, é possível observar tal característica:

Eu deixei o leito as 3 da manhã porque quando a gente perde o sono começa a pensar nas misérias que nos rodeia. (...) Deixei o leito para escrever. Enquanto eu escrevo vou pensando que residio num castelo cor de ouro que reluz na luz do sol. Que as janelas são de prata e as luzes de brilhantes. Que a minha vista circula no jardim e eu contemplo as flores de todas as qualidades. (...) É preciso criar este ambiente de fantasia, para esquecer que estou na favela. (JESUS, 2014, p. 58).

Escrever, porém, não basta. A poetisa negra quer ser publicada, lida, ter sua voz elevada e ouvida. Verifica-se, ao longo do diário, que essa escrita não é apenas uma válvula de escape. É ainda mais, um anseio de escancarar para sociedade as aflições de quem vive à margem: "...Há de existir alguém que lendo o que eu escrevo dirá...isto é mentira! Mas, as misérias são reais (JESUS, 2014, p.46). Somado a denúncia da injustiça, vê-se desejo de ter sua arte reconhecida. Mesmo antes de conhecer o jornalista Audálio Dantas, há registros de tentativas de publicação do seu diário:

...Fui no Correio retirar os cadernos que retornaram dos Estados Unidos. (...) Cheguei na favela. Triste como se tivessem mutilado meus membros. O *The Reader Digest* devolveia dos originais. A *pior bofetada* para quem escreve é a devolução de sua obra. (JESUS, 2014, p.154, *grifo do editor*).

Carolina Maria de Jesus também manifesta a aspiração constante de se mudar da favela. "Eu estou cansada e enjoada da favela" (JESUS, 2014, p.178). Ela entende que as dificuldades de sua vida estão diretamente associadas ao lugar onde mora. Sendo assim, um de seus grandes sonhos é morar numa casa de tijolos, em um local com infraestrutura, que a permita viver com mais dignidade: "Até eu, o dia que me mudar hei de queimar incenso para agradecer a Deus. Hei de fazer jejum mental, pensar só nas coisas boas que agradam a Deus" (JESUS, 2014, p.180).

Mais ao fim dos registros editados e publicados em *Quarto de Despejo*, já há relatos sobre as matérias publicadas em jornais sobre Carolina Maria de Jesus e também escritas por ela. O que a deixa bastante satisfeita.

O João quando retornou-se disse que a reportagem havia saído. Vasculhei os bolsos procurando dinheiro. Tinha 13 cruzeiros. Faltava 2. O senhor Luis emprestou-me. E o João foi buscar. O meu coração ficou oscilando igual as molas de um relógio. O que será que eles escreveram a meu respeito? Quando o João voltou com a revista li –

*Retrato da favela no Diário da Carolina*

Li o artigo e sorri. Pensei no reporter e pretendo agradecê-lo. (JESUS, 2014, p. 171).

Assim, ela realiza um sonho, mas um sonho que carrega muito mais do que uma aspiração individual. Em *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, Carolina de Jesus mostra uma perspectiva, ao mesmo tempo, pessoal e coletiva. Apesar das críticas aos vizinhos que bebem, envolvem-se em confusão, são fofoqueiros, demonstra com sensibilidade a preocupação com o outro, identificando-se como parte de uma classe que é esquecida pelo poder público, relegada pela sociedade e explorada pelo capital: "...O que eu revolto é contra a ganancia dos homens que espremem uns aos outros como se espremesse uma laranja" (JESUS, 2014, p. 46).

O livro, então, termina com uma cena reprisada incontáveis vezes ao longo do relato: "1 de janeiro de 1960 Levantei as 5 horas e fui carregar água" (JESUS, 2014, p.191). Ironicamente, no começo de um novo ano, a situação apenas se repete, como num ciclo infundável ao qual os menos favorecidos estão presos, como um Sísifo<sup>13</sup> condenado ao seu eterno destino.

#### 4.2 CASA DE ALVENARIA: DIÁRIO DE UMA EX-FAVELADA

"Levantei as 5 horas para preparar as roupas dos filhos para irmos na Livraria" (JESUS, 2020, posição 141). Assim começa a segunda obra de Carolina Maria de Jesus publicada pela editora Francisco Alves, *Casa de Alvenaria: diário de uma ex-favelada*. A frase é semelhante ao fim do diário anterior, o mesmo verbo, o mesmo horário, mas com uma diferença fundamental: o objetivo, naquele dia, ela assinou o contrato de publicação de *Quarto de Despejo*. Apesar de continuar morando na favela, a vida da autora já começa aí a passar por uma transformação.

A rotina ainda inclui buscar água, cuidar dos filhos, trabalhar juntando recicláveis para conseguir a subsistência, contudo, somam-se às antigas

---

<sup>13</sup> Personagem da mitologia grega condenado pelos deuses a rolar uma pedra até o topo de uma montanha. Ao findar da tarefa, a pedra rolava novamente para a base fazendo com que Sísifo tivesse que repetir seu trabalho eternamente.

atividades as responsabilidades e os compromissos ligados à nova vida de escritora. Agora, ela frequenta constantemente a Livraria Francisco Alves, as redações de jornais, entre outros espaços aos quais não tinha acesso anteriormente (tal aspecto será aprofundado na seção 4.3).

A partir da publicação de seu primeiro livro, Carolina de Jesus deixa de depender apenas dos materiais recicláveis e de esmolas para alimentar a si mesma e os filhos. Além disso, passa a ser reconhecida na rua e vira assunto dos jornais. Isso a agrada, a princípio, pois em seu relato a autora manifesta o desejo de visibilidade: “amanhã eu estou em todos os jornais (JESUS, 2020, posição 175)”. A escritora, rapidamente, tornou-se figura pública e alvo de interesse: “Foram chegando repórteres, entrevistaram-me e fotografaram-me e ficaram lendo trechos do diário. Havia vários repórteres e fotógrafos. Eu perguntava: — De que jornal é o senhor?” (JESUS, 2020, posição 181).

Assim, a publicidade foi grande e o sucesso do livro, praticamente imediato.

A Livraria Francisco Alves não dava conta de tantos pedidos, vindos de todas as partes do país. A tiragem inicial de 10 mil exemplares, esgotada em uma semana, já estava na segunda, no início de setembro, com uma nova encomenda ainda maior, pois havia muitos pedidos a serem atendidos [...]. Em Santos, em particular, Carolina viu o mar pela primeira vez e atraiu uma verdadeira multidão, tendo vendido 497 livros, durante uma única sessão de autógrafos. (FARIAS, 2018, p.227).

A “escritora favelada”, como era chamada nos meios de comunicação, alcançou, então, a fama e um aparente reconhecimento. Passou a frequentar livrarias, faculdades, recebeu homenagens e títulos, entre eles o de “Cidadã Paulistana’, pela Câmara de Vereadores de São Paulo” (FARIAS, 2018, p.229), algo bastante emblemático para alguém que mal tinha acesso aos serviços básicos a que um cidadão tem direito.

Carolina de Jesus era convidada para diversos eventos e ainda virou representante de várias causas, como a dos negros: “Fui bem recebida, com alegria de todos, Eu recebia uma homenagem dos pretos de São Paulo, Estavam presentes uns pretos do Rio de Janeiro. Serviram um almoço com discurso. Eu sentei na cabeceira da mesa”. (JESUS, 2020, posição 611). Dessa forma, aonde ia, atraía grandes públicos e distribuía autógrafos. Aliás, no novo diário, a palavra

“autógrafo” ou seu plural aparece onze vezes, como no fragmento: “Quando cheguei na Feira do Livro a multidão aplaudiu-me. Acenei a mão e dirigi para o palanque. Iniciei os autógrafos com dedicatórias. A praça estava superlotada” (JESUS, 2020, posição 1102).

Tal aceitação foi, no entanto, parcial e envolta de preconceitos e estigmas. Escreve Carolina de Jesus em seu diário: “Alguns críticos dizem que sou pernóstica quando escrevo— os filhos abluiram- se— Será que preconceito existe até na literatura! O negro não tem direito de pronunciar o clássico!” (JESUS, 2020, posição 929). Embora deva ter havido de fato pessoas que a apoiaram e gostaram verdadeiramente do trabalho da escritora, a maioria era atraída pela curiosidade que ela gerava. Muitos também a atacaram (assim como ocorre ainda hoje<sup>14</sup>) – como relata o biógrafo Tom Farias –, inclusive, de forma anônima. Por exemplo, na seção “Livros novos” do jornal A Tribuna, um redator não identificado grafou as seguintes palavras:

Com o título acima [*Quarto de Despejo*] divulga-se um livro de anotações diárias, escritas em português errado, de autoria da sra. Carolina Maria de Jesus, moradora num daqueles ‘mocambos’ ou ‘malocas’ da ribanceira do Canindé, em São Paulo.

Mulher de cor, semianalfabeta, a viver de expedientes, com a venda de jornais e bugigangas recolhidas nas latas e nos montes de lixo, a pobre A. deste livro, cuja publicação foi promovida pelo conhecido jornalista Audálio Dantas, narra ou registra miúdos incidentes da ‘favela’ em que vive, em companhia dos três filhos menores. (1960, apud FARIAS, 2018, p. 232)

E não foram somente os críticos literários do alto de seus pedestais ou por trás de seus pseudônimos que fomentaram a discriminação em relação à autora. Muitos dos vizinhos da favela não gostaram dos relatos publicados em *Quarto de Despejo*. Além disso, as pessoas que a viam nas ruas, nos restaurantes ou em outros locais, deixavam transparecer o preconceito em suas palavras e atitudes: “Quando eu entrava na livraria e estava conversando com a caixa um senhor deu- me 10 cruzeiros— tomou- me por mendiga” (JESUS, 2020, posição 187).

---

<sup>14</sup> Em 2017, por exemplo, o professor de literatura Ivan Cavalcanti Proença afirmou que a obra de Carolina Maria de Jesus não é literatura, isso durante uma homenagem à autora na Academia Carioca de Letras. A escritora foi defendida por outros intelectuais que participavam do evento.

Carolina Maria de Jesus atraía, ao mesmo tempo, prestígio e estranhamento. Inúmeras vezes, a autora relata os olhares que recebia, os quais eram marcados por uma sensação negativa. Por mais que agora fosse uma escritora famosa, tivesse dinheiro e acesso a lugares antes inacessíveis, continuava carregando consigo os estigmas de favelada, semianalfabeta, pobre e negra, como ela mesma narra: “Nos lugares que eu paro as pessoas afluem-se para observar-me como se eu fosse de um mundo estranho” (JESUS, 2020, posição 546) e ainda ressalta a hipocrisia da sociedade a qual passou frequentar “Tenho impressão que estou vivendo num mundo de joias falsas” (JESUS, 2020, posição 1187).

A ponte da autora com esse mundo foi sua escrita mediada pelo jornalista Audálio Dantas, como já visto na seção 2.2. Assim, o repórter, como é chamado por ela, é outro assunto frequente no novo diário, uma vez que eles estabeleceram um relacionamento não só profissional, mas também de amizade. As referências de Jesus à Dantas são ora positivas, ora negativas, revelando uma relação ambígua, como a maioria das relações humanas. Por um lado, Carolina Maria de Jesus manifesta insatisfação pelo controle que este tenta exercer sobre ela: “Eu queria ir para o rádio, pra cantar. Fiquei furiosa com a autoridade do Audálio, reprovando tudo, anulando os meus projetos” (JESUS, 2020, posição 385). Já por outro, mostra-se grata a ele:

Fiz as pazes com a primavera e ela adornou meu coração com flores perfumadas e construiu um castelo de ouro para eu residir. O castelo é o coração do repórter, este homem generoso que está tirando-me do lodo. Eu era revoltada, não acreditava em ninguém. Odiava os políticos e os patrões, porque o meu sonho era escrever e o pobre não pode ter ideal nobre. Depois que conheci o repórter tudo transformouse. E eu enalteço o repórter por gratidão. (JESUS, 2020, posição 366).

Além de ter encaminhado a publicação dos livros *Quarto de Despejo* e *Casa de Alvenaria*, ter sido o editor responsável pelas obras, Dantas tornou-se uma espécie de conselheiro da escritora, em especial, para assuntos financeiros. Nesse ponto, mais uma vez ela sentia-se incomodada com a interferência do jornalista em sua vida: “Queixei-me no bilhete que o repórter reclama que gasto muito. E eu não gosto de ser observada injustamente. É horrível ter sinhô. Mas o dia 13 de maio está chegando ...” (JESUS, 2020, posição 2624). É interessante

observar a referência que Jesus faz ao regime escravocrata, como se ela, negra, tivesse se transformado em escrava de Dantas, branco.

Embora protestasse contra a intervenção do repórter, também demonstrava apreciar sua companhia e a presença dele nos eventos dos quais participava (talvez por se sentir perdida em espaços que não a acolhiam de fato, como foi discutido na seção 3.3). Quando se muda da favela para um quarto emprestado de um conhecido em Osasco, ela nota ressentida a ausência de Audálio na chegada à cidade e imagina que ele estivesse chateado por ela estar de mudança: “Fiquei triste porque o Audálio não estava presente. Pensei: será que ele não queria que eu mudasse da favela?...” (JESUS, 2020, posição 701).

É pertinente lembrar aqui (retomando a seção 2.2) que o próprio jornalista selecionou tais trechos para a composição do livro, provavelmente, na tentativa de assumir uma posição mais objetiva frente às críticas que recebeu por estar supostamente explorando Jesus. Na sequência, a autora relata tais acusações e registra, ao mesmo tempo, que não era ingênua como muitos pensavam: “Várias pessoas haviam dito que o Audálio transformou-me em rato para os gatos. Mas o rato corre mais do que o gato. E eu corri para Osasco” (JESUS, 2020, posição 702).

É nesse momento em que a escritora dá seu primeiro passo para fora da favela. Segundo o que consta no livro, a mudança para a cidade da região metropolitana foi cercada de repórteres e curiosos, além dos vizinhos que se despediram dela com pedidos, pedradas e xingamentos:

Os repórteres iam chegando para filmar a minha saída da favela. O João não estava. Ele subiu no telhado e caiu e feriu a perna. Foi para a Central de Polícia fazer curativo. A D. Alice disse-me que os filhos da D. Juana estavam mexendo nos livros. Que confusão! Mesmo com a confusão eu estava contente. Era a concretização de um sonho. Os repórteres fotografavam e filmavam. O Audálio chegou com o repórter José Hamilton. A D. Alice auxiliou-me a carregar os cacarecos. Entreguei-lhe o barracão e entramos no caminhão. Eu e os dois filhos, porque o João não estava. O motorista estava agitado. A Meyri surgiu e disse: — Vê se não esquece dos pobres. A Leila surgiu andando com dificuldade. Veio para instigar os favelados. O motorista partiu com a máquina acelerada. Começaram a atirar pedras. A Leila agitou-se, pegou pedra e atirou dentro do caminhão. Eu olhava as pedras e a direção com receio de atingir os olhos da Vera e do José Carlos, que já estava ferido com as pedradas. Que confusão! Eu não sei de onde surgiu tantas pessoas para presenciar a minha partida. A Chica e a Nair xingavam-me e diziam: — Você vai embora para não apanhar! (JESUS, 2020, posição 672 a 681).

O quarto que passa a ocupar com os três filhos ainda está bem longe de ser algo confortável ou requintado. A estrutura simples, entretanto, já é vista como luxo para quem vivia em meio ao lixo: “Ajeitei as camas e dei banho nos filhos, que ficaram admirados da água sair quente do chuveiro” (JESUS, 2020, posição 710). O dono da casa, chamado Antonio Soeiro Cabral, e sua esposa tratavam muito bem os hóspedes e lhes faziam vários favores, mas, aos poucos, a relação foi se desgastando. Os filhos de Carolina Maria de Jesus reclamavam de maus tratos por parte do dono da casa, o quarto era pequeno e o sonho da casa própria ainda ecoava na cabeça da escritora.

Sob as orientações de Audálio Dantas, ela comprou, então, uma casa em um bairro de classe média de São Paulo. A residência estava alugada e os inquilinos demoravam a sair. Como o prazo prometido havia se esgotado, Jesus mudou-se com os filhos antes mesmo de os outros moradores deixarem a casa. Conviveram, assim, por um tempo, o que incomodava a nova proprietária:

Jantamos, tomei banho e deitei. Mas as pulgas pareciam formigas na minha cama. Não consegui adormecer, porque os moços que residem na casa começaram a beber e dançar. Eu tinha impressão que estava numa boate. Eles reclamavam que os meus móveis estavam impedindo- os de dançar. (JESUS, 2020, posição 1673).

A mudança para a casa de alvenaria ocorreu na véspera do Natal de 1960 e foi um momento de adaptação. Ali, Jesus passou por altos e baixos: “Estou lutando para ajeitar-me dentro da casa de alvenaria. E não consigo. Minhas impressões na casa de alvenaria variam. Tem dia que estou no céu, tem dia que estou no inferno, tem dia que penso ser a Gata Borralheira” (JESUS, 2020, posição 2254). A escritora reconhecia que sua vida havia melhorado, pois ela e os filhos tinham um teto decente e não passavam mais fome. Os problemas, todavia, agora eram outros. Era diariamente incomodada por pedidos de empréstimos, pois todos imaginavam que ela havia ficado muito rica.

O sol estava gostoso. Comecei a pensar na minha vida. Todos dizem que fiquei rica, Que eu fiquei feliz. Quem assim o diz estão enganados. Devido o sucesso do meu livro eu passei a ser olhada como uma letra de câmbio. Represento o lucro. Uma mina de ouro, admirada por uns e criticada por outros. (JESUS, 2020, posição 1681).

Um senhor que disse ser do Paraná veio procurar-me para eu emprestar-lhe 800.000 cruzeiros, que ele fez uma dívida no banco e os títulos estão vencendo e ele não tem dinheiro para pagar. (...) Ele disse-me que esperava até terça-feira para eu dar-lhe o dinheiro. Fiquei horrorizada. Onde é que eu vou arranjar 800.000 cruzeiros para emprestar a um desconhecido no prazo de três dias? (JESUS, 2020, posição 1832).

Apesar de se sentir perturbada com tantos pedidos, ajudava sempre que podia, uma vez que não esquecera suas origens. Seu desejo sempre foi de um mundo mais igual para todos, por isso, os registros do diário seguem mostrando a preocupação com os trabalhadores, os pobres, em especial, aqueles que continuavam habitando a favela:

Sentada no restaurante chique, eu pensava nos infelizes que catam os restos de feira para comer. Tenho impressão que os infelizes que passam fome são meus filhos. Eu saí da favela. Tenho impressão que saí do mar e deixei meus irmãos afogando-se. (JESUS, 2020, posição 1261).

Mesmo que em muitos momentos do diário que foi transformado no livro *Quarto de Despejo*, Jesus manifeste vontades individuais e acuse seus vizinhos de serem pessoas mal-educadas, atraindo a inimizade de muitos deles, não se pode negar sua consciência de classe. Isso porque, tanto no primeiro livro quanto no segundo, há diversos fragmentos em que ela defende o fim das favelas e a redistribuição de terras:

Eu ia contemplando as paisagens majestosas e a quantidade de terras incultivadas. Ficava pensando: com tantas terras abandonadas e o povo passando fome! Essas terras pertencem aos capitalistas. Ninguém pode chegar e plantar algo sem o seu consentimento. Eles têm dinheiro para pagar a Dona Lei e suas confusões. O mundo para ser bom é preciso que as terras sejam livres. O homem poderá desfrutar a terra, porque ela é inesgotável. As terras sendo livres todos plantam e a miséria extingue-se. (JESUS, 2020, posição 1252)

A escritora demonstra, portanto, conhecimento a respeito das estruturas da sociedade e, no livro *Casa de Alvenaria*, após um contato próximo com pessoas de classes mais altas, apenas reafirma suas convicções sobre as injustiças sociais. Ela entende, rapidamente, que o dinheiro que conquistou não

basta para inseri-la naquele novo meio e também não é suficiente para que seja plenamente atendida em suas reivindicações por mais justiça social.

Cabe a Carolina Maria de Jesus, depois de se tornar figura pública, aproveitar as oportunidades para ser ouvida, mas sempre cercada do medo de ser calada: “Não estou tranquila com a ideia de escrever o meu diário da vida atual. Escrever contra os ricos. Eles são poderosos e podem destruir-me” (JESUS, 2020, posição 1215). Ela ainda registra nesse livro episódios em que teme ser associada ao Comunismo – visto que o país acabara de passar por uma caça aos comunistas na Era Vargas – por defender o que seria uma espécie de reforma agrária: “Por que é que o governo não distribui as terras para o povo? Eu penso isto, mas não digo porque se eu disser isto os capitalistas vão dizer:— A Carolina é vermelha. É ignorante e semianalfabeta” (JESUS, 2020, posição 1256).

Taxá-la de ignorante e semianalfabeta, aliás, foi (e ainda é) uma tentativa de calar sua voz, assim como o preconceito que a autora continuou sofrendo, como está relatado nas páginas de seu diário. Além dos olhares de estranhamento, ela estava sempre sendo associada à favela e sempre de maneira negativa. Em um jantar com a alta sociedade, por exemplo, a esposa do então prefeito de Pelotas (RS) fica admirada por Carolina de Jesus saber utilizar garfo e faca (JESUS, 2020, posição 1275), como se os favelados não fossem capaz disso.

Também na cidade gaúcha há um episódio interessante, em que a escritora faz questão de ser a porta-voz de um menino que faz um pedido a ela:

Um pretinho circulava e dizia em voz alta: — Sabe, Carolina, peço-te para incluir no teu diário que há preconceito aqui no Sul. Os brancos que estavam presentes entreolharam-se, achando incômodo as queixas do pretinho. Parei para ouvi-lo. Creio que devo considerar os meus irmãos na cor. — Está bem. Incluirei tua queixa no meu diário. Quer dizer que há preconceito no Sul do Brasil? Será que os sulistas brasileiros estão imitando os norte-americanos? O pretinho despediu-se e saiu contente como se tivesse realizado uma proeza. Pensei: ele confia em mim e sabe que vou inclui-lo no meu diário. Vou registrar a sua queixa. (JESUS, 2020, posição 1279 a 1283).

Assim, entre a elite e o povo, Jesus vai seguindo sua vida, percebendo cada vez mais os abismos sociais, a hipocrisia, a má vontade política. Para divulgar seu livro, faz viagens por todo o Brasil e dá entrevistas para veículos

nacionais e estrangeiros. Vive, como sabemos por sua biografia, um curto e intenso período de fama e, até mesmo, riqueza, hospedando-se em hotéis nos quais antes não poderia sequer adentrar o saguão sem ser tomada por pedinte ou criminosa. Tenta, por seus meios, fazer visíveis as dificuldades dos que passam fome e não têm moradia digna, quase em vão.

É emblemático, nesse sentido o trecho final do livro, que narra um debate ao final da peça *Quarto de Despejo*, baseada no *best-seller* de Jesus, em que políticos, intelectuais e a escritora discutem os problemas sociais trazidos ao palco. Debate esse que acaba numa confusão de vozes, sem soluções e com Carolina Maria de Jesus de volta a sua nova rotina, numa espécie de contraste com o que ocorre no livro anterior: “Tomei um táxi e fui para minha casa”. (JESUS, 2020, posição 2771).

#### 4.3 DO QUARTO DE DESPEJO À CASA DE ALVENARIA: O ESPAÇO GEOGRÁFICO NA OBRA E NA VIDA DE CAROLINA MARIA DE JESUS

“Duro é o pão que nós comemos. Dura é a cama que dormimos. Dura é a vida do favelado” (JESUS, 2014, p.41). A repetição proposital do adjetivo reitera que dura foi a existência de Carolina Maria de Jesus que, exceto por um lampejo de esperança, viveu à margem. Assim, sua obra – em especial os diários *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* e *Casa de Alvenaria: diário de uma ex-favelada* – é bastante representativa do modelo de urbanização excludente que se dá no sistema capitalista.

Segundo Harvey, “[...] tudo que acontece sob o capitalismo pode se reduzir a uma manifestação direta ou mesmo indireta da circulação de capital” (HARVEY, 2005, p. 130), inclusive a organização do espaço urbano. É isso que se irá observar ao longo dos diários escolhidos aqui como objeto de pesquisa, uma vez que são retratos da tensão entre centro e periferia, como bem resume a autora com o uso de antíteses: “Outro dia eu era uma favelada. Atualmente sou ex-favelada. A minha história pode ser resumida assim: Era uma vez uma preta que morava no inferno. Saiu do inferno e foi para o céu” (JESUS, 2020, posição 2572).

Assim, nota-se já no título dos dois livros analisados, a relação inerente das narrativas com o espaço geográfico. O fio condutor de cada relato é o lugar

onde a autora habita: a favela ou a casa de alvenaria, e sua identidade se dá dentro dessa relação (favelada / ex-favelada). O desenrolar dos fatos cotidianos se mostram, em cada página, causa ou consequência do ambiente em que ocorrem e revelam também o abismo que há entre o centro e a periferia, duas faces opostas da mesma moeda:

As cidades refletem o processo industrial baseado na intensa exploração da força de trabalho e na exclusão social, mas o ambiente construído faz mais do que refletir. Como parte integrante das características que assume o processo de acumulação capitalista no Brasil, o urbano se institui como pólo moderno ao mesmo tempo em que é objeto e sujeito da reprodução ou criação de novas formas arcaicas no seu interior, como contrapartidas de uma mesma dinâmica. (MARICATO, 1996, p. 43).

Esse *apartheid* está bem representado nos diários de Carolina Maria de Jesus. Todo o tempo, a autora compara a favela com a cidade, acentuando as diferenças estruturais entre elas. A cidade é sempre luxuosa, urbanizada, visualmente atrativa; já a favela é lugar de restos, desorganizada, desagradável em todos os sentidos, como nesta metáfora: “... Eu classifico São Paulo assim: o Palácio, é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos” (JESUS, 2014, p. 32).

A economia também se desenvolve de maneira distinta, porém complementar, em cada um dos espaços. Conforme Santos, “[...] a atividade econômica dos pobres também funciona de acordo com uma lógica e portanto é racional” (SANTOS 2009, p. 67). Carolina Maria de Jesus e seus vizinhos trabalham e consomem, mesmo que de forma precária e excludente. O dia a dia da escritora, economicamente falando, resume-se em recolher e vender materiais recicláveis para sobreviver: “Passei no empório do senhor Eduardo e comprei um quilo de arroz. Sobrou só 7 cruzeiros. Só na cidade eu gastei 25. A cidade é um morcego que chupa nosso sangue” (JESUS, 2014, p.182). Aqui, pode-se retomar os conceitos de Santos (2009) sobre circuito inferior e circuito superior da economia, segundo os quais – como observado por Jesus – há uma relação de exploração da economia central para com a economia periférica.

Ainda nesse sentido, de acordo com Marx (*apud* HARVEY, 2005, p. 112), o capital é engendrado a partir da “expropriação do trabalhador” por meio da violência. O proletariado é, dessa forma, expropriado também do espaço

geográfico. A história da posse da terra no Brasil revela essa asserção e está representada nos livros de Jesus, a qual manifesta sua ciência a respeito disso:

Os favelados são os colonos. Por ser espoliados pelos patrões abandonaram o campo. Encontram dificuldades na cidade, que só oferece conforto e decência aos que tem bons empregos. Eles não podem acompanhar a vida atualmente. Devido ao custo de vida são obrigados a recorrer ao lixo ou os restos de feira (JESUS, 2020, posição 2736).

A transformação na vida da autora, narrada em *Casa de Alvenaria*, não muda, portanto, essa característica, uma vez que Jesus sempre relembra suas origens e, ao sair do *Quarto de Despejo*, apenas confirma sua percepção sobre a desigualdade sócio-espacial. Assim, as obras, embora representem momentos diferentes, não se opõem, mas sim, complementam-se. Tanto em uma quanto em outra, são inúmeras as linhas para descrever “o quarto de despejo” e a “sala de visitas”. Aquele, sempre com conotação negativa, relacionado à exclusão social e em inferioridade em relação a esta. Assim, a favela é:

Um lugar que não se pode plantar uma flor para aspirar o seu perfume, para ouvir o zumbido das abelhas ou o colibri acariciando-a com seu frágil biquinho. O unico perfume que exala da favela é a lama podre, os excrementos e a pinga (JESUS, 2014, p. 47).

Eu ia revendo os recantos que percorria. Quando chegamos na favela fiquei com dó dos infaustos que habitam aquele antro degradante.[...] Fui rever o meu barracão. Encontrei a Dona Alice triste. Ela é costureira. Não costura por não ter maquina. O Seu Chico estava deitado. A cama estava suja. Não por desleixo, mas por falta de sabão. Seguimos contemplando a favela. A chaga de São Paulo. (JESUS, 2020, posição 2370 a 2375).

Já a cidade é o ponto de contraste com a favela. A autora descreve os bairros centrais e suas casas comparando-os a palácios cheios de riqueza: “Oh! São Paulo rainha que ostenta vaidosa a tua coroa de ouro que são os arranha-céus. Que veste viludo e seda e calça meias de algodão que é a favela” (JESUS, 2014, p. 41). Observando os trechos em confronto, percebe-se que a descrição da favela é a negação de elementos considerados “poéticos” (belos), enquanto a definição do urbano é um conjunto de metáforas repletas de lirismo.

Essa impressão díspar se mantém e se reforça com o aumento do contato da escritora e de seus filhos com as regiões mais abastadas de São Paulo. O episódio relatado a seguir, que narra a visita de Jesus a um estúdio de TV, é exemplo disso:

- Que casa bonita, mamãe. Como é bom morar numa casa grande! Esta casa aqui é palácio?
- É quase um palácio — respondi.
- A senhora viu, mamãe?
- Viu o que?
- Este povo aqui não cheira a pinga. Eles não bebem pinga?
- Não.
- Eles não fedem, não é, mamãe?
- Eles tomam banho todos os dias. (JESUS, 2020, posição 348 a 353)

As obras em questão também revelam como se dá a ocupação do espaço a partir dos interesses políticos e econômicos, com grande sensibilidade de quem vive na pele as consequências da marginalização. Esse “testemunho dos que estão vivendo no ‘olho do furacão’” é, segundo Maricato (1996, p. 107) “insubstituível” para se entender a excludente urbanização brasileira, e, mais especificamente, da capital paulista.

Ficam bastante evidentes nas narrativas de Carolina Maria de Jesus a consciência e a denúncia do processo de gentrificação pelo qual a cidade passou e do qual resultam as favelas:

Fui entrevistada pelo repórter Heitor Augusto. Falamos da favela. E porque a favela é o quarto de despejo de São Paulo. É que em 1948, quando começaram a demolir as casas térreas para construir os edifícios, nós os pobres que residíamos nas habitações coletivas fomos despejados e ficamos debaixo das pontes. É por isso que eu denomino que a favela é o quarto de despejo de uma cidade. Nós os pobres somos os trastes velhos. (JESUS, 2020, posição 230)

Aliás, esse processo histórico de ocupação desigual do espaço se entrecruza com a história de vida da autora e seus antepassados. De acordo com o que é relatado em uma de suas biografias, o povoado de Sacramento, onde nasceu Carolina de Jesus:

[...] surgiu como um vilarejo de características rurais, mas com grande histórico de violência pela cobiça causada também por terras férteis e

abundância de água. Negros e índios, aqueles com seus quilombos e estes com suas malocas, eram os mais massacrados ou capturados, pois estavam exatamente no meio do caminho dessas sanguinárias conquistas. [...] Dessas regiões, fugidos ou capturados à força, é que surgiram boa parte dos negros que povoariam a Sacramento que se conhece até hoje. (FARIAS, 2018, p. 15).

Dentre esses expropriados, estavam os ancestrais da escritora, a qual nasceu e cresceu sob o jugo da exclusão, e só depois de muita luta e algumas oportunidades conquistou certo reconhecimento social, como ela mesma relembra em *Casa de Alvenaria*: “Num segundo comecei a lembrar a trajetória da minha vida. Empregada doméstica, lavradora, catadora de papel e agora escritora e admirada. E beijada pelo vice- governador!” (JESUS, 2020, posição 1753).

Observa-se nas duas primeiras funções ocupadas por Jesus, a função daquele que serve a um senhor, uma vez que tanto como empregada doméstica quanto como lavradora – entre as décadas de 1930 e 1950 – não tinha nenhum direito trabalhista, era claramente explorada, trabalhando sempre para o bem dos patrões, donos da casa e da terra. Dessa forma, as relações de trabalho na recente República brasileira ainda eram fortemente pautadas pelo legado colonial:

O surgimento da burguesia brasileira não se faz em oposição aos privilégios do sistema colonial, mas sim em oposição ao “jugo colonial”. Com a destruição da ordenação jurídico política deste, os demais privilégios não só subsistiram, mas foram até reforçados (Fernandes, 1977). (*apud* MARICATO, 1996, p. 33).

Dentro desse “novo” sistema que intensificou os privilégios, as relações de trabalho seguiram precárias. Aos moradores da periferia, restaram o desemprego ou os subempregos. Estes ou aceitavam suas condições para sobreviver, ou tentavam lutar por mais justiça. Todavia, em um Brasil em que as leis trabalhistas eram muito recentes, as manifestações por direitos e as denúncias sociais sofriam forte repressão, fosse ela física ou ideológica:

Disseram que sou comunista porque tenho dó dos pobres e dos operários que ganham o insuficiente para viver. E não tem um defensor sincero a não ser as greves, meios que recorrem para melhorar suas condições de vida. Mas são tão infelizes que acabam sendo presos e

dispensados do trabalho. Conclusão: o operário não tem o direito de dizer que passa fome. (JESUS, 2020, posição 1545)

Se o operário já é privado de muitas coisas, para o trabalhador informal – assim como Carolina Maria de Jesus – a situação é ainda pior. Eles vivem a incerteza do dia seguinte e estão completamente desamparados pela legislação. É interessante a narração da escritora no dia 2 de novembro de 1960, já fora da favela, quando ela precisa comprar alimentos: “Eu não sabia que hoje é feriado, mas o meu vizinho deu-me a honra de vender-me leite, pão e açúcar” (JESUS, 2020, posição 1014). Isso se dá, pois para o trabalhador informal não há feriado, visto que se ele não trabalhar, não irá ter recursos para se manter naquele dia. Assim, até mesmo o direito ao descanso é negado, comprometendo a saúde dos trabalhadores, como é possível verificar no depoimento de uma trabalhadora indiana citado por Harvey: “Depois do trabalho, quando chegamos em casa, não temos força para fazer mais nada, a não ser comer e dormir” (SEABROOK, 1996, *apud* HARVEY, 2005, p. 212); ou no relato de Jesus, no qual se vê uma situação ainda mais desoladora: “Saí indisposta, com vontade de deitar. Mas, o pobre não repousa. Não tem o privilegio de gosar descanso” (JESUS, 2014, p.12). Aqui, o uso da conjunção adversativa realça a incompatibilidade entre ser pobre e descansar.

A relação entre a desvalorização do trabalho informal e a forte dependência deste, um grande paradoxo, não ocorre apenas em nível local, mas, como observa Harvey, é um fenômeno globalizado que atinge as regiões urbanas:

Considera-se o setor informal cada vez mais como ou um mal necessário, ou como um setor dinâmico, capaz de trazer de volta certo nível de atividade manufatureira para centros urbanos em decadência. Além disso, os tipos de atividades de serviço e de funções administrativas que se firmaram nas regiões urbanas tenderam a ser ou empregos mal pagos (muitas vezes, exercidos exclusivamente por mulheres), ou cargos muito bem pagos no topo do espectro gerencial. Em consequência, o empreendedorismo urbano contribui para aumentar as diferenças de riqueza e de renda, assim como para ampliar o empobrecimento urbano, observado mesmo nas cidades (como Nova York) que apresentam grande progresso (HARVEY, 2005, p. 182).

As vivências de Jesus são, desse modo, muito mais do que relatos do cotidiano de um indivíduo. Essas experiências tanto da biografia quanto dos diários da autora trazem à tona o processo histórico, social, econômico e político da urbanização mundial e brasileira que se dá por uma sucessão de espoliação dos mais pobres em função dos interesses dos mais ricos.

A organização do espaço urbano mostra-se, então, atrelada às formas de desenvolvimento econômico: “A lógica do capital organiza o espaço de acordo com os princípios de acumulação de capital” (HARVEY, 2005, p. 52). Percebe-se facilmente, por meio da leitura dos diários de Jesus, que morar na favela não é uma opção ou o resultado da “preguiça de trabalhar” para comprar um pedaço de terra em um lugar digno, como muitos defensores da chamada meritocracia apontam. É o que alerta Santos:

A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico de que é suporte como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial. (SANTOS, 1993, p. 10)

De tal maneira, pode-se apontar a organização do espaço como fator decisivo no desequilíbrio social. Os diários de Jesus ilustram com propriedade essa situação. É paradigmático, por exemplo, o momento em que Carolina Maria de Jesus descreve a discriminação que sofre no elevador de um prédio (já citado na página 33, no capítulo 2), demonstrando que a exclusão se dá por meio da negação do direito de se ocupar um espaço devido a sua situação social. O elevador, a propósito, torna-se um lugar simbólico na obra *Casa de Alvenaria*, pois, se quando estava no quarto de despejo, Jesus não tinha acesso a ele, quando se torna escritora, vai ocupá-lo inúmeras vezes – infelizmente, não totalmente livre do preconceito.

O fato de a autora descrever em seu segundo livro nove episódios em que utiliza o elevador é significativo. Trata-se de um ícone de modernidade extremamente distante da realidade dos moradores da favela. O primeiro elevador no qual ela é convidada a entrar é o da livraria Francisco Alves – é como se a escrita a permitisse ascender. Em outro fragmento, o espaço social representado pelo elevador é determinante do comportamento que se deve

adotar: “No elevador a Vera entrou empurrando os passageiros. Eu disse- lhe:— Pede licença. Aqui não é favela!” (JESUS, 2020, posição 376). Cabe destacar ainda o excerto em que ela, durante um baile, adentra o elevador de um clube de alta sociedade e compara-o com a moradia na favela: “Quando cheguei no salão fiquei abismada com o luxo do elevador do Clube Fazano. É maior do que o meu ex-barracão” (JESUS, 2020, posição 890).

Essa distinção social herdada de um regime escravocrata que separa negros de brancos, trabalhadores de patrões, ricos de pobres, não ficou no passado. Em janeiro deste ano, só para citar um exemplo, um funcionário negro que trabalhava na faxina da Biblioteca Nacional foi retirado do elevador social pela coordenadora-geral de Planejamento e Administração do prédio. Ela alegou estar apenas cumprindo o regulamento, exigindo que ele ocupasse o elevador de serviço. O faxineiro contestou, informando que sempre utilizava os dois elevadores, sem diferenciação, exceto quando carregava os materiais de limpeza, o que não ocorria durante o caso. Em entrevista ao portal UOL, ele relatou:

Foi quando eu entrei no elevador. Estava no térreo, ia para o segundo andar para pegar o elevador até o armazém dos livros. Entrei e escutei uma voz: 'Ei, ei, psiu, psiu, sai, sai, sai.' Eu achei que não era comigo. 'Está falando comigo? Para eu sair do elevador?' 'Você mesmo. Sai, sai, sai. Bora! Seu elevador é o outro. Você não pode usar esse elevador aí não.' (RIBEIRO e LEMOS, 2020).

De acordo com a reportagem do portal UOL, o funcionário reagiu indignado e foi retirado do local pelos seguranças. Ele registrou um boletim de ocorrência na Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância, que afirmou que iria apurar o caso. A servidora acusada do ato discriminatório negou o fato e disse que se tratava apenas de uma ação administrativa. Não foram encontradas informações a respeito do desfecho do caso, o que indica que, provavelmente, ainda não foi solucionado.

Seja na década de 1950 ou em pleno 2020, há, de fato, um abismo socioespacial criado a partir do modelo de urbanização que ocorreu e vem ocorrendo em São Paulo e em muitos outros lugares do mundo. O padrão higienista adotado pelos governantes engendrou uma paisagem contraditória, que embeleza os centros e abandona a periferia. Esse modelo de urbanização é questionado por Jesus: “Classifiquei a favela de quarto de despejo porque em

1948, quando o Dr. Prestes Maia começou a urbanizar a cidade de São Paulo, os pobres que habitavam os porões foram atirados ao relento” (JESUS, 2020, posição 2741).

Assim, da segregação espacial também decorrem outros tipos de exclusão, visto que aqueles que residem longe dos centros urbanizados carecem de acesso a serviços básicos, são subcidadãos, não têm suas necessidades mínimas de sobrevivência atendidas. Como já visto, a água era disputada em uma única torneira; a luz elétrica, clandestina; os espaços de lazer, inexistentes; a segurança apenas servia para punir os favelados; e a saúde, um direito negligenciado:

Depois fui lavar as roupas na lagoa, pensando no departamento Estadual de Saude que publicou no jornal que aqui na favela do Canindé há 160 casos positivos de doença do caramujo. Mas não deu remédio para os favelados. A mulher que passou o filme com as demonstrações da doença caramujo nos disse que a doença é muito difícil de curar-se. Eu não fiz o exame porque eu não posso comprar os remédios. (JESUS, 2014, p.100).

Fica evidente nesse relato a falsa preocupação das autoridades com a população periférica. Promover uma campanha de conscientização sobre hábitos de higiene e prevenção de doenças em um local onde o esgoto corre a céu aberto é, no mínimo, cruel. É como se os pobres ficassem doentes apenas por não saberem cuidar da própria saúde, desconsiderando toda a falta de estrutura de saneamento que reflete o abandono governamental em que se encontra a favela: “Se os pobres reside nas margens dos rios é porque não recebeu instrução, não aprendeu ofício” (JESUS, 2020, posição 2732). Por isso, Maricato defende que o atendimento integral ao cidadão passa necessariamente por uma reorganização espacial:

A generalização da cidadania e do direito acarreta transformações no mercado privado, na propriedade da terra e na relação entre os capitais que participam da produção do espaço. Por isso a superação da exclusão social no espaço exige profundas transformações na sociedade, não bastando, embora seja importante, garantir no texto da lei os direitos fundamentais dos quais está privada a maioria da população brasileira (MARICATO, 1996, p. 70).

Da mesma forma, a pobreza também está associada diretamente a isso, pois ela não é somente um reflexo do desequilíbrio econômico e precisa ser entendida como um fenômeno histórico, social e espacial. Ao descrever a favela e seus moradores, Jesus ilustra com propriedade tal asserção. Um exemplo icônico são as enchentes, que até hoje atingem a população brasileira mais pobre: “...Está chovendo. Fiquei quase louca com as goteiras nas camas, porque o telhado é coberto com papelões e os papelões já apodreceram. As águas estão aumentando e invadindo os quintais dos favelados” (JESUS, 2014, p. 150). Obviamente, ninguém deseja morar em um lugar em que frequentemente se perde o pouco que tem por conta das chuvas.

É o que defende Santos ao tratar do assunto em seu livro *Pobreza Urbana*:

Conforme acentuou L. Buchanan (1972, p.225) ‘o termo “pobreza” não só implica um estado de privação material como também um modo de vida - e um conjunto complexo e duradouro de relações e instituições sociais, econômicas, culturais e políticas criadas para encontrar segurança dentro de uma situação insegura’”. (SANTOS, 2009, p. 19)

Assim, o autor desconstrói mitos, especialmente os que colocam os pobres como responsáveis pela própria pobreza. Segundo o geógrafo, fatores como o crescimento demográfico e o êxodo rural estão de fato ligados à questão, porém passam longe de ser a causa da miséria e do subdesenvolvimento. Se esse fosse o caso, não deveríamos nos perguntar por que em alguns países a pobreza é muito maior do que em outros mesmo que a expansão demográfica e a migração campo-cidade tenha sido equivalente?

Sobre isso, cabe destacar um episódio narrado por Jesus no qual novos moradores chegam à favela. Eles estão ali claramente por falta de opção em um espaço urbano planejado para os excluir. Nota-se, especialmente no uso do verbo “olhar” no pretérito imperfeito seguido do uso do substantivo “olhar”, a desesperança de alguém que busca uma saída, porém não a encontra:

Até que enfim parou de chover. As nuvens deslisa-se para o poente. Apenas o frio nos fustiga. E varias pessoas da favela não tem agasalhos. Quando uns tem sapatos, não tem palitol. E eu fico condoida vendo as crianças pisar na lama. (...) Percebi que chegaram novas pessoas para favela. Estão maltrapilhas e as faces desnutridas. Improvisaram um barracão. Condoí-me de ver tantas agruras

reservadas aos proletários. Fitei a nova companheira de infortunio. Ela olhava a favela, suas lamas e suas crianças pauperrimas. Foi o olhar mais triste que eu já presenciei. Talvez ela não tem mais ilusão. Entregou sua vida aos cuidados da vida. (JESUS, 2014, p. 46)

A pobreza, portanto, não é algo natural como se quer fazer parecer, um resultado simples e direto do aumento da população, da falta de emprego ou preparo profissional para o mercado. Ela também não é, conforme já explicado, culpa dos pobres. Em determinado fragmento de *Quarto de Despejo* – já citado anteriormente, mas que se retoma aqui para o melhor entendimento dessa ideia –, a autora narra o sermão de um padre que prega que as pessoas devem ter filhos. Em seu íntimo, ela reflete e discorda: “Penso: porque há de ser o pobre que há de ter filhos – se filho de pobre tem que ser operário? Na minha fraca opinião quem deve ter filho são os ricos, que podem dar alvenaria para os filhos” (JESUS, 2014, p. 142). Aqui se observa a ideia de controle populacional incutida – talvez de forma inconsciente – na mente de Jesus, mas também uma forte crítica ao sistema que não proporciona oportunidades equitativas. Sobre isso, afirma o sociólogo Jessé Souza:

Toda a riqueza não estaria concentrando-se cada vez mais nas mãos do 1% mais rico se a inteligência coletiva não tivesse sido sequestrada e rebaixada. Essa mudança simbólica tem como objetivo viabilizar graus inauditos de exploração do trabalhador, deixando-o sem proteção sindical e isolado. Ao mesmo tempo, isso faz com que ele atribua a si mesmo as causas de seus problemas, seja de seu medo e ansiedade, seja de sua pobreza e exploração. (SOUZA, 2018, p. 224)

Já em *Casa de Alvenaria*, em uma melhor situação financeira, a escritora não se deixa deslumbrar e manifesta uma visão mais ampla do problema. Ao estar em contato com a elite e com os menos favorecidos ao mesmo tempo, ela pontua: “[...] a favela é obra de rico. Os pobres não podem pagar os preços exorbitantes que os ricos exigem pelo aluguel de um quartinho. E não podem ficar ao relento” (JESUS, 2020, posição 2637).

Assim, do mesmo modo como a migração não justifica a pobreza, a taxa de natalidade não é a causa da manutenção desta. De acordo com Santos:

Aceitar [essas explicações] seria admitir que acabar com o êxodo rural e, melhor ainda, a limitação dos nascimentos são uma solução, e pretender que com uma população urbana estacionária ou com fraco

aumento a indústria pudesse atender à demanda de emprego; de igual modo, isso equivaleria a apresentar o crescimento industrial como capaz, em condições de estabilidade demográfica, de melhorar o nível de renda. Assim, as favelas, que são apenas um aspecto chocante entre tantos outros da cidade subdesenvolvida, seriam suprimidas. (SANTOS, 2009, p. 31)

O mesmo autor ainda critica estudos como o da “Cultura da Pobreza” defendido por O. Lewis (1966, *apud* SANTOS, 2009) segundo a qual a pobreza se perpetua por meio dos próprios pobres, os quais estão imersos em hábitos que os torna responsáveis por sua pobreza e de seus descendentes, como num círculo vicioso. Santos se opõe a tal posição, uma vez que esta ignora diversos princípios e vínculos sociais (SANTOS, 2009, p. 30).

A cidade tem muitos espaços e comporta o crescimento populacional. Há, no entanto, uma série de fatores que seleciona os lugares ocupados por ricos e por pobres:

As cidades, e sobretudo as grandes, ocupam, de modo geral, vastas superfícies, entremeadas de vazios. Nessas cidades espraiadas, características de uma urbanização corporativa, há interdependência do que podemos chamar de categorias espaciais relevantes desta época: tamanho urbano, modelo rodoviário, carência de infra-estruturas, especulação fundiária e imobiliária, problemas de transporte, extroversão e periferização da população, gerando, graças às dimensões da pobreza e seu componente geográfico, um modelo específico de centro-periferia”. (SANTOS, 1993, p. 95)

Isso significa que, por outro lado, a partir do momento em que as terras passam a ter valor econômico, o cenário muda: “Todo melhoramento numa área pobre faz dela o teatro de um conflito de interesses com as classes médias em expansão, para não falar das classes altas”. (SANTOS, 1993, p. 113). Servindo-se dessa mesma lógica, Maricato explica como tal processo se dá em São Paulo nas décadas de 1950 e 1960:

Como a cidade passou por relativa estagnação, resultante das características da economia regional, a Prefeitura permaneceu como proprietária da maior parte das terras municipais até meados do século XX. Até esse período a ocupação de áreas ociosas era consentida e mesmo estimulada pelos proprietários e enfiteutas que buscavam extrair alguma renda dos ocupantes. Com a chegada de alguns grandes projetos industriais à região, a situação se modifica. No final da década de 50, a questão fundiária assume a configuração de crise política. O Estado populista intervém ambigualmente como era de se esperar. (MARICATO, 1996, p. 46)

Em *Quarto de Despejo*, há uma amostra do que explicam esses estudiosos. Jesus conta: “Conversei com um senhor. Disse-lhe que circula um boato que a favela vai acabar porque vão fazer avenida. Ele disse que não é pra já. Que a Prefeitura está sem dinheiro” (JESUS, 2014, p. 130). Sabe-se que, de fato, isso aconteceu, uma vez que onde estava a extinta favela do Canindé hoje fica parte da marginal Tietê.

Quando retomada a história da legislação sobre a ocupação da terra no Brasil, percebe-se que, na verdade, antes de 1850, quando se dá a promulgação da Lei de Terras – que, como já visto no capítulo 2, página 28, coincide com a Lei Eusébio de Queirós, a primeira em prol do fim da escravidão –, todos os territórios foram tomados por meio da ocupação pela força e pelo poder (MARICATO, 1996, pp. 34 e 35), resultando na distribuição altamente desigual de terras que até hoje persiste no país. É de grande sensibilidade e sabedoria a forma como Jesus expõe isso em seus relatos, mostrando que, apesar do pouco estudo formal, conhece com profundidade, por experiência, o funcionamento da urbanização geradora e mantenedora da miséria:

— Nós os favelados somos os homens do campo. Devido os fazendeiros nos explorar ilimitadamente deixamos as fazendas e vamos para a cidade, E nas grandes cidades os que vivem melhor são os cultos. Nós os incultos encontramos dificuldades de vida. Mesmo trabalhando na cidade como assalariado, encontramos dificuldades para viver porque o salário não cobre as despesas. Não há possibilidade de pagar uma residência decente. Temos que habitar as terras do Estado. (JESUS, 2020, posição 1345).

De acordo com Harvey (2005, p. 91) “O Estado não é um elemento passivo da história”, então, se isso ocorre, é com a condescendência do poder público. Esse é um processo histórico que também está registrado nas memórias de infância da autora:

Eu vi vários pretos que haviam sido agraciados com a Lei Áurea e com a liberdade. Faziam ranchinhos na beira das estradas, porque a beira das estradas públicas pertence ao governo e ninguém falava nada. (JESUS, 1986, p. 79).

A leniência do Estado para com tal tipo de ocupação não significa compaixão com os mais pobres, deixando que esses construam em suas terras. Há uma explicação lógica e perversa por trás dessa tolerância, pois enquanto as terras ocupadas não apresentam valor, elas servem como palanque eleitoral, como explica Maricato:

Em vez de buscar adequar a legislação à realidade ou a realidade à lei, podemos afirmar que, mais como regra do que como exceção, parlamentares se aproveitam desse descolamento entre norma e conduta na produção e uso do espaço para “beneficiar” vastas camadas da população com anistias periódicas para os imóveis ilegais. Aliás, o assentamento ilegal residencial constitui inesgotável fonte de clientelismo político que é historicamente praticado no Brasil pelo Legislativo e também pelo Executivo. (MARICATO, 1996, p. 24).

Portanto, “a ilegalidade em relação à posse da terra parece fornecer frequentemente uma base para que a exclusão se realiza em sua globalidade” (MARICATO, 1996, p. 60). Ou seja, sem oferecer o mínimo de infraestrutura, o governo “cede” um local de moradia para os despossuídos, mantendo-os sob controle com migalhas e promessas vazias, como no seguinte episódio: “Quando o Dr. Ademar<sup>15</sup> saiu para receber-me caminhei na sua direção e cumprimentei-o e recitei uns versos. Ele disse-me que ia organizar uma comissão para construir casas próprias para os favelados” (JESUS, 2020, posição 1177).

O que ocorre, na verdade, é a manutenção de uma massa de miseráveis alocados na periferia como algo sistemático dentro do modelo econômico vigente, fomentando uma ação política clientelista num Estado defensor dos interesses privados, como alerta Harvey:

No Estado capitalista, a separação entre poder econômico e poder político engendra a separação entre interesses privados e comuns. Há uma forte defesa da propriedade privada, mas um discurso de que o poder é de todos por meio do voto/sufrágio universal. (HARVEY, 2005, p. 86).

A constatação de que os moradores da favela são úteis como eleitores, mas desprezados como cidadãos de direito, não passa despercebida nos relatos de Jesus: “...Os vizinhos ricos de alvenaria dizem que nós somos protegidos

---

<sup>15</sup> Ademar de Barros, então prefeito de São Paulo.

pelos políticos. É engano. Os políticos só aparece aqui no quarto de despejo, nas épocas eleitorais” (JESUS, 2014, p. 45). A sensação de abandono por parte do poder público fica nítida na indignação da escritora: “... O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora” (JESUS, 2014, p. 29).

Reafirmando essa perspectiva, em *Casa de Alvenaria*, a autora do livro reproduz parte de uma entrevista que concede ao jornalista Carlos de Freitas durante uma sessão de autógrafos na livraria. Nela, manifesta consciência política e defende a reorganização do espaço como fator decisivo para a melhoria de vida da população mais pobre:

P. — Que você acha da campanha eleitoral?

R. — Espero que o governo eleito colabore com o povo, porque os nossos políticos só interessa pelo povo nas campanhas eleitorais. Depois divorciam-se dos humildes. [...]

P. — E se a senhora fosse governador, o que fazia!

R. — Queria dar impulso na lavoura, aproveitar as terras, construir casas com todo conforto e colocar os favelados. Eles trabalhavam nas lavouras e teriam mais conforto moral e físico. (JESUS, 2020, posição 556).

Do mesmo modo que a redistribuição de terras e uma reurbanização mais igualitária são partes importantes para a solução do problema das favelas, a segregação espacial, por outro lado, é o cerne desse problema e tem como consequência o esquecimento intencional da população periférica por parte do poder público, tornando-os invisíveis e negligenciados. É o que ilustra a passagem a seguir, repleta de questionamentos, que, apesar de fazerem parte do diálogo das personagens, dão a impressão de também serem dirigidas ao leitor:

Conversei com um catador de papel.

\_ Porque é que não guarda o dinheiro que ganha?

Ele olhou-me com o seu olhar de tristeza:

\_ A senhora me faz rir! Já foi o tempo que a gente podia guardar dinheiro. Eu sou um infeliz. Com a vida que levo não posso ter aspiração. Não posso ter um lar, porque um lar inicia com dois, depois vai multiplicando.

Ele olhou-me e disse-me:

\_ Porque falamos disso? O nosso mundo é a margem. Sabe onde estou dormindo? Debaixo das pontes. Eu estou doido. Eu quero morrer! (JESUS, 2014, pp. 183 e 184)

Tal omissão governamental para com as camadas excluídas habitantes das periferias é, como já sublinhado, sistemática e duradoura:

Diga-se de passagem que a lógica de destinar as lonjuras para os pobres atravessou, incólume, o século XX, adentrando o século XXI. Começa com a proibição da instalação de cortiços na zona central, definidas pelos códigos de posturas e sanitários a partir de 1886, que também permitem que vilas operárias “higiênicas” sejam construídas fora da aglomeração urbana. E continua com a delimitação do chamado perímetro urbano, demarcação de áreas que deveriam obrigatoriamente receber serviços de infraestrutura, excluindo bairros operários já inteiramente habitados na época, como Vila Prudente, Tatuapé e Canindé. (ROLNIK, 2017, p. 26).

Canindé é exatamente onde residia a autora de *Quarto de Despejo* com seus três filhos. Um local despojado do *status* de urbano abrigando, precariamente, um sem número de pessoas abandonadas à própria sorte como o catador de papel que conversava com a autora do diário no trecho acima, como o menino que Jesus viu comendo restos do lixo, como todas as crianças da favela, como os vizinhos da escritora, enfim, como a própria Carolina Maria de Jesus. Assim, “Os miseráveis estariam privados da satisfação de algumas das necessidades vitais, de maneira que a saúde e a força física tornar-se-iam precárias a ponto de fazer perigar a própria vida”. (SANTOS, 2009, p. 17)

De tal maneira, o sentimento de exclusão impregna as páginas dos diários – é necessário para Carolina de Jesus sair da favela para “ser alguém” no mundo, para pertencer de fato à sociedade. Ela sente profundo desgosto e desumanização devido ao seu lugar de moradia: “Quando digo casa, penso que estou ofendendo as casas de tijolos” (JESUS, 2014, p. 55). Sentimento que se modifica com a aquisição de um imóvel, mudança demonstrada especialmente pelo uso dos verbos “ser” e “poder”: “Depois que eu comprei a casa é que eu cheguei a conclusão que sou importante. Estou contente. Agora eu sou alguém e posso receber visitas” (JESUS, 2020, posição 1800). Sevcenko (1992, p. 30) ressalta esse sofrimento da população mais humilde e o descaso do governo a respeito disso. Ainda aponta que isso revela um “recorte de discriminação social”, principalmente em relação à população negra e mestiça.

Diante de tanto sofrimento, fica claro o desejo de Carolina de Jesus de deixar a favela. Ainda em *Quarto de Despejo*, ela escreve: “Se Deus auxiliar-me hei de sair daqui, e não hei de olhar para trás”. Por meio da leitura *Casa de*

*Alvenaria*, sabe-se que a primeira parte da sentença se tornou realidade, já a segunda não aconteceu, tanto pela consciência de classe da autora quanto pela exclusão sistêmica relacionada às suas origens.

É possível afirmar, a partir da leitura dos diários e das teorias geográficas e urbanísticas consultadas, que o modo de vida de um indivíduo ou de uma comunidade está diretamente associado ao espaço em que se habita, e que esse espaço é elemento intrínseco da sociedade em que está inserido:

Impossível separar ambiente construído e sociedade. O espaço é meio de produção submetido a determinadas relações de apropriação. Seu *design*, ou seja, a forma do ambiente construído resultante é força produtiva. Segundo Lefebvre, o espaço é um elemento ontológico de mesma importância do capital e do trabalho. Não pode ser tomado portanto apenas como suporte, receptáculo ou reflexo (Lefebvre, 1974). (*Apud* MARICATO, 1996, p. 85).

Logo, as favelas são inerentes ao modelo social e econômico que favorece os centros e despeja os mais humildes para as periferias, as quais, por sua vez, ficam desassistidas pelo poder público. Em *Quarto de Despejo*, verifica-se que buscar água toda manhã é uma rotina de quem habita a favela, assim como não ter privacidade, condições de higiene e acesso a serviços. Os postos de trabalho formal estão, geralmente, distantes da periferia, e o transporte é bastante precário, uma vez que a infraestrutura mais desenvolvida é privilégio de regiões que têm interesses econômicos envolvidos, como bem registra a escritora:

Fui de ônibus, Fico horrorizada vendo o sacrifício dos operários para tomar condução de manhã, para ir trabalhar. Uns vão de pé, outros vão sentados, Quando eles chegam ao trabalho já estão exaustos. (...) A vida de um operário é dura, Com D maiúsculo. (JESUS, 2020, posição 832).

Os moradores das periferias, por consequência, sobrevivem dentro das limitações impostas pela falta de urbanização. Diversas vezes, Jesus afirma que gostaria de estar mais bem vestida e limpa, mas que não tem condições para isso. Ou que seu barracão está sujo, que não tem utensílios para cozinhar, que não tem comida, que não tem sossego: “Mas aqui na favela não se pode dormir, porque os barracões são umidos, e a Neide tosse muito, e desperta-me” (JESUS,

2014, p. 91). Outro trecho que atrai a atenção devido à crueldade da situação é o seguinte:

... Quando nasceu a Vera eu fiquei sosinha aqui na favela. Não apareceu uma mulher para lavar minhas roupas, olhar os meus filhos. Os meus filhos dormiam sujos. Eu fiquei na cama pensando nos filhos, com medo de eles ir brincar nas margens do rio. Depois do parto a mulher não tem forças para erguer um braço. Depois do parto eu fiquei numa posição incomoda. Até quando Deus deu-me forças para ajeitar-me. (JESUS, 2014, p. 57).

O abandono é mais e mais evidente a cada página do diário. Perante essa vida sofrida e esse descaso, Jesus só pensa em uma solução: sair da favela, deixar aquele espaço. Para ela, a transformação de vida está diretamente ligada à mudança do local de habitação. Por isso, em *Casa de Alvenaria*, após mudar, ela relata: “A tristeza estava residindo comigo há muito tempo. Veio sem convite. Agora a tristeza partiu, porque a alegria chegou. Para onde será que foi a tristeza? Deve estar alojada num barraco da favela”. (JESUS, 2020, posição 315). A antítese constituída entre “alegria” e “tristeza” é também a contradição entre a vida na favela e a vida no espaço urbanizado.

Novamente, tem-se, assim, o modo de interagir com o mundo relacionado ao espaço, como nesta outra passagem: “Nós íamos olhando as ruas que eu percorria catando papel. Já habituei: quando passo por uma rua olho se as latas de lixo já estão na rua” (JESUS, 2020, posição 1050). Isso se mostra tão importante para Jesus, que cada local ou trajeto é descrito com detalhes: nomes de rua e endereços são constantemente citados e até substantivos simples que nomeiam lugares ganham letra maiúscula, como “Livraria” (JESUS, 2020, posição 141) ou “Mercado” (JESUS, 2020, posição 149).

Assim que tem seu livro publicado e, conseqüentemente, mais condições financeiras, a escritora passa a frequentar novos lugares, como já visto: “Fui na loja comprar um adorno. Faz tempo que eu não visito as lojas” (JESUS, 2020, posição 542) Também segue descrevendo trajetos. Além da livraria, frequenta outros espaços urbanizados e passeia pelo centro – agora não mais como catadora de recicláveis:

Fui de bonde para a cidade. Levava o meu livro. Entrava nos bares e mostrava o livro.— Já está a venda?— Já, na Livraria Francisco Alves.

Cheguei na redação circulei pelo saguão dos “Diários”. Estava frio, saí para rua e sentei na calçada. (JESUS, 2020, posição 490)

Ao sair da favela em direção ao quarto em Osasco, observa os lugares por onde andava catando papel ou pedindo esmola, desta vez com um olhar diferente: “O motorista seguia. Eu ia contemplando a Rua Araguaia, a rua que eu percorria para catar papel. A rua do frigorífico que nos dava carne. Passamos na Rua Pedro Vicente e seguimos para a Estação da Luz” (JESUS, 2020, posição 692). Os verbos no pretérito imperfeito acentuam a ideia de transição, ao mesmo tempo em que não encerram o passado. A escolha do verbo “contemplar” ainda revela um momento de reflexão sobre aquilo que já passou e um misto de dúvida e esperança sobre o futuro. Esse outro trecho ajuda a confirmar essa sensação de expectativa: “Agora eu estou na sala de visita. O lugar que eu ambicionava viver. Vamos ver como é que vai ser a minha vida aqui na sala de visita” (JESUS, 2020, posição 714).

Posteriormente, a conquista da casa própria provoca uma reação mais otimista, ainda assim, desprovida de grandes ambições, como se pode verificar pelo uso do diminutivo da palavra “casa” e pelas coisas simples que deseja ter:

Levantei às 2 horas, fiquei lendo. Pensando na minha vida que está transformando-se.— Enfim vou ter uma casinha e um terreno para findar os meus dias. Vou plantar flores, criar galinhas, e assim vou ter um músico para cantar de madrugada: O seu cocorocó. (JESUS, 2020, 414).

A relação de Carolina Maria de Jesus com o espaço transforma-se a partir de sua transferência para o centro urbano. A escritora passa a ser aceita (com ressalvas, como será visto mais adiante) em locais antes inacessíveis a ela:

...Findo o programa, ganhei uma corbelle de flores. A sogra do senhor Farabulini convidou-me para ir a sua casa. Convidei o repórter, ele recusou, dizendo que ia fazer uma reportagem. Eu e a Hilda fomos. Chegamos rapidamente. Que casa! É um verdadeiro palácio. A Hilda disse:— Carolina, quando você morava na favela você não entrava aqui. Era da porta pra fora. (JESUS, 2020, posição 2265).

Circula pelas ruas com a realização de utilizar o verbo “comprar” no pretérito perfeito do indicativo, denotando a materialidade do fato de poder consumir: “Na Rua Libero Badaró comprei quibe para comer” (JESUS, 2020,

posição 569). Ou, ao se tornar proprietária da sua sonhada casa de alvenaria, experimenta a sensação de ter a posse de um determinado local: “Continuei escrevendo. Olhando as pessoas que estão circulando na minha rua. Posso dizer minha rua porque estou comprando uma casa no bairro” (JESUS, 2020, posição 2692).

Ela também descreve com satisfação a nova vizinhança, de maneira bem distinta da que descrevia os que residiam na favela.

Tenho bons vizinhos. A D. Maria José e o seu esposo senhor José Simões Paulino residem no número 566. D. Ivette Oddone, residente no número 600 e a D. Jaci Villar Miranda, residente no número 608. E o senhor Aniz Kassabian, residente no número 597, E D. Elza Bertolini Lopes, residente no número 575. (JESUS, 2020, posição 1995).

Até mesmo antes de ser dona de um imóvel e morando de favor em Osasco, Jesus já manifestava contentamento com a mudança de ambiente: “Estou apreciando Osasco por causa da tranquilidade e o ar puro. Dá a impressão que eu saí do inferno e estou no céu. Os vizinhos olham-me e sorri. As crianças são em número menor porque não vivem nas ruas” (JESUS, 2020, posição 755). Nesse sentido, ainda é possível recorrer a diversas passagens em que a autora descreve sua felicidade por pertencer ao espaço e ser pertencedora deste: “Parece que estou sonhando. Vou comprar a minha casa de alvenaria. A casa para um favelado é tão importante que casa, para nós deve ser escrito com letra maiúscula— CASA DE ALVENARIA” (JESUS, 2020, posição 1475).

Ela e os filhos passam também a ser consumidores de fato, não mais dependendo dos restos. É possível observar esse contraste registrado nas palavras da autora. No dia da mudança ela conta: “A televisão já estava aguardando. Os fotógrafos fotografou-me perto dos meus cacarecos que achei no lixo. Eu olhava os cacarecos e pensei nos 15 anos que vivi no lixo” (JESUS, 2020, posição 700). E já na casa própria, narra:

Comprei móveis e roupas e utensílios de casa. Comi tudo que desejava comer. Carne, peixe, uva, azeitona, bacalhau e queijo. Quando eu estava na favela eu pensava: oh se eu pudesse comer bacalhau! Estas coisas para mim era abstrata e agora são concretas. Tomo banho todos os dias no chuveiro elétrico e deito no meu colchão de molas. (JESUS, 2020, posição 1500)

No entanto, no decorrer da narrativa, descobre-se que a simples realocação de Carolina de Jesus e sua família para um local urbanizado não opera uma transformação completa e satisfatória, principalmente, por enfrentar como parte de uma maioria marginalizada um sistema que discrimina e exclui. A cada novo espaço que ela tenta ocupar, há uma forte resistência, presente também na repetição som plosivo da aliteração em /d/, representando o embate entre o olhar do representante do banco e o de Jesus:

Chegamos no banco na rua 15 de Novembro, 63. Galgamos as escadas. Várias pessoas olhava-me espantadas. O repórter foi falar com um senhor, que queria abrir uma conta. Explicou que a conta pertence-me, ele olhou-me. E abriu os olhos **demasiadamente, demonstrando descontentamento. Deu-me vontade de dar-lhe** uns tapas no rosto. (JESUS, 2020, posição 433, grifo nosso).

O Dr. Breda Filho levou-me num restaurante para eu almoçar. A dona do restaurante olhava-me. Para dissipar a sua duvida eu disse-lhe que ela já havia visto-me na televisão. Ela recordou e disse:— Carolina Maria de Jesus, a senhora que escreveu um livro! (JESUS, 2020, posição 869).

Nesses e em outros fragmentos, fica claro que os espaços são excludentes. Abrir uma conta no banco ou frequentar um restaurante na área central da cidade não são atividades comuns para mulheres negras que moram ou já moraram na favela. Dessa forma, torna-se bastante desconfortável para Carolina Maria de Jesus estar nesses lugares e precisar encarar os olhares de desconfiança apenas por ser quem é. Apropriar-se de fato do espaço urbano e habituar-se a novas atividades parece ser difícil, visto que inúmeras barreiras se apresentavam pelo caminho: “Não tenho prática de viajar sozinha. Eu era da favela. E o roteiro que favelado conhece é Santa Casa, Central de Policia e Gabinete de Investigações” (JESUS, 2020, posição 1250).

Quando ela e seus filhos se hospedam em hotéis de renome no Rio de Janeiro, ficam deslumbrados com o luxo ou até mesmo com coisas mais comuns, mas que estavam distantes de sua realidade anterior:

Que prédio magnifico! Fomos para o nosso apartamento no 11 andar. Um apartamento maravilhoso. A cama nivia e a vista maravilhosa [...] O hotel parece um palácio encantado. Tem tudo que desejamos. O rádio, telefone e as vistas agradáveis. [...] Os meus filhos estavam abismados. A Vera olhava tudo ao seu redor com assombro. O que impressionou-a foi a banheira. Ela dizia: — Como é que a água pode

sair quente de dentro da parede? Mamãe, esta casa é a casa das fadas que falam os livros? — Não é a casa das fadas, não é casa dos livros. É o hotel. (JESUS, 2020, posição 1058 a 1084)

Mas também precisam encarar o preconceito e a discriminação. No Copacabana Palace, por exemplo, uma funcionária se nega a servir a escritora e seus filhos simplesmente por descobrir que eles são habitantes de uma favela: “De onde a senhora é? — Sou da favela. — Favela? — interrogou-me alterando a voz, meneando a cabeça e olhando-me com repugnância, repetindo — da favela! Ah hotel, ah hotel!” (JESUS, 2020, posição 1402). Em uma passagem anterior do texto, enquanto a escritora se desloca para o Rio de Janeiro, há um diálogo pertinente à discussão aqui trazida:

— Onde vai? — Ao Rio de Janeiro. — Onde é que vai hospedar-se! — No Hotel Serrador. O preto jocoso que me interrogava, sorriu. O eco de sua gargalhada fez com que outros olhassem. Ele continuou interrogar-me: — Quem vai hospedar-se no Hotel Serrador não viaja de ônibus. Quem hospeda-se no Hotel Serrador viaja só de Cadillac. (JESUS, 2020, posição 1037)

Ou seja, a ocupação “legítima” de determinados locais está condicionada à classe social a que se pertence. É também o que se verifica quando os filhos de Jesus exclamam: “Nós agora somos ricos e podemos andar de avião” (JESUS, 2020, 1391), pois, além da questão monetária, no imaginário das crianças da favela, elas só poderiam usar o avião como meio de transporte caso pertencessem à elite financeira. Vê-se nitidamente o contraste: o ônibus superlotado é o transporte do trabalhador, dos operários; já o avião é o meio de locomoção dos ricos. Trata-se, portanto, de mais do que um meio de transporte, é um meio de distinção social. Mas, mesmo o uso do ônibus é uma dificuldade para a escritora, uma vez que até essa prática era praticamente inexistente no seu cotidiano e o novo espaço a deixava perdida: “Tomamos o ônibus. Eu ainda não sei tomar o ônibus. Desci fora do ponto e fomos andando. Os filhos reclamando porque não gostam de andar a pé” (JESUS, 2020, posição 1708).

Isso ocorre não só com o transporte, mas como espaço de maneira geral. Uma evidência de que tal distinção persiste até os dias de hoje e só vem se intensificando é a grande reclamação por parte da elite quando classes mais baixas começam a ocupar lugares antes destinados apenas aos mais ricos.

Exemplo disso foram os chamados “rolezinhos”, nos quais jovens da periferia iam, em grande número, a shoppings, o que incomodou os frequentadores de classe média e alta, gerando repressão. É fato que alguns poucos se aproveitaram do momento para praticar crimes, mas o “crime” da maioria foi ousar entrar em um lugar que os excluía e ainda exclui. Em um artigo publicado no jornal *The Intercept Brasil*, a colunista, antropóloga e professora da Universidade de *Bath*, no Reino Unido, Rosana Pinheiro-Machado escreve:

Não é à toa que, na época dos rolezinhos em 2014, os shoppings centers fecharam as portas literalmente para os jovens de periferia. Era insuportável uma meninada brincando, cantando, namorando, comprando. Era insuportável ver a autoestima dos filhos dos novos consumidores. (PINHEIRO-MACHADO, 2019)

A antropóloga, em entrevista ao jornal *El-País Brasil*, também comenta a chamada “camarotização” pela qual o Brasil tem passado. Trata-se da ideia de intensificar a segregação das classes sociais:

É nos aeroportos que esse desconforto com o acesso fica explícito, diz Pinheiro-Machado. Antes, andava de avião quem tinha muito dinheiro. Com a ascensão da classe média, os aeroportos estão mais cheios, e os mais ricos tiveram que se misturar aos mais pobres. As companhias aéreas logo correram para tentar reverter isso: “As companhias aéreas brasileiras, que nos últimos anos só tinham a classe econômica, agora voltam a ter assentos 'diferenciados', mais caros e com mais espaço”, diz a professora. “O conforto, na verdade, é apenas uma desculpa para agradar o passageiro rico que não quer ter o desprazer de sentar ao lado de sua empregada doméstica”, explica. “É uma forma sutil de segregação.” (ROSSI, 2015).

Carolina Maria de Jesus, como uma grande exceção de ascensão social na década de 1960, percebeu naquela época esse fenômeno de não ser bem-vinda em determinados locais mesmo tendo dinheiro para pagar pelos serviços prestados. Um dos episódios em que isso fica evidente é quando a escritora vai a um restaurante de luxo no Rio de Janeiro em companhia do jornalista David St. Clair, a época, repórter da revista *Time*. Ao se ver em meio a pessoas extremamente adornadas, com joias, olhando o cardápio “com soberba”, Jesus sente-se deslocada e desconfortável: “Eu estava ansiosa para deixar aquele restaurante. Dá impressão que aquelas madames vão exhibir seus ricos toilettes,

cada qual querendo ser mais chique do que a outra” (JESUS, 2020, posição 1417).

A manutenção desse comportamento excludente é explicada, segundo o Souza, pela reverberação do escravagismo brasileiro que foi o último do mundo a ser abolido e deixou mais do que cicatrizes profundas: a ferida ainda está aberta.

Como é a classe dos marginalizados que herda o abandono, o esquecimento, o ódio, a humilhação e o desprezo cotidianos que se dirigiam ao escravo, tudo para ela vai ser mais difícil. Em vez de ajuda ou reparação do que lhe foi retirado com violência, ela é humilhada e vítima do mesmo sadismo e prazer na humilhação que animava os senhores brancos contra os negros no Brasil escravocrata. (SOUZA, 2018, p. 59)

É nessa convivência com a “elite do atraso” (SOUZA, 2018) que a escritora percebe o quão capciosa é a vida entre pessoas ricas e influentes. Começa, então, a sentir-se incomodada, pois chega à conclusão que aquele espaço não é totalmente seu como imaginava: “... Eu ainda não habituei com este povo da sala de visita — uma sala que estou procurando um lugar para sentar” (JESUS, 2020, posição 977). Nesse trecho, o uso do verbo “procurar” no gerúndio indica a situação provisória e incompleta em que se encontra a autora. Se, como postulado por Harvey (2005), é a lógica do capital que guia a organização da sociedade, o fato de ter dinheiro não bastaria para Jesus sentir-se incluída? A resposta para essa pergunta é não, pois o capital não é apenas material, mas também simbólico – e é nesse plano que a discriminação se perpetua.

Conforme Souza (2018, p. 19), os indivíduos apresentam “necessidades externas” que correspondem a satisfação do corpo físico (como alimentação, moradia, saúde) e “necessidades internas”, ou seja, procuram uma realização filosófica de dar significado à própria existência.

A necessidade externa, que se confunde com a dimensão econômica da sobrevivência, é sempre mais evidente e compreensível. O que muda nessa dimensão é fundamentalmente o nível tecnológico, que permite dominar a natureza e colocá-la a serviço dos homens. A necessidade interna é de mais difícil compreensão. Como possui uma dimensão moral e política além da existencial, ela tem a ver com a legitimação pessoal e social que justifica a existência individual e a dominação social em todos os aspectos. (SOUZA, 2018, p. 19)

Assim, em *Quarto de Despejo*, o não atendimento das “necessidades externas” predomina e salta aos olhos; já em *Casa de Alvenaria* é que se verifica a negação das “necessidades internas” da autora como representante de uma classe historicamente excluída. Depois de publicar seu livro e ter ganhos financeiros com isso, ela pode se alimentar com dignidade e ter uma casa confortável e segura, ou seja, satisfazer aquilo que lhe faltava na vida da favela. Por outro lado, ao usar roupas caras, frequentar espaços seletivos ou ser servida por empregados, é encarada com estranhamento, pois, devido a sua origem, tais ações não lhe seriam permitidas.

Corroborando tudo isso, há a elaboração de um discurso determinista – ligado também ao campo simbólico – que julga o morador da favela como naturalmente inferior, condicionado, e também condenado, ao ambiente em que vive: “O tenente interessou-se pela educação dos meus filhos. Disse-me que a favela é um ambiente propenso, que as pessoas tem mais possibilidades de delinquir do que tornar-se útil a patria e ao país” (JESUS, 2014, p. 29). O ambiente é, então, o que molda o caráter, o espaço habitado constrói a identidade:

... As vezes mudam algumas familias para a favela, com crianças. No inicio são iducadas, amaveis. Dias depois usam o calão, são soezes e repugnantes. São diamantes que transformam em chumbo. Transformam-se em objetos que estavam na sala de visita e foram para o quarto de despejo. (JESUS, 2014, p. 38).

Tal ideologia – visível na forte metáfora do diamante transformado em chumbo – impregnada no pensamento coletivo reforça o preconceito contra os habitantes da periferia, gerando um discurso de ódio e discriminação. Quem vem da favela não tem a permissão de se igualar às classes médias ou altas, as quais seguem mantendo sua superioridade não só por meio financeiro, mas também pelo discurso do bom gosto:

O senso estético, seja real ou postiço, logra separar na vida cotidiana os seres humanos sensíveis do restante da população, percebido apenas como massa ignara condenada ao trabalho produtivo e manual. Desse modo, o consumo de vinhos caros, roupas elegantes, iguarias requintadas, acompanhado de formas específicas de comportamento social, expressas no modo de andar, de falar ou de se

dirigir às outras pessoas, criam os vínculos mais sólidos de solidariedade de classe, conferindo uma sensação de superioridade àqueles que participam desse estilo de vida. A classe do privilégio pode se reconhecer facilmente na rua ou num evento social, constituindo uma espécie distante e, sobretudo, superior de ser humano. (SOUZA, 2018, p. 53)

A respeito disso, podem-se destacar frases que Jesus ouvia nas ruas e registrou em seu segundo diário publicado: “— Ela é a escritora da favela. Ouvi uma gargalhada irônica:— Favela não dá escritor. Dá ladrão, tarado e vadio. Homem que mora na favela é porque não presta” (JESUS, 2020, posição 359). O termo “favela” passa a ocupar papel de adjetivo na locução adjetiva “da favela”, sendo uma característica intrínseca à autora e a todos os habitantes de lá. Quando já moravam em Osasco, certa vez, Jesus teve reclamações de um vizinho sobre as peripécias dos filhos dela: “O homem xingou os meus filhos. Disse- lhes que nós somos vagabundos que estamos habituados a comer coisa do lixo” (JESUS, 2020, posição 909).

Se, por um lado, não se deve afirmar que o ambiente condiciona, por outro, não se ignora que o local em que se vive pode constituir um grande obstáculo para uma vida melhor. Conforme Harvey:

Como, atualmente, o capital tende a ter mais mobilidade, resulta que, provavelmente, crescerão os subsídios locais ao capital, enquanto diminuirá a provisão local para os desprivilegiados, criando uma maior polarização na distribuição social da renda real. (HARVEY, 2005, p.182)

Ou seja, cada vez mais as oportunidades e a renda se concentram nas áreas urbanizadas, enquanto nas favelas e bairros periféricos os moradores ficam relegados à própria sorte. Sem uma alimentação adequada, educação formal, cuidados com a saúde, permanecem no ciclo da pobreza. Para Jesus, a vantagem de sair da favela é proporcionar um futuro melhor para os filhos: “Comprei leite para os filhos. Noto-lhes transformações. Estão civilizando-se. Vendo-os comportados a minha esperança vai ressurgindo. Espero que eles sejam bons no futuro” (JESUS, 2020, posição 2063).

Na citação acima, também se verifica que a própria autora enxerga nos filhos e nas crianças da favela em geral uma “não civilização” que os impede de progredir. É essa “pecha” de incivil incutida até mesmo no pensamento dos

moradores da favela que os afasta de um universo intelectualizado e, por conseguinte, julgado superior. Um discurso que mantém inalterado o *status quo*: “Os privilégios de uma classe condenam a outra à precariedade eterna, já que não lhe sobra tempo para nada. Enquanto isso, a classe opressora tem cada vez mais oportunidades de avançar e obter conhecimento e riqueza” (SOUZA, 2018, p. 60).

Ainda em relação ao espaço, pode-se destacar por meio dos diários de Jesus a associação da própria identidade de um indivíduo ao espaço habitado, como anteriormente visto na análise dos títulos dos livros no início desta seção. Isso é tão forte no caso de Carolina Maria de Jesus que, mesmo saindo da favela, ela continua sendo “vendida” como a escritora da favela. Em cada momento de exposição pública, o vínculo de Jesus com o local onde morou estava presente como em programas de TV: “O senhor Cyro Del Nero fazia as decorações para o programa. O cenário representava a favela” (JESUS, 2020, posição 497) ou “Ele organizou uma favela no estúdio com um varal de roupas velhas” (JESUS, 2020, 1028); na propaganda da livraria exposta na entrada do local: “Estou desenhada em ponto grande. E a favela. O que está escrito no quadro: Esta favelada, Carolina Maria de Jesus, escreveu um livro— QUARTO DE DESPEJO— A Livraria Francisco Alves oferece ao povo” (JESUS, 2020, posição 507); e nas matérias de jornais: “Combinamos que eu devo ir na favela amanhã para ele fotografar-me” (JESUS, 2020, posição 784). Por mais que ela tenha passado a frequentar a “sala de visita” e a residir nela, ainda carrega consigo o “quarto de despejo”.

Logo, mesmo sendo autora de um livro, demonstrando conhecimento de mundo e tendo muita leitura, Jesus segue à margem não mais do meio físico, mas do meio simbólico cerceado pelas elites:

As descobertas morais e cognitivas, que deveriam levar a um aprofundamento da experiência humana, foram transformadas em mercadoria para debilitar a crítica de um mundo social injusto e irracional e, além disso, proporcionar lucros com a colonização da dimensão moral das pessoas. (SOUZA, 2018, p. 184)

Tudo isso vai além do que acontece com o indivíduo Carolina Maria de Jesus: é o retrato do ciclo da exclusão na ocupação do espaço em São Paulo e no Brasil, de maneira geral. As periferias estão em constante expansão e

recebendo mais e mais despejados, enquanto os recursos públicos são alocados nos centros de interesse econômico, como postula Santos:

Um gasto público crescentemente orientado à renovação e à reabilitação urbana e que sobretudo interessa aos agentes socioeconômicos hegemônicos, engendra a crise fiscal da cidade; e o fato de que a população não tem acesso aos empregos necessários, nem aos bens e serviços essenciais, fomenta a expansão da crise urbana. Algumas atividades continuam a crescer, ao passo que a população se empobrece e observa a degradação de suas condições de existência. (SANTOS, 1993, p. 10)

Jesus deixou – parcialmente – a favela, mas a favela continuou com antigos e novos moradores, vivendo na precariedade que espanta aqueles que desconhecem essa cruel realidade. Desse modo, os diários da escritora escancaram a desigualdade que decorre da má distribuição do espaço e da urbanização seletiva e segregadora. Não é à toa que, ao levar Carolina Maria de Jesus até seu barracão – antes de ela mudar para a casa de alvenaria –, muitos motoristas ou amigos que lhe davam carona horrorizam-se com o que viam: “O motorista era japonês. Ficou horrorizado quando viu a favela.— A senhora com a fama que tem mora aqui?” (JESUS, 2020, posição 600). O mesmo é observado neste outro fragmento:

... Chegamos na favela. O motorista ficou horrorizado olhando a favela.— O que é isso aqui, D. Carolina?— É o quarto de despejo de São Paulo.— Credo! Como é que vocês vivem aqui?— Nós os favelados somos os objetos fora de uso. Vivemos com dificuldades para comer. Temos que lutar como se estivéssemos numa guerra.— E vocês aqui sentem frio?— Sentimos todas agruras da vida. (JESUS, 2020, posição 579).

Ao ser exposta, a realidade choca aqueles que até então desconheciam o que se passava na periferia. Outro exemplo disso foi a vitrine da livraria reproduzindo a favela que causou espanto em muita gente: “Mostrei minha vitrina para a senhorita Marina, que ficou horrorizada, porque ela ignora os dramas dos pobres” (JESUS, 2020, posição 855).

Com efeito, o verbo ignorar – utilizado por Jesus no fragmento acima – é bastante adequado para descrever a posição das elites para com a favela e os favelados. Juntamente com a já citada hipocrisia da alta sociedade ao “acolher”

a autora em seu convívio, aparece a falsa preocupação com um problema há muito ignorado e que, passado o *frenesi* da publicação do livro, parece ter caído no esquecimento novamente. Jesus faz essa dura crítica em seu diário:

As mulheres que estavam na minha mesa falavam em reforma social.— Não é justo deixarmos os favelados relegados no quarto de despejo. Você fez bem em nos alertar para esse problema. Temos que amparar os infaustos. Você demonstrou coragem lutando para sair daquele antro. Eu pensava: elas são filantrópicas nas palavras. São falastronas. Papagaios noturnos. Quando avistam-me é que recordam que há favelas no Brasil. (JESUS, 2020, posição 1422).

Isso ocorre na cena do restaurante de luxo do Rio de Janeiro citada anteriormente, com a presença de várias pessoas da alta sociedade. Um pouco antes dessa fala tem-se mais um exemplo dessa sociedade que vive de aparências: “Um senhor disse-me que ia enviar um donativo para os favelados. Percebi que eles queriam impressionar” (JESUS, 2020, posição 1412). Ainda nessa cena, nota-se o paradoxo da atenção dada à escritora e seu livro de denúncia ao mesmo tempo em que se esbanja dinheiro e comida: “[...] fiquei horrorizada porque as madames jogavam a metade das comidas fora. E no preço que está os gêneros alimentícios! É que eu estava habituada a aproveitar tudo e por isso não sei dissipar. Que luxo no restaurante!” (JESUS, 2020, posição 1106).

Por conseguinte, se em *Quarto de Despejo* a desigualdade social é notável pela miséria em que vivem os favelados, em *Casa de Alvenaria* o abismo fica ainda mais gritante e é agravado pela indiferença que prevalece em meio à alta sociedade. Durante o seu convívio com tais pessoas, Carolina Maria de Jesus conclui: “Eu estava confusa naquele núcleo. Percebi que a Dona Elite encara o problema da favela com vergonha. É uma mancha para um país”. Uma mancha que só cresce debaixo do nariz empinado da “Dona Elite”, a elite do atraso.

Essa mesma elite fomenta um discurso de romantização da favela que acaba sendo tomado pela classe média em geral como verdadeiro, fazendo com que a maioria da população não enxergue a miséria e condição de desumanidade em que vivem os habitantes do local. É por isso que mesmo um membro da classe trabalhadora, como um motorista, escandaliza-se quando se depara com a realidade:

Quando chegamos na favela o motorista ficou horrorizado. O seu olhar percorria de um local ao outro. Exclamou:— Credo, que lugar! Então é isso que é favela? É a primeira vez que vejo favela. Eu pensava que favela era um lugar bonito, por causa daquele samba: Favela, oi, favela Favela que trago no meu coração...(JESUS, 2020, posição 297).

Realidade esta que historicamente se arrasta até a atualidade, sem soluções efetivas, por um processo sistemático afastamento espacial e moral de uma massa de miseráveis condenados à eterna exclusão. Numa quadra produzida por Jesus nos manuscritos do caderno número 11 e omitida na publicação do livro *Quarto de Despejo*, a autora resume, de maneira simples e profunda como se dá a manutenção da hierarquia social, espacial e econômica, utilizando o futuro do pretérito, aquele que não se realiza porque é impedido por um obstáculo: “O colono gostaria de estudar/ Inveja a sapiência do patrão/ Mas é escravo tem que estacionar/ Não pode dar margem a vocação” (JESUS, 1958, p. 42).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os grupos de mensagens por aplicativo que reúnem pessoas que residem em um mesmo bairro com o objetivo de prevenir assaltos e outras ações de violência são, nos dias de hoje, bastante comuns. Foi em um desses grupos que me deparei com a preocupação dos moradores do meu bairro – um bairro central, de classe média e classe média alta – com a “invasão” numa área de proteção ambiental, exatamente aquela que citei anteriormente. Lá, pelo que se pode observar, estão alojadas de forma precária umas poucas famílias que trabalham com materiais recicláveis.

A inquietação poderia ser com as péssimas condições de vida dessas pessoas, com as casas que alagam a cada chuva ou, talvez, com o meio ambiente apenas (na pior das hipóteses)? O incômodo, contudo, é em relação à segurança dos ilustres habitantes da região que temem por seus bens e sua integridade física. Outro medo é que a ocupação se amplie, “degradando” o bairro.

Sim, a sociedade hipócrita, individualista e egocêntrica delatada por Carolina Maria de Jesus em seus diários nas décadas de 1950 e 1960 continua aí, em todos os lugares. E o espaço geográfico, ao invés de passar por um processo mais justo e inclusivo de reurbanização, só teve intensificado por meio dele o movimento de gentrificação: a “ralé de novos escravos” (SOUZA, 2018, p. 58) é empurrada para a periferia, engrossando a massa de miseráveis e tornando as favelas o epicentro da exclusão em todas as suas dimensões.

Assim, rapidamente, a pobreza passa a ser associada a más condutas, à violência, à falta de higiene, à poluição, entre outras características negativas. Dessa forma, o pensamento construído pela elite e adotado também pela classe média é de que os pobres são os responsáveis por esses problemas e precisam ser afastados. Isso decorre da simplificação ignorante e, muitas vezes, mal intencionada de uma questão social complexa que exclui as classes mais baixas, como discutido na presente pesquisa. A pobreza não molda o caráter das pessoas e nem as torna mais propensas ao crime. É, na verdade, a condição de exclusão dos mais pobres que os deixa vulneráveis, sem opções ou oportunidades para que hajam de maneira diferente.

Para Harvey (2005), as melhorias sociais precisam passar necessariamente por um planejamento urbano que, de fato, inclua as camadas mais pobres, e não apenas que venha a “remediar” as dificuldades dessa classe com o objetivo de se promover politicamente. Assim, se o problema permanece até hoje e ainda se agrava é por um conjunto de negligências sistemáticas por parte do poder público em conluio com as classes mais altas.

O “quarto de despejo” de 1950 continua recebendo até hoje os despejados, fazendo da narrativa de Jesus algo extremamente atual, uma vez que as denúncias feitas por ela seguem sem solução. Ainda existem pessoas sem água encanada e saneamento básico em geral, morando em barracos de tábuas cobertos com folhas de zinco ou qualquer outra coisa que o valha, ou pior, debaixo de pontes, viadutos e marquises.

Em *A urbanização brasileira*, Santos questiona:

Como se distribuem, na cidade, as pessoas, segundo as classes e os níveis de renda? Quais as consequências da marginalização e da segregação? Quais os problemas da habitação e da mobilidade, da educação e da saúde, do lazer e da seguridade social? (SANTOS, 1993, p. 10).

Muitas dessas respostas estão ilustradas nos relatos de Jesus. Como ela descreve, as elites ocupam as áreas mais urbanizadas, com residências de luxo e arranha-céus – símbolos da modernidade. Os trabalhadores formais vão se alocando gradativamente pelas periferias, e o resto, os despossuídos, empilham-se nas favelas. Como consequência, veem-se abandonados, sem acesso aos serviços, passando fome e, muitas vezes, recorrendo ao crime. Habitação não há, tanto que a autora mal consegue chamar seu barracão de casa. A mobilidade é reduzida ao mínimo, já que os favelados precisam percorrer, em geral, a pé as ruas de lama e andar muito para acessar o transporte público. Saúde, lazer, seguridade social são direitos praticamente inexistentes para aquela população.

“Fiz o café e fui carregar água. Olhei o céu, a estrela Dalva já estava no céu. Como é horrível pisar na lama” (JESUS, 2014, p. 58). É com essa realidade antitética entre o que se deseja e o que se vive que eles se deparam todos os dias ao acordar: o sol até nasce para todos, o céu que cobre o rico é o mesmo que cobre o pobre, mas o solo é desigualmente dividido conforme os interesses

perversos da elite, sob a complacência – quando não com a colaboração – dos governantes do país.

Desde a colonização, passando pelo grande movimento de êxodo rural, a terra é, como visto em Maricato (1996), objeto de especulação e favorecimento político. A passagem do rural calcado nos latifúndios e no coronelismo para o urbano, ao invés de amenizar os problemas sociais, somente os acentuou. O colono virou o favelado, como constata Jesus:

Passa o ano inteiro  
trabalhando — que grandeza!  
enriquece o fazendeiro  
e termina na pobreza.

Se o fazendeiro falar:  
— Não fique na minha fazenda  
colono tem que mudar  
Pois não há quem o defenda.  
(JESUS, 2020, posição 1370)

Dessa forma, no seu primeiro diário, a autora traz um grito de socorro e, devido ao sucesso do livro, parece ganhar voz. Depois da publicação, é entrevistada na TV, recebida por políticos, convidada para eventos da alta sociedade. Mero engodo, logo percebido pela escritora “favelada” – rótulo que a persegue. Por isso, em *Casa de Alvenaria*, Carolina Maria de Jesus refina sua crítica social e política, mas aí não é mais ouvida.

A curiosidade sádica da classe média já havia sido saciada, e o resto da história não lhes interessa. A elite também não quer ler o que já conhece. Por conseguinte, vai se operando o re-silenciamento da subalterna. Algo que ela já havia pressentido ao deixar a vida na favela e se mudar para a “sala de visitas”: “Com todas as manifestações que venho recebendo eu estou inquieta interiormente. Tenho a impressão que sou ferro banhado a ouro. E um dia o banho de ouro esmaece e eu volto a origem natural— o ferro” (JESUS, 2020, posição 1467 a 1471).

Embora seu dinheiro estivesse, pouco a pouco, diminuindo, não era dos recursos monetários que ela falava. Era de sua inserção efetiva na sociedade,

da satisfação de suas “necessidades internas” de dar um sentido à própria vida. Na sociedade de herança escravocrata, porém, isso lhe foi sendo retirado devido à origem socioespacial que teve: descendente de escravos, colona, favelada. Sua identidade já estava moldada pelo espaço histórico e geográfico de onde veio. Assim, pelo exemplo de Carolina Maria de Jesus, é possível concluir que se o espaço molda o caráter negativamente e a exclusão se dá por vias morais, os favelados serão eternamente excluídos.

De tal forma, o “quarto de despejos” do mundo segue crescendo, numa sociedade em que pessoas têm menos importância do que coisas, em que há uma inversão de valores, em que o consumo se sobrepõe à dignidade humana e à solidariedade. Recorrendo à analogia da própria autora, pode-se refletir: se o quarto de despejo de um imóvel é geralmente um dos menores cômodos, onde se empilham objetos, por que o “quarto de despejo” da sociedade é cada vez maior? Porque, por um lado, na esfera individual, privada, quer-se ocupar o espaço da melhor forma possível; por outro, na esfera social, coletiva, não há preocupação com a organização do espaço para todos, assim, vão-se ampliando as periferias, uma vez que o processo de urbanização continua sendo excludente.

Na intenção de quebrar esse ciclo, busca-se na arte literária e em seu estudo por vias críticas uma esperança, uma forma de resistência, uma via de luta. Compete, portanto, também à academia resgatar escritos marginais como os de Carolina Maria de Jesus, pois seu corpo morreu esquecido, mas sua alma jamais pode ser silenciada.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. R. G. Prefácio – Apresentando Spivak. In: SPIVAK G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 7-17.

ANDRADE, L. P. de. **Quarto de despejo**: a literatura memorialística feminina. *Travessias* 3, no. 1 (2009). Disponível em <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3270>> Acesso em 01 mar 2019.

AZEVEDO, L. Blogs: a escrita de si na rede dos textos. **Matraga**, Rio de Janeiro, v.14, n.21, jul./dez. 2007.

AZEVEDO, A. **O Cortiço**. São Paulo: Ed. Ática, 1997. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000015.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2020.

BERGSON, H. **Memória e Vida**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2006.

BRAGANÇA, A. **Eros pedagógico**: Uma história cultural do editor de livros. 2004. 151 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade de São Paulo, 2004. Disponível em: <[https://www.academia.edu/41853961/An%C3%ADbal\\_Bragan%C3%A7a\\_EROS\\_PEDAG%C3%93GICO\\_Uma\\_hist%C3%B3ria\\_cultural\\_do\\_editor\\_de\\_livros](https://www.academia.edu/41853961/An%C3%ADbal_Bragan%C3%A7a_EROS_PEDAG%C3%93GICO_Uma_hist%C3%B3ria_cultural_do_editor_de_livros)> Acesso em 26 mai. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)> Acesso em 25 de fev. 2019.

CAVALCANTI, T. B., BRITO, L. N. de, BALEEIRO, A. **Constituição de 1967**. — 3. ed. — Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. 206 p. Disponível em: <[http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137604/Constituicoes\\_Brasileiras\\_v6\\_1967.pdf](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137604/Constituicoes_Brasileiras_v6_1967.pdf)> Acesso em 25 de fev. 2019.

CRIMINALIDADE BAIRRO A BAIRRO. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, s/d. Disponível em: < <https://infograficos.estadao.com.br/cidades/criminalidade-bairro-a-bairro/>>. Acesso em 18 mar. 2020.

DANTAS, A. A atualidade do mundo de Carolina. In: JESUS, C.M. de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Ed. Ática, 2014. p. 6-8.

\_\_\_\_\_. Apresentação. In: JESUS, C. M. **Casa de Alvenaria**: diário de uma ex-favelada. [S.I.] LeBooks Editora. Edição do Kindle, 2020.

FARIAS, T. **Carolina**: uma biografia. Belo Horizonte: Ed. Malê, 2018.

GOMES, I. M. M. **The Uses of Literacy**: Hoggart e a cultura como expressão dos processos sociais. Evento : XXIII Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação em Manaus / Comunicação e Recepção, Manaus: 2000.

HALL, S. (Org.) **Representation: cultural representations and signifying practices**. Londres: Sage Publications, 1997.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. Trad. Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

JESUS, C. M. de. **Caderno nº 11**. São Paulo, SP: [s.n.], 04/12/1958-19/12/1958. 97 p. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1352132/mss1352132.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1352132/mss1352132.pdf)>. Acesso em: 18 mai. 2020.

\_\_\_\_\_. **Diário de Bitita**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1986.

\_\_\_\_\_. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Ed. Ática, 2014.

\_\_\_\_\_. **Casa de Alvenaria**: diário de uma ex-favelada. [S.I.] LeBooks Editora. Edição do Kindle, 2020.

LEJEUNE, P. **O pacto autobiográfico**: de Rousseau à Internet. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MAGNABOSCO, M. M. **As fronteiras da palavra em Carolina Maria de Jesus**. 2014. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/literafro/29-critica-de-autores-feminios/1021-as-fronteiras-da-palavra-em-carolina-maria-de-jesus-maria-madalena-magnabosco>>. Acesso em 06 mar. 2019.

MARICATO, E.. **Metrópole na periferia do capitalismo** .1. ed. São Paulo: Hucitec, 1996. Disponível em < <https://erminiamaricato.net/livros/>>. Acesso em 01 mai 2019.

\_\_\_\_\_. **Política habitacional no regime militar**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1987. Disponível em < <https://erminiamaricato.net/livros/>>. Acesso em: 01 mai. 2019.

MELLO NETO, J. C. de. **Morte e Vida Severina**. Belém: Unama. s/d. Disponível em <<http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/Joao%20Cabral%20de%20Melo%20Neto.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2019.

OXFAM. **A distância que nos une**: um retrato das desigualdades brasileiras. [S.l.], 2017. Disponível em <[https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/a-distancia-que-nos-une/?\\_ga=2.105355267.1054922597.1593568424-1955140183.1589333401](https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/a-distancia-que-nos-une/?_ga=2.105355267.1054922597.1593568424-1955140183.1589333401)> Acesso em: 26 fev. 2019.

PEREIRA JUNIOR, L. C. P. O acabamento da notícia. In: PEREIRA JUNIOR, L. C. P. **Guia para edição jornalística**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2012. p. 138-156.

PINHEIRO-MACHADO, R. Da esperança ao ódio: como a inclusão pelo consumo da Era Lula atçou o recalque nas elites. **The Intercept Brasil**, Rio de Janeiro, 23 jul. 2019. Disponível em: < <https://theintercept.com/2019/07/22/era-lula-criou-vacuo-recalque-elites/?comments=1>> Acesso em: 01 jun. 2020.

POLETTI, R. **Constituição de 1934**. — 3. ed. — Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. 162 p. Disponível em: <[http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137602/Constituicoes\\_Brasileiras\\_v3\\_1934.pdf](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137602/Constituicoes_Brasileiras_v3_1934.pdf)> Acesso em: 25 fev. 2019.

REDE NOSSA SÃO PAULO. **Mapa da desigualdade 2012-2013**. São Paulo, Disponível em: < <https://www.nossasaopaulo.org.br/portal/arquivos/Combate-a-desigualdade.pdf>>. Acesso em 20 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. **Mapa da desigualdade 2019**. São Paulo, 5 nov. 2019. Disponível em: < [https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2019/11/Mapa\\_Desigualdade\\_2019\\_tabelas.pdf](https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2019/11/Mapa_Desigualdade_2019_tabelas.pdf)>. Acesso em 20 mar. 2020.

RIBEIRO, S. e LEMOS, M. Não sou cachorro', diz faxineiro tirado de elevador da Biblioteca Nacional. **Portal UOL**, Rio de Janeiro, 06 mar. 2020. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/03/06/nao-sou-cachorro-diz-faxineiro-tirado-de-elevador-da-biblioteca-nacional.htm>>. Acesso em 01. Jun. 2020.

ROLNIK, R. **Territórios em Conflito**: São Paulo: espaço, história e política. São Paulo: Ed. Três Estrelas, 2017.

ROSSI, M. Camarotização: por que o brasileiro gosta tanto de segregar o espaço? **El País Brasil**, São Paulo, 17 jan. 2015. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2015/01/17/politica/1421520137\\_687513.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/01/17/politica/1421520137_687513.html)>. Acesso em: 01 jun. 2020.

SANTOS, M.. **Probreza urbana**. 3.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, M. A. da C.; BORGES FILHO, O. O subúrbio carioca e a personagem em Clara dos Anjos de Lima Barreto. **Diálogos Pertinentes**, Franca, v. 15 • n. 1 • p. 85-109 • jan./jun. 2019. Disponível em: <<http://publicacoes.unifran.br/index.php/dialogospertinentes/article/view/3458>>. Acesso em: 02 mar. 2020.

SCHITTINE, D. **Blog**: comunicação escrita íntima na Internet. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

SEVCENKO, N. **Orfeu extático na metrópole**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, J. P. da. **O papel do editor no processo criativo da literatura**: Uma abordagem no contexto do mercado editorial português. 2019. 157 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Gestão de Indústrias Criativas) – Universidade do Porto, Porto, 2019.

SOUZA, J. **A classe média no espelho**: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Ed. Estação Brasil, 2018.

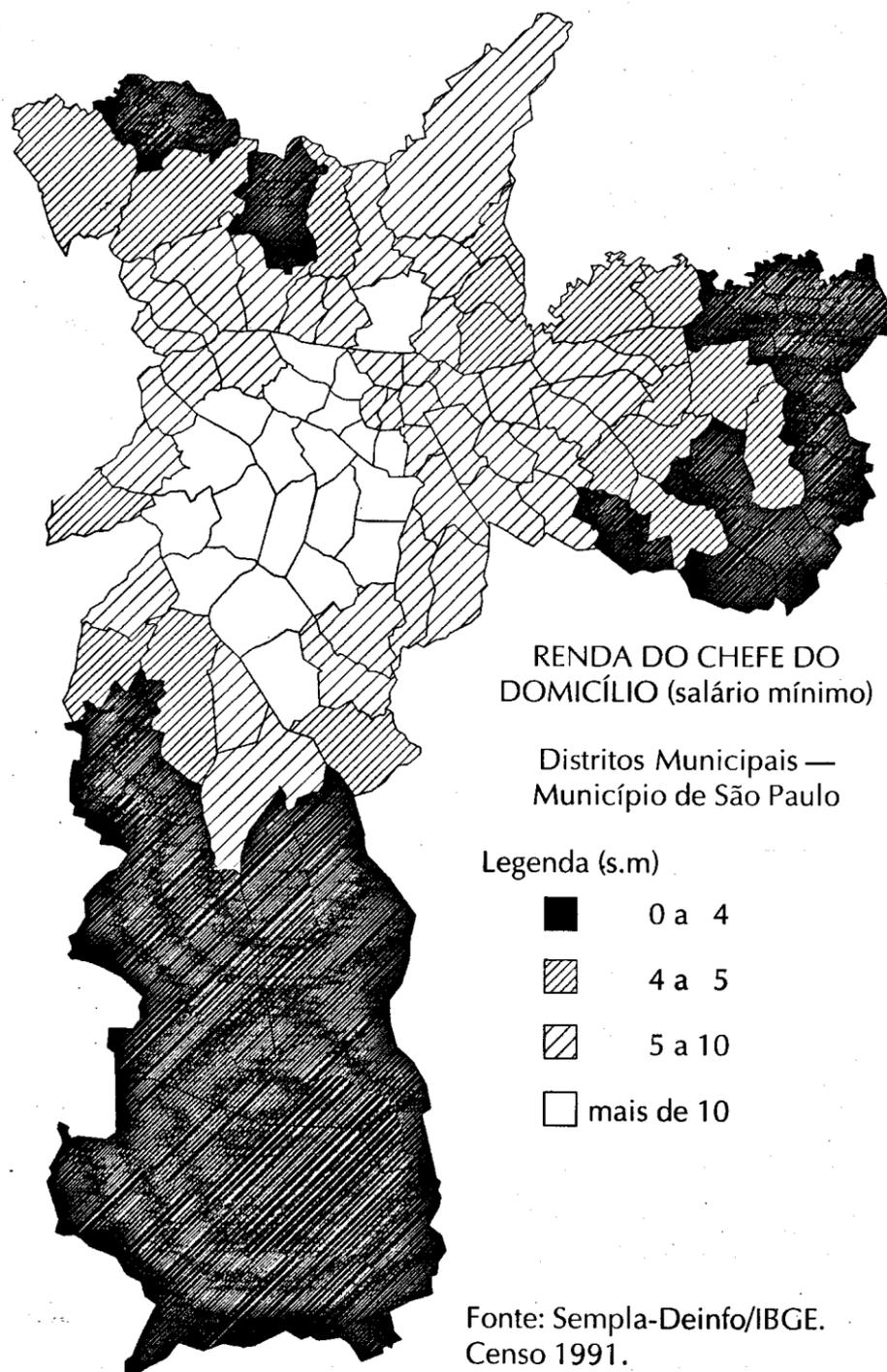
SOUZA, S. I. N. de. **Direito à Moradia e de Habitação**: Análise Comparativa e suas Implicações Teóricas e Práticas com os Direitos da Personalidade. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

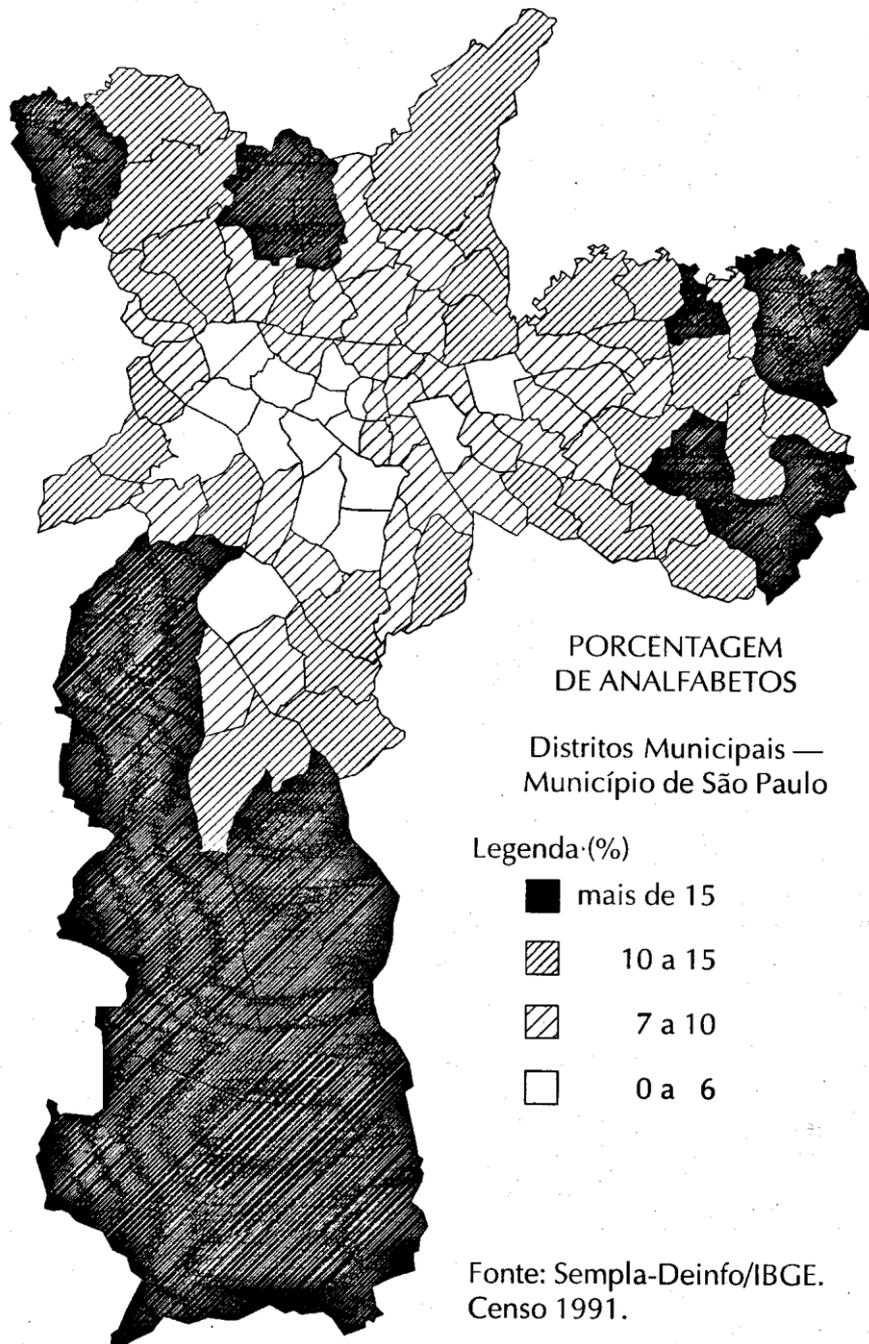
TERSARIOL, A. **Minidicionário Brasileiro**. Erechim: Edelbra, 1996.

## ANEXOS

## ANEXO A – Mapa de São Paulo (SP): Renda do chefe de domicílio 1991



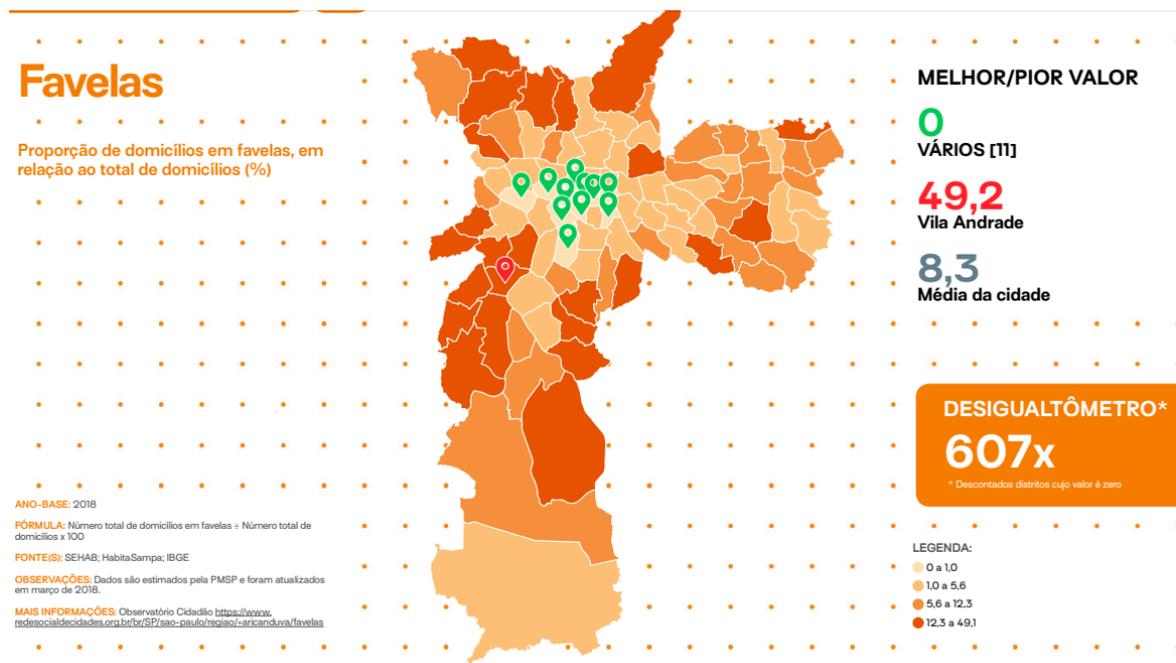
## ANEXO B – Mapa de São Paulo (SP): Porcentagem de analfabetos 1991



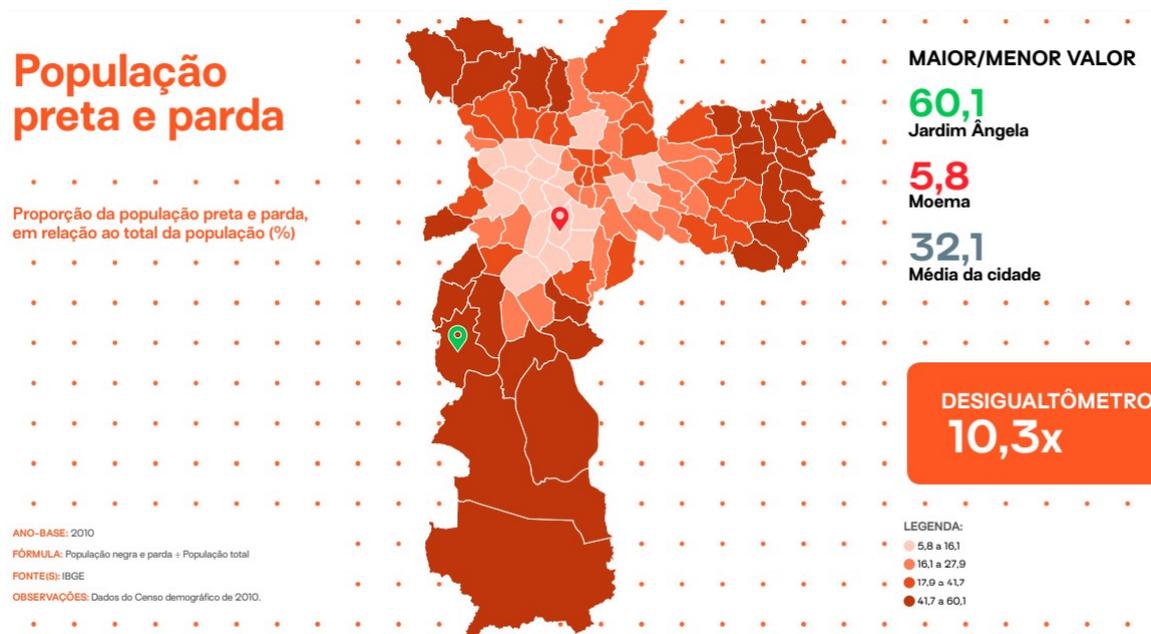
ANEXO C – Print screen de um trecho Caderno nº11 dos diários de Carolina  
Maria de Jesus

- Todos estão admirado porque  
ganhar um radio. & um outro  
regalo. Eu ainda não liguei a  
fuz. Vou ligar amanhã porque  
preciso comprar mais 12 metros de  
fios. & o dinheiro não dá. Amanhã  
eu vou vender meus livros e cotar  
papeis para comprar o dinheiro.  
Eu estou doente. em consequência  
do susto do tornado.

## ANEXO D – Mapa da desigualdade de São Paulo – Favelas 2018



## ANEXO E – Mapa da Desigualdade – População preta e parda 2010



## ANEXO F – Mapa da Desigualdade – Emprego formal 2017

## Emprego formal

Taxa de emprego formal, por dez habitantes participantes da PIA (população em idade ativa) com idade igual ou superior a quinze anos (%)

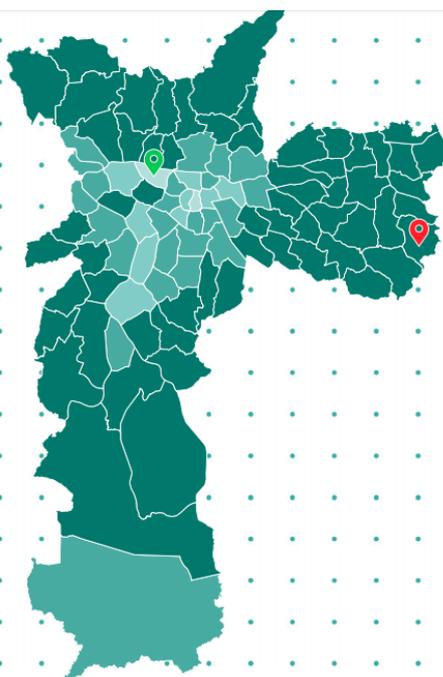
ANO-BASE: 2017

FÓRMULA: Número total de empregos formais ÷ PIA maior ou igual a 15 anos de idade x População total x 10

FONTEIS: MTE; RAIS - Microdados; IBGE; Seade

OBSERVAÇÕES: Vínculos formais de emprego ativos em 31/12/2017. PIA projetada para 2017 (idade maior ou igual a 15 anos). Exclui setor Administração Pública do IBGE.

CRÉDITO: Tomás Wissenbach



MELHOR/PIOR VALOR

**59,2**

Barra Funda

**0,2**

Cidade Tiradentes

**6,7**

Média da cidade

DESIGUALTÔMETRO

**247x**

LEGENDA:

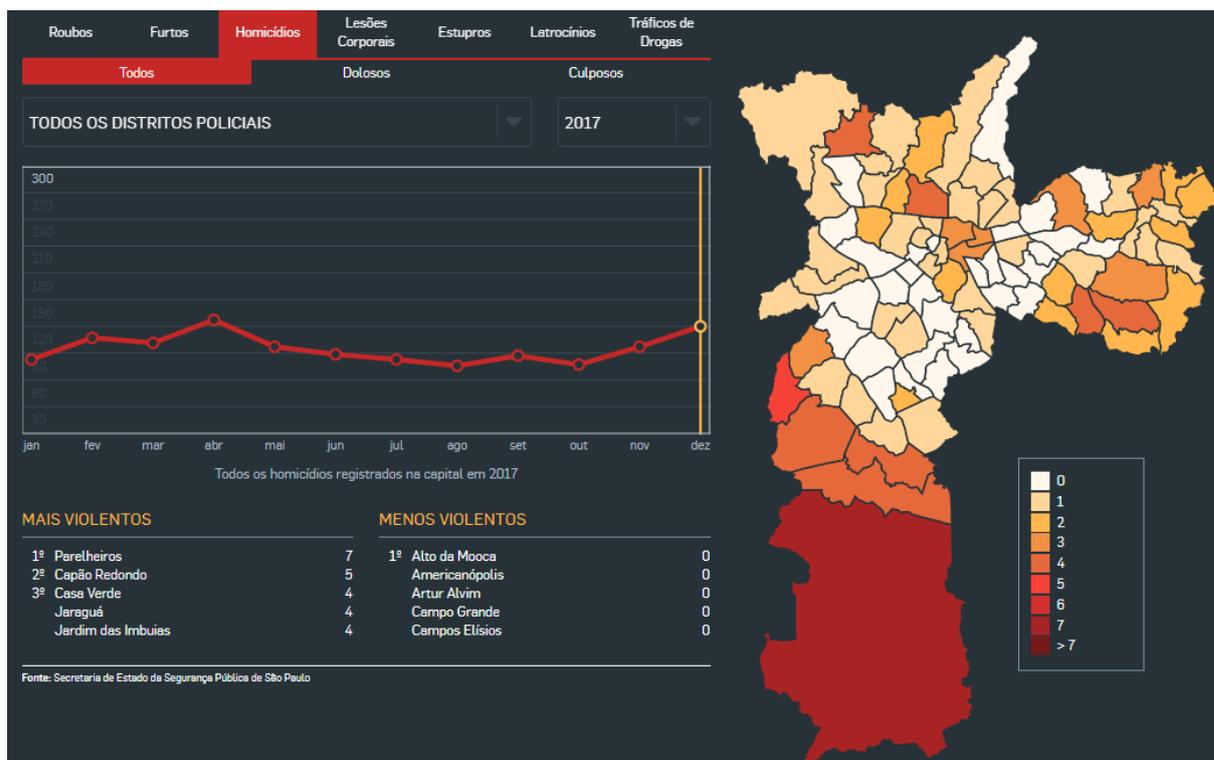
● 0,2 a 5,0

● 5,0 a 13,9

● 13,9 a 34,6

● 34,6 a 59,2

## ANEXO G – Mapa de homicídios em São Paulo (SP) 2017



## ANEXO H – Mapa do tráfico de drogas em São Paulo (SP) 2017

